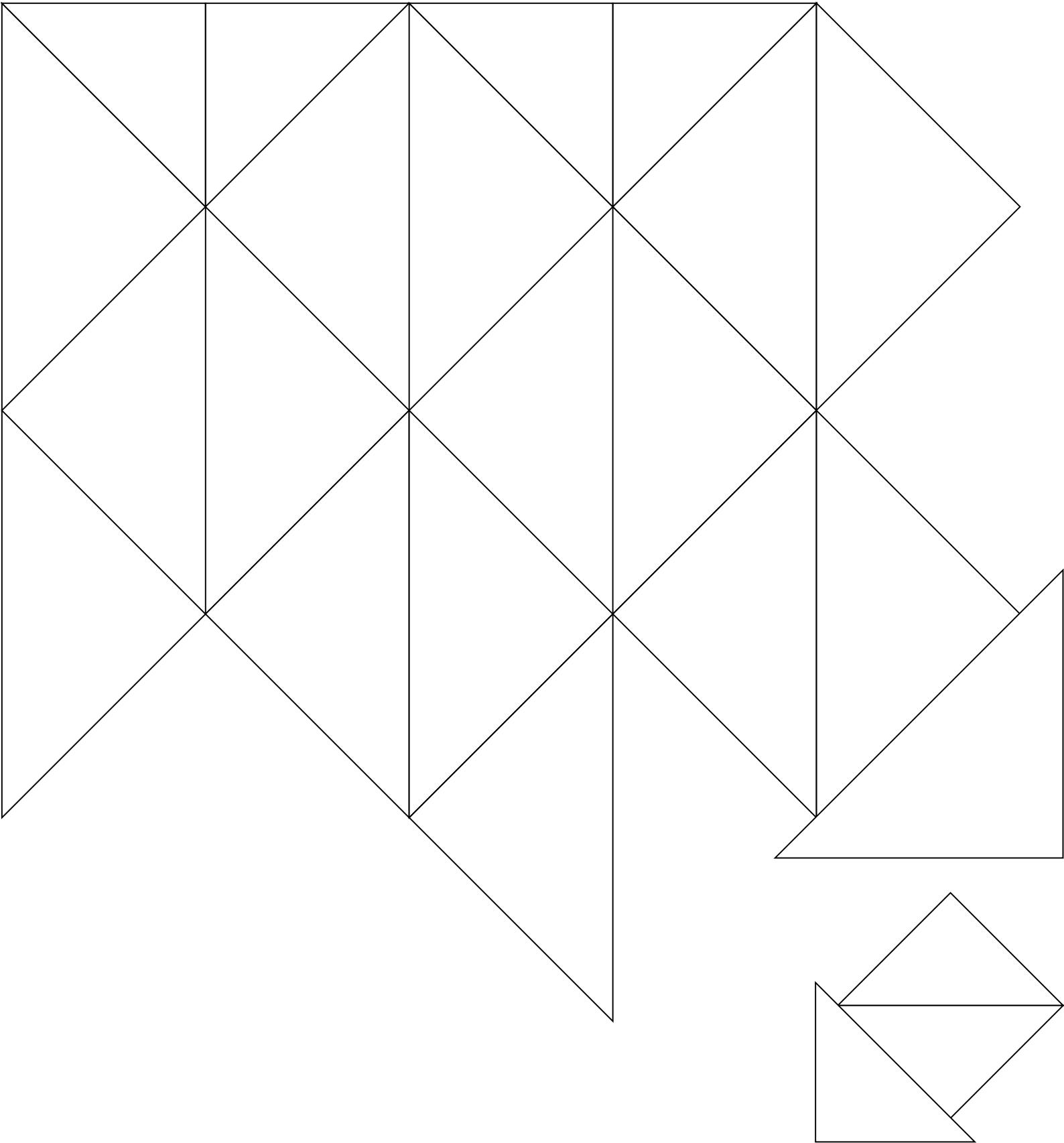




Relatório Anual 2013

Relatório Anual**2013**



Relatório Anual 2013



Missão

“Assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transporte Terrestre.”

Visão de Futuro

“Ser referência na regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos Serviços de Transportes Terrestres.”

Atributos de Valor

Segurança;
Eficiência;
Conforto;
Rapidez;
Pontualidade;
Qualidade;
Imparcialidade;
Modicidade Tarifária;
Responsabilidade Socioambiental.

Estrutura Organizacional

Diretoria Colegiada

Jorge Luiz Macedo Bastos
Ana Patrizia Gonçalves Lira
Carlos Fernando do Nascimento
Natália Marcassa de Souza

Órgãos Ligados à Diretoria Colegiada

- Auditória Interna – AUDIT
- Comissões de Outorgas
- Corregedoria – COREG
- Gabinete do Diretor – GAB
- Ouvidoria – OUVID
- Procuradoria Geral – PRG
- Secretaria-Geral – SEGER
- Superintendência Executiva – SUEXE
- Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
- Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar – ASPAR
- Centro de Documentação – CEDOC

Superintendências

- Superintendência de Estudos e Pesquisas – SUEPE
- Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária – SUINF
- Superintendência de Fiscalização – SUFIS
- Superintendência de Gestão – SUDEC
- Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER
- Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG
- Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS
- Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas – SUROC

Unidades Regionais

Unidade Regional Centro-Norte – URCN
Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03,
Projeto Orla, Polo 8, Bloco E – Térreo – Brasília/DF – CEP: 70200-003

Unidade Regional da Bahia – URBA
Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 – Ed. Salvador Trade Center – Torre Norte –
Sala 611 – Caminho das Árvore – Salvador – BA – CEP: 41820-020

Unidade Regional de Minas Gerais – URMG
Endereço: Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar – Bairro
Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-140

Unidade Regional de Pernambuco – URPE
Endereço: Avenida Conselheiro Aguiar, nº 196 -
Bairro do Pina - Recife/PE – CEP: 51011-030

Unidade Regional de São Paulo – URSP
Endereço: Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista,
8º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01311-902

Unidade Regional do Ceará – URCE
Endereço: Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo –
Vila União – Fortaleza – CE – CEP: 60410-691

Unidade Regional do Maranhão – URMA
Endereço: Rua 9, nº 10 – Bairro Vinhais – São Luiz – MA – CEP: 65071-110

Unidade Regional do Rio De Janeiro – URRJ
Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 160, 11º andar – Ed. Le
Borget – Castelo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20020-800

Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS
Endereço: Rua João Guimarães, 285 – Bairro Santa
Cecília – Porto Alegre – RS – CEP: 90630-170

Mensagem da Diretoria

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento ao disposto no art. 84, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de Janeiro de 2009, apresenta o Relatório Anual de 2013, composto pelas principais realizações durante o período.

Entre os resultados relevantes do exercício, destaca-se a continuidade do Planejamento Estratégico e a construção do Ciclo 2013-2016, que teve como base a Portaria nº 159, do Ministério dos Transportes, de 26 de Setembro de 2013. A partir disso, definiu-se o novo mapa estratégico do setor transportes, que incluiu elementos inexistentes no mapa anterior, tais como a Visão da ANTT e seus atributos de valor, que representam, respectivamente, a descrição do futuro almejado e os princípios que orientarão as decisões dos gestores da Agência.

Com o objetivo de tornar as medidas regulatórias mais precisas, fortaleceu-se a Agenda Regulatória como instrumento de planejamento e transparência, consolidando os objetos de atuação prioritária da Agência. O acesso e o acompanhamento dos temas constantes da agenda são disponibilizados no endereço eletrônico: <http://agendaregulatoria.antt.gov.br/>.

Entre os projetos do ano de 2013, destaca-se a realização da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, que visa medir a satisfação dos cidadãos/usuários acerca da forma como o serviço lhes é prestado, indicando suas insatisfações e prioridades de atendimento. A Pesquisa de Satisfação dos Usuários está ligada à missão institucional da ANTT e permite uma melhor compreensão das necessidades do setor de transporte de passageiros.

Importante mencionar a ampliação e dinamização do Projeto da Rede de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros (Propass Brasil: <http://propass.antt.gov.br/>). O Projeto tem por objetivo estabelecer referenciais para a delegação e regulação da prestação de serviços no setor e, após a conclusão da fase de audiência pública e da remessa ao Tribunal de Contas da União, seu Plano de Outorga foi, definitivamente, aprovado pelo Ministério dos Transportes.

Também com o objetivo de ampliar a infraestrutura do país, avançou-se em 6 (seis) novas concessões rodoviárias que foram somadas às já existentes. Desse modo, a Agência visa garantir a modicidade nos fretes e nas tarifas, a ampliação da capacidade de transporte, a redução dos custos operacionais dos veículos, a integração da malha viária estratégica, o aumento da competitividade nacional, a geração de empregos e a arrecadação de tributos. Ao final de 2013, eram 15 (quinze) as concessões administradas pela ANTT, totalizando 5.239,7 km de rodovias concedidas.

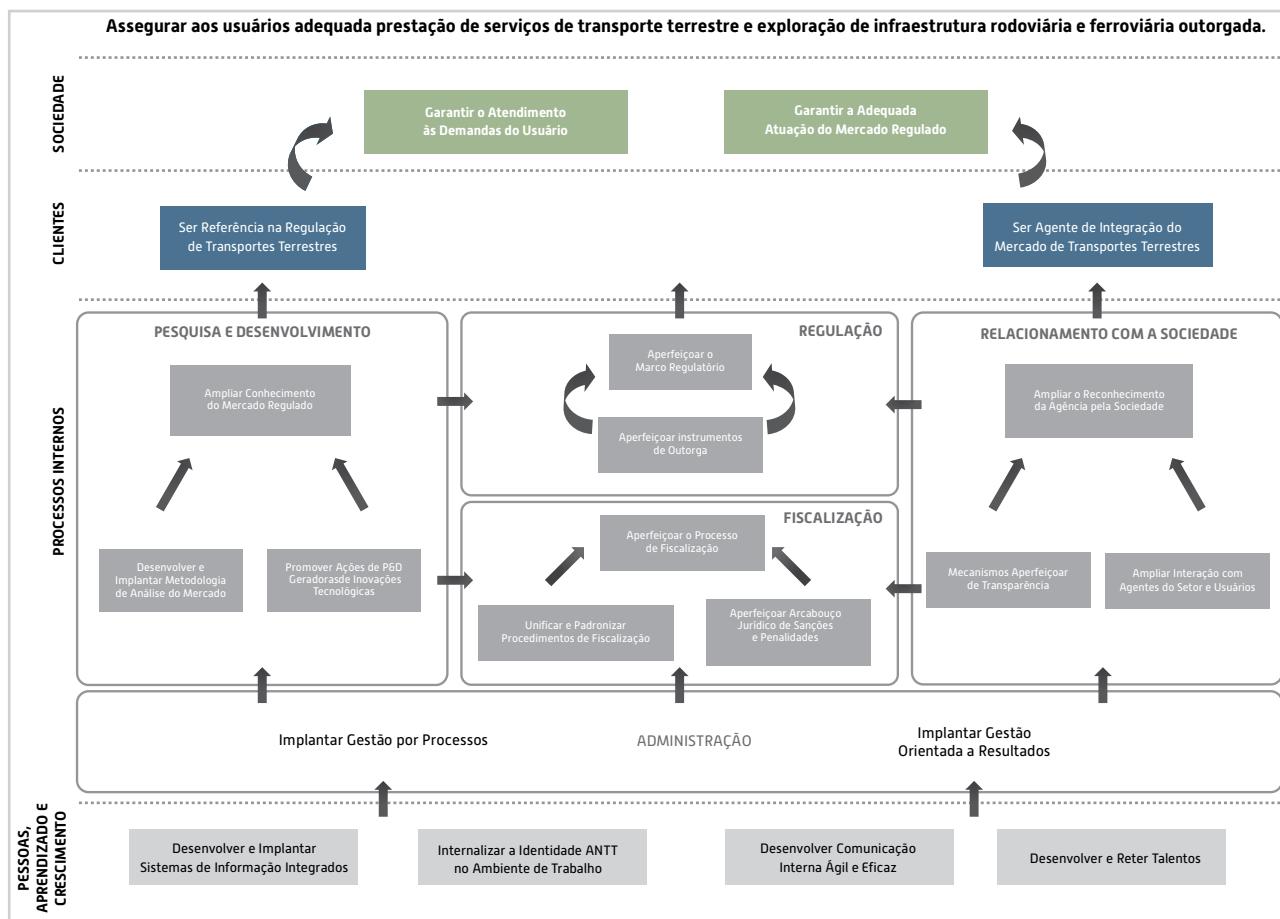
No âmbito do Programa de Investimento em Logística, no ano de 2013, foram concluídos quatorze estudos relativos a trechos ferroviários, que correspondem a 10.327 km de ferrovias e totalizam 99% da meta estipulada para os quatro anos do Plano Plurianual 2012-2015.

Gestão Estratégica





Em agosto de 2009, por meio da Deliberação nº 206/09, a Diretoria aprovou a definição da Missão, dos Objetivos Estratégicos, dos Indicadores de Desempenho e dos Programas Estruturantes, componentes do Plano Estratégico Corporativo da ANTT 2009/2012. Ademais, foi criado o Núcleo de Gestão Corporativa (NGC), o qual apresentava como uma de suas competências a consolidação e sistematização dos dados para a mensuração dos indicadores de desempenho. Foram instituídos 21 (vinte e um) Objetivos Estratégicos, 46 (quarenta e seis) Indicadores e 36 (trinta e seis) Projetos Estruturantes¹. Deste trabalho resultou o Mapa Estratégico a seguir.



No período de 2009 a 2012 foram realizados sete Ciclos de Avaliação Estratégica² e três Seminários Anuais de Planejamento Estratégico. Com o apoio da consultoria contratada pelo Ministério dos Transportes – MT e em atendimento à Deliberação nº 271, de 14 de dezembro de 2011, iniciaram-se em agosto de 2012 as ações necessárias à construção do Planejamento Estratégico da ANTT Ciclo 2013-2016, buscando alinhar a estratégia da Agência com a daquele Ministério.

O ano de 2013 foi importante para que todo o setor de transportes caminhasse junto em busca dos mesmos objetivos, sendo necessário o alinhamento do Planejamento Estratégico das Instituições vinculadas.

A partir da publicação do mapa do setor transportes³, a ANTT elaborou seu Mapa Estratégico para o ciclo 2013-2016, com objetivos estratégicos adequados ao cenário atual do setor de transportes e que incluiu elementos inexistentes no mapa anterior, tais como a Visão da ANTT e seus atributos de valor, os quais representam, respectivamente, a descrição do futuro almejado e os princípios que orientarão a execução das atividades da Agência.

O Mapa Estratégico 2013-2016 contempla em suas perspectivas e objetivos estratégicos tanto as atribuições legais previstas para a Agência quanto às previstas no Plano Plurianual⁴, como por exemplo: "Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação", "Promover

a melhoria contínua da operação e serviços de transportes" e "Assegurar adequada atuação do mercado regulado". A visualização do Mapa Estratégico 2013-2016⁵, logo abaixo, permite observar, por meio dos objetivos estratégicos apresentados, a consonância destes com as competências atribuídas à Instituição.

Dessa forma, nota-se que a construção do Planejamento Estratégico do Ciclo 2013-2016 está alinhada ao Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes – MT, sendo este responsável pela definição das políticas para o setor Transportes que impactam nas ações da Agência.

		Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre					
		Ser referência na regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos serviços de transporte terrestre					
		Atributos de Valor:					
Resultados		- Segurança; - Qualidade;	- Eficiência; - Imparcialidade;	- Conforto; - Modicidade Tarifária;	- Rápidez; - Responsabilidade;	- Pontualidade; - Socioambiental.	
		Assegurar adequada atuação do mercado regulado	Promover a melhoria contínua da operação e serviços de transportes	Promover a eficiência logística	Otimizar a participação privada		
		Outorga	Regulação	Fiscalização			
		- Aperfeiçoar o processo de outorga - Aprimorar os instrumentos de outorga	Aperfeiçoar o marco regulatório	Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação			
		Conhecimento e inovação	Comunicação				
		- Mitigar assimetrias de informações - Garantir atualidade tecnológica	Ampliar interação com mercado regulado, usuários e demais partes interessadas				
		Governança	Pessoas	Ambiente organizacional			
		Alinhar estrutura organizacional a estratégia	Consolidar a gestão por resultados - Gestão Estratégica - Gestão de Projetos - Gestão de Processos - Gestão de Riscos	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações	Assegurar a transparéncia ativa da gestão	Desenvolver e implantar a gestão por competências	Garantir ambiente organizacional propício - Comunicação efetiva; - Qualidade de vida no trabalho; - Identidade organizacional.

Gestão Estratégica:

O processo de Gestão Estratégica foi instituído pela Portaria nº 203, de 29 de Abril de 2009.

¹ Utilizou-se a metodologia Balanced Scorecard (BSC). Metodologia que mensura os parâmetros representativos da estratégia para o alcance dos resultados.

² Eventos realizados trimestralmente que forneciam o posicionamento atualizado das ações e contribuíam para orientar eventuais correções de rumo da estratégia.

³ A Portaria nº 159 (MT), de 26 de Setembro de 2013, instituiu o Planejamento Estratégico do Sistema Transportes, cuja operacionalização está a cargo do Ministério e de suas entidades vinculadas.

⁴ O Planejamento Estratégico da Agência encontra-se estritamente vinculado às suas competências legais e ao definido no documento do Plano Plurianual - PPA.

⁵ A ANTT definiu três perspectivas, demonstradas no Mapa, são elas: "Organização Interna", pois os processos internos atuam como alicerces para o desempenho das atividades finalísticas; "Foco de Atuação", com a representação dos trabalhos a serem desenvolvidos em prol da sociedade, dos entes regulados e demais interessados; e, por último, a perspectiva de "Resultados", que demonstra os produtos que a Agência almeja entregar aos entes com os quais se relaciona.

Objetivos Estratégicos⁷

Os Objetivos Estratégicos da ANTT para o exercício 2013 estão retratados em seu Mapa Estratégico. Destacam-se, a seguir, os objetivos que representam os resultados pretendidos pela Agência, em cumprimento às diretrizes governamentais de melhoria da infraestrutura, assim como os instrumentos regulatórios necessários à sua consecução:

- “Assegurar Adequada Atuação do Mercado Regulado”;
- “Promover a Melhoria Contínua da Operação e Serviços de Transporte”;
- “Promover a Eficiência Logística”; e
- “Otimizar a Participação Privada”.

Adicionalmente, aponta-se o objetivo “Aperfeiçoar o Marco Regulatório”, que proverá os normativos legais para melhoria dos demais resultados.

O Programa de Concessões Rodoviárias Federais, que tem como diretrizes a provisão de uma malha rodoviária ampla e de maior capacidade, moderna e integrada, de cadeias de suprimentos eficientes e competitivas, além de modicidade tarifária, representou, ao longo de 2013, o conjunto de Projetos que, na área de rodovias, apoiou a consecução dos objetivos de resultado acima descritos.

Com a implantação do Programa de Investimento em Logística [PIL]⁸, houve uma ampliação dos projetos de concessões rodoviárias, englobando as Fases I e III da 3ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. A Fase I, composta por dois lotes referentes às BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG, e a Fase III, composta por sete lotes referentes às BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e TO-080; BR-050/GO/MG; BR-163/MT; BR-163/MS e BR-060/153/262/DF/GO/MG.

Nesse sentido, foram concedidos à iniciativa privada ao longo do ano de 2013 os cinco trechos a seguir: BR-050(MG/GO), BR-163(MS), BR-163(MT), BR-101(BA), BR-060/153/262(DF/GO/MG) e BR-040(DF/GO/MG).

As realizações do PIL contribuem para o atendimento aos objetivos anteriormente citados. No processo de acompanhamento dos resultados obtidos, observou-se, em 2013, que a aprovação do Plano de Outorga para a BR 153/GO/MG e a aprovação do EVTE para a BR 153/TO/GO representariam pontos de controle relevantes para obtenção do resultado final. Nesse sentido, foram providenciados os documentos e as informações necessários, prevendo-se a assinatura de contratos no início de 2014.

Rumo à missão da ANTT cita-se o Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – Propass Brasil, que visa melhorar e ampliar a prestação do serviço de transporte de passageiros. Em relação aos serviços interestaduais operados por ônibus rodoviários, após a aprovação final do Plano de Outorga pelo Ministério dos Transportes em julho de 2013, foi publicado o Edital de Licitação nº 1/2013, em 29/8/2013, que iniciou o processo licitatório de todo o sistema interestadual operado por ônibus rodoviário. Ressalte-se que, em 19/12/2013, em decorrência do deferimento de tutela antecipada recursal nos autos do Agravo de Instrumento nº 75141-06.2013.4.01.0000 houve a suspensão do Edital de Licitação nº 1/2013.

Outra realização relevante e que contribuiu para o alcance dos objetivos foi a instituição da Agenda Regulatória – biênio 2013/2014, ferramenta que organiza em eixos temáticos as matérias prioritárias que contribuem para o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da Agência. Da mesma forma, a recomposição de pessoal ocorrida em 2013,

por meio da realização do 3º Concurso Público para provimento de vagas em cargos de nível superior e intermediário, em que foram oferecidas 135 vagas para técnicos administrativos e de regulação, analistas administrativos e especialistas em regulação, também contribuiu para o alcance dos objetivos estratégicos da ANTT.

Indicadores⁹

Considerando a aprovação do Planejamento Estratégico do Sistema Transportes ao final de setembro de 2013, premissa da qual a ANTT dependia para continuar a construção de seu Planejamento, realizou-se, neste mesmo período, reunião com gestores da Agência onde foram sugeridos os Indicadores de Desempenho para alguns objetivos estratégicos.

Dada a vinculação ao Planejamento Estratégico do Sistema Transportes, a ANTT definiu cinco indicadores que, ao passo em que mensuram os resultados alcançados pela Agência, também influenciam os resultados no Mapa Estratégico do Sistema Transportes. São eles:

Indicador	Fórmula	Meta / Índice alcançado	2013	2014	2015
Movimentação de cargas por ferrovias [Milhões de TU]	Valor movimentado de cargas pelas Concessões de Transporte Ferroviário de Cargas	Meta Índice registrado	465 314,93	472,5	482,0
Índice de Segurança operacional Ferroviária [acidentes por milhão de trens.km]	[número ocorrências/milhão trem.km]x10 ³	Meta Índice registrado	16,0 12,69	15,5	15,0
Percentual de Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (%)	[Nº inspeções realizadas/nº inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização Rodoviária]x100	Meta Índice registrado	100% 108%	100%	100%
Percentual de cumprimento da agenda regulatória (%)	Nº de projetos concluídos/nº de projetos previstos inicialmente para serem concluídos no ano * 100	Meta Índice registrado	100% 91,41%	-	-
Volume de investimentos privados no setor transportes [Bilhões de Reais]	Investimento privado no período X	Meta Índice registrado	7,5 4,6	13,0	16,5

Fonte: GEIMO

Macroprocessos Finalísticos¹⁰

Foram estabelecidos como prioritários para o ano de 2013 os macroprocessos finalísticos “Gestão de Concessão e Permissão” e “Gestão de Fiscalização”.

O macroprocesso “Gestão de Concessão e Permissão” visa gerir os contratos de outorga de passageiros e de infraestrutura rodoviária e ferroviária. Assim, a ANTT realiza o acompanhamento da execução contratual da infraestrutura concedida, por meio da análise dos planos de execução e da gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados entre a ANTT e as concessionárias. Nesse sentido, esses processos convergem para o alcance dos objetivos estratégicos, como, por exemplo, os objetivos “Assegurar adequada atuação do mercado regulado” e “Mitigar a assimetria de informações”.

O macroprocesso “Gestão da Fiscalização” caracteriza a elaboração das etapas de fiscalização. Contempla os trabalhos de planejamento da fiscalização dos serviços de transportes ferroviário e rodoviário de cargas e de passageiros, e da infraestrutura outorgada. Finda a etapa de planejamento, inicia-se a etapa de execução da fiscalização, tanto no que tange ao transporte de cargas e passageiros quanto à fiscalização econômico-financeira das empresas concessionárias. Incluem-se neste macroprocesso o processo administrativo de julgamento de penalidades e o processamento dos autos de infração aplicados.

Macroprocessos de Suporte Organizacional¹¹

Para o ano de 2013, foram estabelecidos como prioritários os seguintes macroprocessos de suporte organizacional (terminologia adotada pela ANTT): “Gestão da Comunicação Organizacional” e “Gestão de Compras e Contratações”.

A “Gestão da Comunicação Organizacional” na ANTT se baseia nos processos de gestão da comunicação social interna e gestão da comunicação com a sociedade oriunda de demandas detectadas internamente. Dentre as ações realizadas no ano de 2013, destacam-se: a reformulação da intranet de forma a facilitar a busca por informações, aumentando a agilidade e a eficácia da comunicação interna; os eventos realizados visando à interação da Agência com a sociedade e demais partes interessadas, como as audiências e consultas públicas; a publicação da Deliberação nº 268, de 15 de outubro de 2013, que instituiu os procedimentos a serem observados no âmbito da Lei de Acesso à Informação – LAI; e o curso de ambientação para novos servidores. Além disso, a Agência procura sempre gerir seu processo de comunicação com a sociedade, por meio de constante atualização das informações presentes em seu portal e da resposta às demandas recebidas.

A “Gestão de Compras e Contratações” na ANTT é suportada pelos processos de aquisição de bens e serviços e gestão do acompanhamento de compra e licitação. Acrescenta-se que todo o processo de compras e aquisições da Agência é regido pelo Regulamento de Licitações e Contratações – RLC, aprovado por meio da Deliberação nº 286, de 20 de dezembro de 2011, e pela Portaria nº 271, de 17 de setembro de 2008, normativos que estabelecem as normas gerais sobre licitações e contratações administrativas no âmbito da ANTT.

⁷ Os Objetivos Estratégicos representam os resultados que a instituição pretende atingir em determinado período de tempo. Além disso, decorrem da Missão organizacional e permeiam perspectivas que facilitam a compreensão das linhas de atuação.

⁸ Para saber mais sobre o PIL: www.logisticabrasil.gov.br

⁹ A função dos indicadores é aferir periodicamente o desempenho das ações em andamento e, a partir dos resultados apurados, auxiliar a tomada de decisões dos gestores da instituição.

¹⁰ Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, são considerados essenciais à existência da Instituição.

¹¹ Compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da organização, ou seja, garantem suporte adequado aos macroprocessos finalísticos.

Concessões Rodoviárias





O Programa de Concessão de Rodovias Federais¹ abrange 11.191,1 quilômetros de rodovias e serão investidos R\$ 42 bilhões, desdobrado em concessões promovidas pelo Ministério dos Transportes, pelos governos estaduais, mediante delegações com base na Lei n.º 9.277/96, e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em 2013, eram administradas pela Agência 15 concessões rodoviárias, totalizando 5.239,7 km.

O Programa de Concessão de Rodovias Federais está estruturado em três etapas²:

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.482,4 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrangeu 2.600,8 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012, portanto não fez parte do PIL.

As principais características do PIL:

- Investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte);
- Realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental;
- Seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada;
- Tráfego urbano não pedagiado; e
- Início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

Concessões Administradas pela ANTT até 2013

Rodovias	Trechos	Extensão
BR-116/RJ/SP [NOVA DUTRA]	Rio de Janeiro – São Paulo	402,0 Km
BR-101/RJ [PONTE]	Ponte Rio – Niterói	13,2 Km
BR-140/MG/RJ [CONCER]	Rio de Janeiro – Juiz de Fora	179,9 Km
BR-116/RJ [CRT]	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5 Km
BR-290/RS [CONCEPA]	Osório – Porto Alegre	121,0 Km
BR-116/293/392/RS [ECOSUL]	Polo de Pelotas	623,8 Km
BR-116/PR/SC [AUTOPISTA PLANALTO SUL]	Curitiba – Div. SC/RS	412,7 Km
BR-116/376/PR e BR 101/SC [AUTOPISTA LITORAL SUL]	Curitiba – Florianópolis	382,3 Km

BR-116/SP/PR [AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT]	São Paulo – Curitiba [Régis Bittencourt]	401,6 Km
BR-381/MG/SP [AUTOPISTA FERNÃO DIAS]	Belo Horizonte – São Paulo [Fernão Dias]	562,1 Km
BR-101/RJ [AUTOPISTA FLUMINENSE]	Ponte Rio – Niterói – Div. RJ/ES	320,1 Km
BR-153/SP [TRANSBRASILIANA]	Div. MG/SP – Div. SP/PR	321,6 Km
BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Div. MG/RJ – Entr. BR-116 (Dutra)	200,4 Km
BR-116/324/BA e BA-526/528 (VIABAHIA)	Div. BA/MG – Salvador – Acesso à Base Naval de Aratu	680,6 km
BR-101/ES/BA [ECO-101]	Entr. com a BA-698 [acesso a Mucuri] – Divisa ES/RJ	475,9 Km
Total		5.239,7 Km

Trechos Rodoviários Leiloados em 2013

Rodovia	Leilão	Concessionária	Extensão	Deságio
BR 101*	Jan/13	ECO101	475,9 Km	45,63%
BR 050	Set/13	MGO RODOVIAS	436,6 Km	42,38%
BR 163 MT	Nov/13	CRO	850,9 Km	50%
BR 060	Dez/13	CONCEBRA	1.176,5 Km	52%
BR 163 MS	Dez/13	MS VIA	847,2 Km	52,74%
BR 040	Dez/13	BR 040	936,8 Km	61%

*Tanto o leilão quanto a assinatura do contrato de concessão da BR 101 foram realizados em 2013.

¹ Matriz de Transportes em 2013: Modal rodoviário com 58%; Modal ferroviário com 25% e o Modal Hidroviário com 4%.

² Contextualização da política para Concessões de Rodovias: As primeiras concessões contratadas (1995 – 1998) apresentavam tarifas elevadas em função da realidade econômica à época, o que elevava a taxa de retorno dos investimentos. A etapa seguinte (2008 – 2009) evoluiu em relação à redução das taxas de retorno praticadas e à ampliação do mercado do ponto de vista da atração de novos investidores, o que resultou em tarifas significativamente menores. A etapa atual busca aperfeiçoar a modelagem através do estabelecimento das seguintes diretrizes:

- Priorização de trechos que apresentam potencial de investimentos em ampliação e melhorias;
- Concentração de investimentos na fase inicial dos contratos;
- Cobrança de pedágio somente após a conclusão de 10% da duplicação prevista; e
- Posicionamento das praças de pedágio em locais que não afetam o tráfego urbano e de curta distância.

Fiscalização Técnico-Operacional das Concessões

A fiscalização dos Contratos de Concessão das Rodovias Federais sob responsabilidade da ANTT foi realizada em função dos parâmetros de desempenho especificados nos respectivos Contratos de Concessão e em conformidade com os planejamentos mensais apresentados pelas concessionárias, nos quais constam as programações de obras e serviços a serem executados ao longo de cada mês.

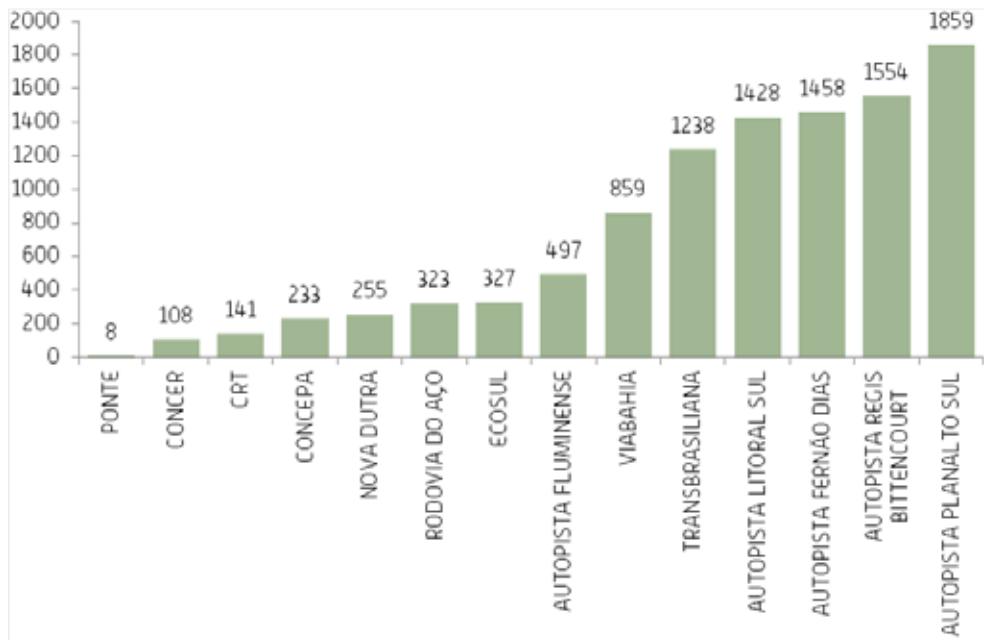
Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físicos – RETOF, bem como os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas Concessionárias.

Foram realizadas diversas atividades em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Entre janeiro e dezembro de 2013, foram efetuadas 1982 [mil novecentas e oitenta e duas] ações de fiscalização nas Rodovias Federais Concedidas. Durante o feriado do ano novo 2012/2013, foi realizada fiscalização extraordinária para verificação do atendimento aos parâmetros de desempenho nas praças de pedágio de maior volume.

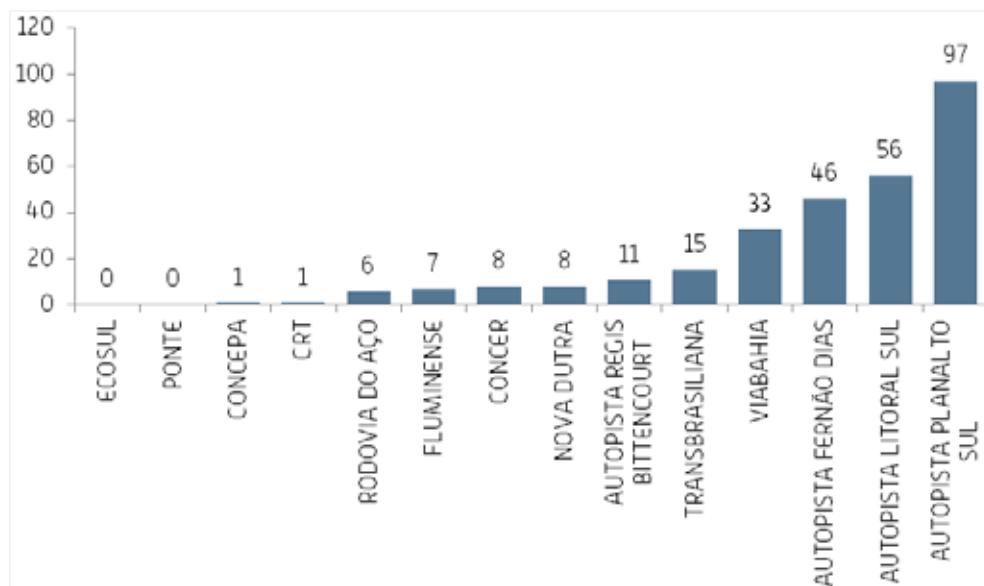
Como resultado das atividades da fiscalização, foram emitidos 10.288 (dez mil duzentos e oitenta e oito) Termos de Registro de Ocorrência – TROs, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório. No mesmo exercício, foram lavrados 289 (duzentos e oitenta e nove) Autos de Infração – AIs e 1763 (mil setecentos e sessenta e três) Notificações de Infração – NIs, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou inconformidades nos relatórios de monitoração ou inexecuções de obras.

Em 2013, foram autuados 2061 [dois mil e sessenta e um] Processos Administrativos Simplificados – PAS para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Posteriormente, as inconformidades foram solucionadas pelas Concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a autuada da aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal.

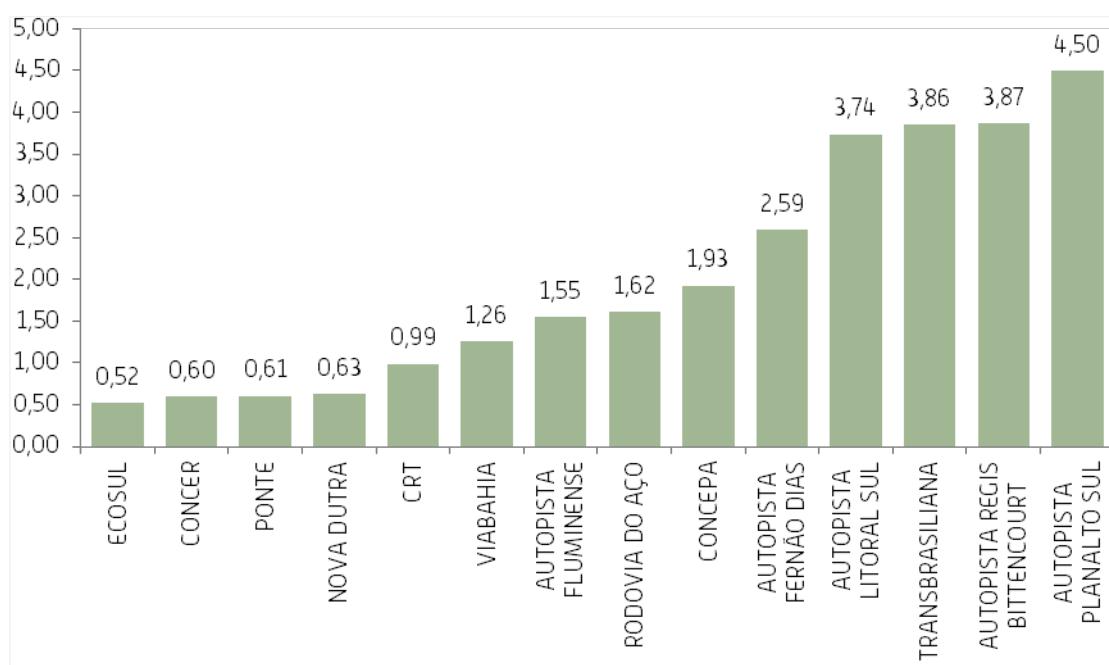
TRO	
PONTE	8
CONCER	108
CRT	141
CONCEPA	233
NOVA DUTRA	255
RODOVIA DO AÇO	323
ECOSUL	327
AUTOPISTA FLUMINENSE	497
VIABAHIA	859
TRANSBRASILIANA2012	1238
AUTOPISTA LITORAL SUL	1428
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	1458
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	1554
AUTOPISTA PLANALTO SUL	1859
Total	10288



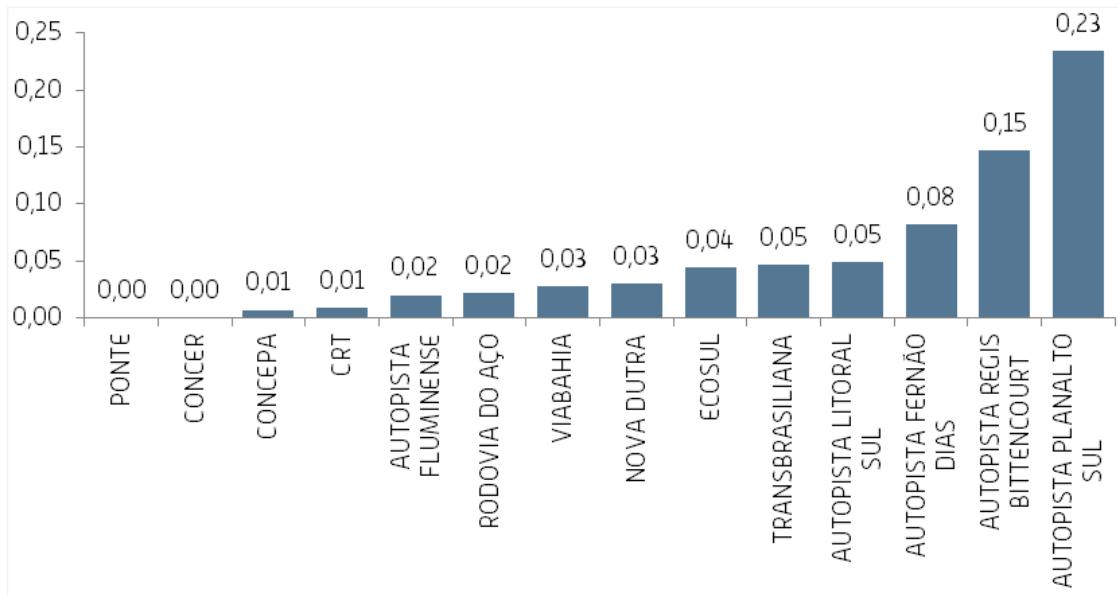
AI	
ECOSUL	0
PONTE	0
CONCEPA	1
CRT	1
RODOVIA DO AÇO	6
FLUMINENSE	7
CONCER	8
NOVA DUTRA	8
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	11
TRANSBRASILIANA	15
VIABAHIA	33
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	46
AUTOPISTA LITORAL SUL	56
AUTOPISTA PLANALTO SUL	97
Total	289



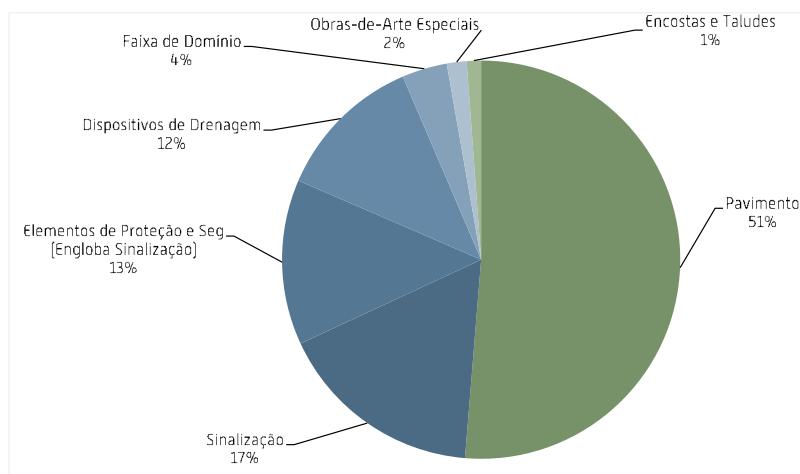
TRO X KM	
ECOSUL	0,52
CONCER	0,60
PONTE	0,61
NOVA DUTRA	0,63
CRT	0,99
VIABAHIA	1,26
AUTOPISTA FLUMINENSE	1,55
RODOVIA DO AÇO	1,62
CONCEPA	1,93
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	2,59
AUTOPISTA LITORAL SUL	3,74
TRANSBRASILIANA	3,86
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	3,87
AUTOPISTA PLANALTO SUL	4,50
Total	28,27



AI X KM	
PONTE	0,00
CONCERT	0,00
CONCEPA	0,01
CRT	0,01
AUTOPISTA FLUMINENSE	0,02
RODOVIA DO AÇO	0,02
VIABAHIA	0,03
NOVA DUTRA	0,03
ECOSUL	0,04
TRANSBRASILIANA	0,05
AUTOPISTA LITORAL SUL	0,05
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	0,08
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	0,15
AUTOPISTA PLANALTO SUL	0,23
Total	0,72



TRECHO X ELEMENTOS	
Pavimento	5134
Sinalização	1680
Elementos de Proteção e Seg [Engloba Sinalização]	1343
Dispositivos de Drenagem	1208
Faixa de Domínio	367
Obras-de-Arte Especiais	161
Encostas e Taludes	116
Outros	90
Sistemas Elétricos e de Iluminação	63
Operação	28



Principais Atividades de Fiscalização

1. BR 101/ES/BA

Em 2013, com a assinatura do Contrato de Concessão do Edital de Concessão n.º 001/2011 da concessionária ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., foi nomeada a Comissão de Vistoria referente à Fase de Trabalhos Iniciais, com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, que tem duração de até um ano.

A concessionária poderá iniciar a cobrança da tarifa de pedágio somente após o cumprimento de todas as obrigações previstas em contrato para a fase. A Concessionária, no entanto, já iniciou a operação do trecho, passando a oferecer serviços de socorro médico e mecânico gratuitos aos usuários da rodovia.

2. Concessão da BR-116/BA

Em 2013, foi realizada a terceira fiscalização de parâmetros de desempenho no trecho concedido à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A, a fim de verificação do cumprimento dos indicadores constantes no Programa de Exploração da Rodovia - PER, com vistas a determinar o percentual relativo ao Desconto de Reequilíbrio a ser aplicado à Tarifa Básica de Pedágio. O resultado da vistoria foi um relatório informando as inconformidades encontradas ao longo do trecho, bem como o valor do desconto de reequilíbrio apurado para o 3º ano de concessão.

3. Concessão da Ponte São Borja-BRA/Santo Tomé-ARG

Trata de apoio técnico de regulação à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes relativo à gestão e fiscalização do Contrato Internacional de Concessão da Ponte sobre o Rio Uruguai entre as cidades de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina).

O assessoramento técnico se deu por meio de reuniões na Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes - SE/MT, contatos telefônicos, análise de processo e acompanhamento de comitiva da SE/MT ao trecho concedido, com a finalidade de realização de vistoria em campo. Ainda, o apoio técnico buscou apresentar sugestões à COMAB/DELCON no sentido de fornecer subsídios ao melhor gerenciamento daquela concessão à luz da experiência regulatória da ANTT.

4. Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais – Fase I e II

A ANTT realizou ações de fiscalização ordinárias dos serviços executados durante as Fases de Recuperação e Conservação das rodovias, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Concessão inseridas no Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais (Fernão Dias, Fluminense, Litoral Sul, Planalto, Régis Bittencourt, Rodovia do Aço, Transbrasiliana e VIABAHIA).

Também foram nomeadas Comissões de Vistoria para cada um dos trechos do Segundo Lote cujo prazo da Fase de Recuperação tenha sido concluído, de modo a verificar o cumprimento das obrigações previstas em contrato.

Uso e Ocupação da Faixa de Domínio

A partir da Deliberação n.º 157/2010, de 12/05/2010, publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2010, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF passou a autorizar o uso e ocupação das faixas de domínio das Rodovias Federais Concedidas, tendo em vista a delegação dessa competência, que antes era da Diretoria da ANTT.

Durante todo o ano de 2013, foram publicadas 156 (cento e cinquenta e seis) Portarias com autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio, todas referentes a autorizações originárias, de modo que é possível verificar um leve aumento na média anual, considerando somente esse tipo de autorização, vez que foram publicadas 142 (cento e quarenta e duas) no ano de 2012.

Gestão dos Contratos de Exploração das Rodovias Concedidas

Acompanhamento dos Convênios celebrados entre a ANTT e o DPRF

Essa parceria visa, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal – PRF necessário à execução dos serviços de policiamento e ao apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª fase da 2ª Etapa do Programa Federal de Concessões Rodoviárias.

Os recursos são utilizados na aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de veículos, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviços de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

Importante destacar que o recurso disponibilizado por meio do Convênio deve ser aplicado em equipamentos e serviços utilizados pela PRF apenas no trecho concedido. Isso tem a finalidade de oferecer condições adequadas de trabalho à corporação, nas suas atividades competentes

de policiamento e apoio operacional à Concessionária e à equipe de fiscalização de campo desta ANTT.

Atualmente, estão firmados nove convênios para aparelhamento da PRF, conforme quadro apresentado a seguir:

Concessionária	Rodovia	Trecho	Nº do convênio
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A	BR-153/SP	Divisa MG/SP – Divisa SP/PR	001/2009
Rodovia do Aço S/A	BR-393/RJ	Divisa MG/RJ – Entrada com a Via Dutra	002/2009
Autopista Litoral Sul S/A	BR-376/PR - BR-101/SC	Curitiba - Florianópolis	004/2009
Autopista Fluminense S/A	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói - Divisa RJ/ES	005/2009
Autopista Régis Bittencourt S/A	BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	006/2009
Autopista Fernão Dias S/A	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	007/2009
NovaDutra – Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A	BR-116	Rio de Janeiro - São Paulo	008/2009
Autopista Planalto Sul S/A	BR-116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	009/2009
CONCEPA	BR-290/RS e BR-116/RS	Osório - Porto Alegre -Acesso para Guaíba	005/2011

Fonte: SUINF

Os convênios para o aparelhamento da PRF nas concessões da Ponte Rio – Niterói, CONCER [BR-040/RJ – Trecho Rio de Janeiro/RJ – Juiz de Fora/MG] e do Polo Rodoviário de Pelotas/RS se encontram em fase final de análise.

Com a assinatura do contrato da ECO – 101, em 17/04/2013, surgiu a necessidade de promover mais um convênio de aparelhamento da PRF, o qual se encontra, também, em fase final de análise.

Análise das inexecuções referentes ao exercício 2012

Foram concluídas as análises das inexecuções das 14 (quatorze) Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias – PER ou no Programa de Exploração da Ponte – PEP, em 2013 referente ao ano de 2012, com a elaboração de 13 (treze) Pareceres de Inexecuções, que resultaram em 13 (treze) Portarias autorizando a postergação do cronograma de obras e serviços. As demais análises fizeram parte das Notas Técnicas de Revisão.

Destacamos que a análise das inexecuções foi realizada utilizando as informações dispostas nos Relatórios das obras executadas em 2012 apresentados pelas Concessionárias e pelas Unidades Regionais.

Revisão dos Programas de Exploração das Rodovias

Foram concluídas as análises das Propostas de Revisão dos PERs e PEP, apresentadas pelas quatorze Concessionárias de Rodovias Federais, que culminaram na elaboração de 32 (trinta e duas) Notas Técnicas, as quais foram submetidas à Diretoria para apreciação. Foram propostas alterações nos cronogramas das obras e serviços previstos e alterações dos textos do PER/PEP, bem como apresentadas todas as justificativas técnicas para alterações, gerando quatorze propostas de alteração do PER/PEP e quatorze propostas de cronogramas físico-financeiros. Visando ampliar a transparência das informações aos usuários, a Superintendência de

Exploração de Infraestrutura Ferroviária – SUINF está atualizando os textos dos Programas de Exploração das Rodovias – PER's, considerando as últimas revisões aprovadas.

Os trabalhos de atualização dos textos dos PER's das Concessionárias da Viabahia, CONCEPA, Autopista Régis Bittencourt, Transbrasiliana e Autopista Fernão Dias já foram disponibilizados no sítio eletrônico da ANTT - <http://www.antt.gov.br/>.

Em razão da assinatura do Contrato de Concessão do Edital nº 001/2011 da Concessionária ECO101 S/A, a Agência passou a administrar quinze Contratos de Concessão. No entanto, em 2013, não houve revisão do Programa de Exploração dessa Concessionária.

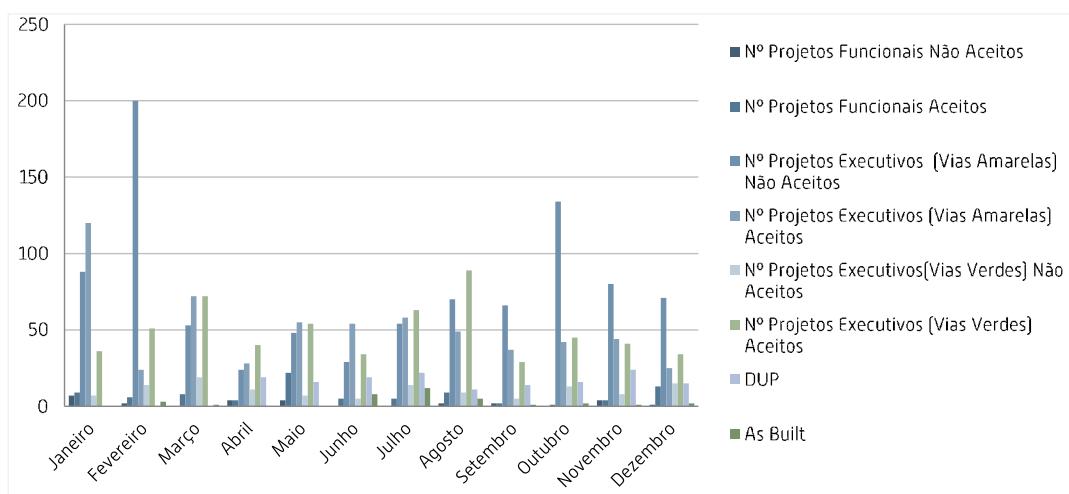
Análise de Projetos Executivos

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram gerados 2.545 (dois mil quinhentos e quarenta e cinco) Relatórios de Análise de Projetos, resultando na emissão de 608 (seiscientos e oito) pareceres técnicos referentes às análises favoráveis aos projetos executivos de obras de infraestrutura. Em relação ao número de análises realizadas em 2013, verificou-se um aumento de 215% (duzentos e quinze por cento) em relação ao ano de 2012.

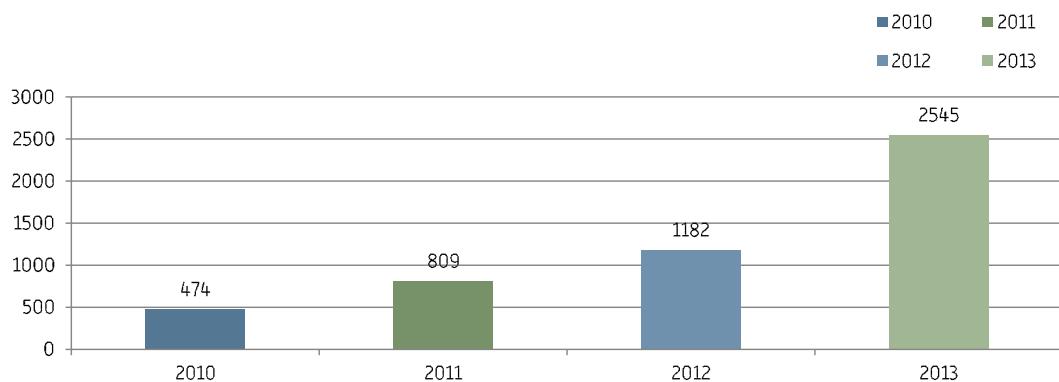
Além dos relatórios de análise, foram gerados também, durante o ano de 2013, os formulários de análise de risco de projetos, classificando cada projeto como de baixa, média ou alta complexidade, e os respectivos check-lists por tipo de projeto, para uniformização dos procedimentos relativos às análises das equipes técnicas.

Projetos Analisados Ano – 2013								
Mês/2013	Nº Projetos Funcionais Não Aceitos	Nº Projetos Funcionais Aceitos	Nº Projetos Executivos [Vias Amarelas] Não Aceitos	Nº Projetos Executivos [Vias Amarelas] Aceitos	Nº Projetos Executivos [Vias Verdes] Não Aceitos	Nº Projetos Executivos [Vias Verdes] Aceitos	DUP	As Built
Janeiro	7	9	88	120	7	36	0	0
Fevereiro	2	6	200	24	14	51	0	3
Março	0	8	53	72	19	72	0	1
Abril	4	4	24	28	11	40	19	0
Maio	4	22	48	55	7	54	16	0
Junho	0	5	29	54	5	34	19	8
Julho	0	5	54	58	14	63	22	12
Agosto	2	9	70	49	9	89	11	5
Setembro	2	2	66	37	5	29	14	1
Outubro	0	1	134	42	13	45	16	2
Novembro	4	4	80	44	8	41	24	1
Dezembro	1	13	71	25	15	34	15	2
Total Tipo de Projeto e Relatório	26	88	917	608	127	588	156	35
Total Ano 2013	114		1525		715		156	35
Número de Análises/Relatórios 2013					2545			

Relatórios de Análises de Projetos Gerados em 2013



Relatórios de Análise de Projeto 2010 - 2011 - 2012 - 2013



Análise e Aprovação dos Planejamentos Anuais

Foram analisadas as propostas de Planejamento Anual apresentadas pelas quatorze Concessionárias para o ano de 2013. Após os esclarecimentos fornecidos pelas Concessionárias e após as correções realizadas, todas as propostas foram aceitas pela ANTT.

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão. É por meio do Planejamento Anual que a Concessionária apresenta sua programação, distribuída mensalmente, para execução das obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia – PER em determinado ano da Concessão.

Decretos Expropriatórios

As propostas de Declaração de Utilidade Pública são apresentadas pelas Concessionárias e geram processos administrativos, que tramitam não somente no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, mas também no Ministério dos Transportes e na Casa Civil da Presidência da República, antes da expedição dos Decretos Presidenciais.

Desde a abertura dos processos até a publicação dos Decretos Presidenciais, as propostas passam por análises técnicas e jurídicas, sendo que o encaminhamento das propostas ao Ministério dos Transportes pressupõe a aprovação pela Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da publicação de Deliberações sobre o assunto.

As análises técnicas geraram, durante o ano de 2013, 48 Pareceres Técnicos, tendo sido encaminhadas, ao Ministério dos Transportes, 47 (quarenta e sete) propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a áreas cuja desapropriação se faz necessária para a execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas. É possível notar um retorno à média anual, após o crescimento expressivo de 2012 em relação a 2011, ou seja, 2012 com 73 propostas encaminhadas e 2011 com 41 propostas.

Durante o período, 61 (sessenta e um) Decretos Presidenciais foram publicados a partir de propostas encaminhadas, sendo algumas delas ainda referentes ao ano anterior, podendo-se, portanto, notar crescimento de 45% (quarenta e cinco por cento) em comparação com os 42 Decretos publicados em 2012.

Metodologia de Revisão e Padronização dos Processos de Outorga de Concessões Rodoviárias Em janeiro de 2014, serão submetidos à deliberação da Diretoria da ANTT os produtos dos Projetos Estruturantes 1.6 e 1.7 – Metodologia de Revisão e Padronização dos Contratos de Concessão de Rodovias, quais sejam:

- As planilhas do fluxo de caixa marginal para todas as concessões;
- Os modelos de contratos, PER e editais de concessão a serem adotados nos novos contratos de concessão de rodovias;
- Os modelos de estudos de viabilidade a serem adotados nos novos contratos de concessão de rodovias.

Fiscalização Financeira e Acompanhamento do Desempenho Econômico-Financeiro

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa à análise do desempenho econômico-financeiro das Concessionárias de Rodovias Federais, retratando a situação atual, sua evolução e tendências, trazendo transparência e previsibilidade ao Poder Concedente e aos usuários, além de prover maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias de rodovias federais em manter a adequada prestação do serviço público confiado ao parceiro privado. Tal procedimento visa dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise em diversos temas em curso na ANTT, como a apreciação de pleitos de constituição de garantia em captação de recursos, financiamentos ou emissão de títulos e valores imobiliários pelas Companhias que administraram as Rodovias Federais; além da mensuração da estrutura de capital e da base de remuneração das concessionárias de rodovias no processo de revisão de suas tarifas de referência.

Mais que isso, é acompanhado o planejamento econômico-financeiro apresentado pelas Empresas, avaliando a atratividade do setor, o nível de alavancagem, estrutura de capital e rentabilidades experimentados pelas Companhias que investem no Setor. Paralelamente à fiscalização das cláusulas de natureza econômico-financeira, acompanhamos o desempenho econômico e financeiro das Companhias que compõem o Setor Regulado, verificando mensalmente o cronograma e o planejamento econômico da Concessão, dotado dos investimentos previstos e realizados, das receitas de pedágio auferidas, custos realmente incorridos, nível de alavancagem e retorno financeiro dos investimentos realizados. Em suma, acompanhamos a saúde financeira das empresas concessionárias, resguardando a continuidade e a prestação adequada do serviço público, prezando ainda pela atratividade, eficiência e sustentabilidade do Setor Produtivo tutelado pela Agência.

Vale frisar que as duas principais fontes de recursos financeiros de um empreendimento são procedentes: (i) do aporte de Capital dos acionistas, e (ii) de recursos de terceiros oriundos de instituições financeiras. Ambos os casos são objeto de fiscalização e autorização por parte da SUINF e, portanto, faz-se necessária a devida manifestação favorável pela área técnica responsável na Superintendência.

Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento, por parte das detentoras de outorgas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras. Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem como no Manual de Fiscalização e no Plano Anual de Fiscalização Financeira. Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentos aplicáveis, no que tange aos aspectos econômico-financeiros.

Como resultado, é possível: antecipar contingências regulatórias; agregar transparência e previsibilidade; identificar possíveis infrações contratuais e a consequente apuração das irregularidades e propondo, assim, melhorias; atestar a regularidade das outorgas, a partir das verificações realizadas pela fiscalização.

O Atestado de Regularidade Contratual dos Aspectos Econômico-Financeiros é emitido, tomando por referência o Manual de Fiscalização Financeira do Setor, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações, assim como os itens de verificação que integram a base pela qual se constata a situação de regularidade de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS, sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

No ano de 2013, o procedimento abrangeu um total de 15 concessionárias de rodovias (todas as concessionárias em operação à época). Além disso, acompanhamos o processo de implementação do cadastro e registro, por parte das Concessionárias vencedores dos certames licitatórios da 3ª Etapa de Concessões Rodoviária, junto às autoridades fiscais, municipais, estaduais e federais.

Inspeções Econômico-Financeiras

Trata-se de inspeção utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer necessidades processuais ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detida e objetiva. Como resultado dessa regular fiscalização ordinária, foram identificados alguns procedimentos que exigiam vistoria mais detalhada. Foram realizadas duas inspeções econômico-financeiras em concessionárias de rodovias no exercício de 2013.

Durante essas inspeções, é possível aprofundar as informações necessárias à atestação da regularidade contratual das outorgas.

Verbas de Fiscalização

São receitas públicas de recolhimento compulsório pelas Concessionárias de Rodovias Federais, nos termos avençados nos Contratos de Concessão do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal.

Foi recolhido, referente às Verbas de Fiscalização Rodoviárias, o montante superior a R\$ 72 milhões. Esses valores foram cobrados e atualizados monetariamente por índice definido em cada contrato de concessão.

Investimentos Realizados em 2013

As concessionárias comprometem-se, por força contratual, a investir anualmente montantes de recursos nas rodovias federais outorgadas. Para fins de inteligibilidade e atendimento de normas contábeis, separam-se os investimentos em dois grandes grupos: imobilizado e intangível. O primeiro diz respeito a bens imóveis e também móveis, tais quais equipamentos, máquinas, instalações, mobiliário, veículos e outros que formam e alteram o patrimônio das concessionárias. O

segundo agrupa as intervenções na infraestrutura física das rodovias concedidas, visando sua recuperação, melhora e ampliação, e os serviços de manutenção e operação.

Dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão e de acordo com a deliberação CVM nº 691/12, a infraestrutura rodoviária não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas acessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

É preciso salientar que os investimentos incorridos pelas empresas são remunerados, exclusiva ou conjuntamente, por meio da cobrança de pedágio durante toda vigência das concessões, levando em consideração as diversas curvas de tráfego previstas para os períodos em questão, ou por meio de direito sobre ativos financeiros transferidos diretamente pelo poder concedente. Na tabela abaixo é possível visualizar o investimento das Concessionárias no período compreendido entre 2007 e 2013. O investimento é concentrado (60,1%) nas rodovias da 2ª Etapa - Fases I e II. Este resultado é esperado na medida em que as concessionárias tendem a dispender mais recursos nos anos iniciais dos trabalhos, em que recuperação e melhorias de vulto nas rodovias são exigidas.

Destacam-se os anos de 2011 e 2013 em relação aos recursos investidos. Nesses anos, as concessionárias dispenderam, a preços de 2013, mais de 2 bilhões de reais em investimentos na rodovias. No ano de 2013, alcançou-se a cifra de R\$ 2.324.278.000,00 em investimentos, prevalecendo a alocação de recursos em recuperação e melhoramentos das vias.

Verba de Fiscalização 2013	
Concessionárias	Valor R\$
NOVA DUTRA	R\$ 8.553.114,08
PONTE	R\$ 3.507.731,32
CONCER	R\$ 4.488.853,65
CONCEPA	R\$ 3.488.371,60
CRT	R\$ 2.903.388,20
ECOSUL	R\$ 1.857.491,48
FLUMINENSE	R\$ 3.592.081,39
RODOVIA DO AÇO	R\$ 1.920.665,81
PLANALTO SUL	R\$ 2.465.021,81
LITORAL SUL	R\$ 8.627.639,99
FERNÃO DIAS	R\$ 10.571.935,19
TRANSBRASILIANA	R\$ 2.400.723,02
REGIS	R\$ 11.251.719,33
VIABAHIA	R\$ 4.514.283,06
ECO-101	R\$ 2.080.978,47
Total	R\$ 72.223.998,40

Desde 2007, o conjunto das rodovias federais concedidas recebeu aportes equivalentes a 11,3 bilhões de reais, medidos em reais de 2013.

Ao se cotejar, por meio da tabela abaixo, o desembolso em investimentos nos anos de 2013 e 2012, é possível notar que os investimentos aumentaram na ordem de 400 milhões de reais.

Concessões de Rodovias									
Investimentos nos últimos 7 anos									
Rodovia	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Valores em R\$ 1.000	
								Preços de Dez 2013 (IPCA)	
Rodovia	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
1ª Etapa	275.447	373.192	342.626	436.647	533.005	468.290	471.006	2.900.213	25,7%
CONCEPA	35.179	51.487	41.422	43.448	49.764	67.292	37.462	326.054	2,9%
CONCER	25.641	59.491	28.529	48.249	65.136	70.122	148.115	445.283	3,9%
ECOSUL	30.666	20.266	32.497	22.802	37.097	34.109	41.047	218.483	1,9%
NOVADUTRA	137.298	207.589	204.490	263.061	317.752	240.895	183.028	1.554.113	13,7%
PONTE	26.426	16.719	10.341	18.207	13.941	8.353	15.566	109.555	1,0%
CRT	20.238	17.639	25.346	40.880	49.316	47.519	45.788	246.725	2,2%
2ª Etapa - Fase I^[1]		1.311.305	832.538	752.693	1.104.311	1.381.182	1.415.711	6.797.740	60,1%
RÉGIS BITTENCOURT		323.333	182.262	191.361	322.367	295.403	263.902	1.578.628	14,0%
LITORAL SUL		177.351	162.368	124.133	189.893	249.134	278.831	1.181.711	10,5%
PLANALTO SUL		131.816	78.451	80.582	131.483	154.655	127.869	704.857	6,2%
FERNÃO DIAS		288.971	207.683	214.776	199.057	312.044	273.859	1.496.389	13,2%
FLUMINENSE		155.096	110.018	66.992	112.120	212.166	273.937	930.329	8,2%
TRANSBRASILIANA		150.195	19.300	19.485	59.969	66.518	108.897	424.364	3,8%
RODOVIA DO AÇO		84.543	72.457	55.363	89.421	91.263	88.416	481.463	4,3%
2ª Etapa Fase II^[2]		3.617	272.386	827.624	64.637	394.986	1.563.251	13,8%	
VIABAHIA			3.617	272.386	827.624	64.637	394.986	1.563.251	13,8%
3ª Etapa Fase II							42.575	42.575	0,4%
ECO101							42.575	42.575	0,4%
Total	275.447	1.684.497	1.178.781	1.461.726	2.464.941	1.914.110	2.324.278	11.303.779	100,0%

Fonte: Demonstrações Financeiras Auditadas – Notas Explicativas.

^[1] Inícios das concessões em 2008.

^[2] Início da concessão em 2009.

Esse salto é explicado, em grande medida, pelo desempenho de investimento da VIABAHIA e pelo início de desembolsos da ECO101.

No ano de 2013, também cedeu em termos relativos o volume de recursos gastos pelas concessionárias da 1ª Etapa e da 2ª Etapa - Fase I frente ao impulso da VIABAHIA e da ECO101.

				Preços de Dez/2013 (IPCA)	
Rodovia	2012		2013		
	R\$	[%]	R\$	[%]	
1ª Etapa	468.290	24,47	471.006	20,26	
CONCEPA	67.292	3,52	37.462	1,61	
CONCER	70.122	3,66	148.115	6,37	
ECOSUL	34.109	1,78	41.047	1,77	
NOVADUTRA	240.895	12,59	183.028	7,87	
PONTE	8.353	0,44	15.566	0,67	
CRT	47.519	2,48	45.788	1,97	

2ª Etapa - Fase I ^{1}	1.381.182	72,16	1.415.711	60,91
RÉGIS BITTENCOURT	295.403	15,43	263.902	11,35
LITORAL SUL	249.134	13,02	278.831	12,00
PLANALTO SUL	154.655	8,08	127.869	5,50
FERNÃO DIAS	312.044	16,30	273.859	11,78
FLUMINENSE	212.166	11,08	273.937	11,79
TRANSBRASILIANA	66.518	3,48	108.897	4,69
RODOVIA DO AÇO	91.263	4,77	88.416	3,80
2ª Etapa Fase II ^{2}	64.637	3,38	394.986	16,99
VIAABAHIA	64.637	3,38	394.986	16,99
3ª Etapa Fase II		0,00	42.575	1,83
ECO101		0,00	42.575	1,83
Total	1.914.110	100,00	2.324.278	100,00

Fonte: Demonstrações Financeiras Auditadas - Notas Explicativas.

^{1} Inícios das concessões em 2008.

^{2} Início da concessão em 2009.

Padronização de Relatórios Financeiros e Definição do Manual de Contabilidade

Instrumento regulatório instituído a partir das necessidades observadas nos procedimentos de fiscalização e de acompanhamento do desempenho econômico que permitam o controle das atividades objeto das referidas concessões, contribuindo para o aprimoramento do processo de análise de dados econômico-financeiros das outorgas e sua posterior consolidação em números do setor rodoviário. O Manual é fundamental no ímpeto de agregar comparabilidade às empresas que compõem o mercado regulado, tornando-as comparáveis entre si e entre mercados análogos no Brasil e internacionalmente.

Da constante evolução do processo de fiscalização, bem como da legislação afeta ao tema, decorreu-se a necessidade de proceder à adequação do Manual de Contabilidade Setorial em vigor, à época. O processo, iniciado em 2010, foi concluído com a edição da Resolução ANTT nº 3.847, de 20 de junho de 2012, que aprovou a revisão do Manual de Contabilidade Setorial para as Concessionárias de Rodovias Federais.

O novo Manual considerou as alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, adequando-se às métricas e parâmetros internacionais para reconhecimento e mensuração dos fatos econômicos que impactam a Companhia, bem como as demais necessidades regulatórias identificadas.

Receitas Extraordinárias e Custos Associados

As Receitas Extraordinárias são montantes auferidos em decorrência de exploração de atividades acessórias ou alternativas ao objeto central do Contrato de Concessão. Tais atividades são previamente autorizadas e seu faturamento é acompanhado e fiscalizado pela ANTT. Esses valores possibilitam a modicidade tarifária e, por essa razão, é importante o acompanhamento dessas atividades, receitas e custos.

Com frequência mínima anual, a Concessionária apresenta os montantes auferidos em decorrência da exploração de atividades extraordinárias, seus custos e tributos incidentes e, a partir de testes de verificação, a equipe de fiscalização apura se, de fato, os montantes pleiteados pela Concessionária estão aderentes à realidade negocial experimentada pela Companhia.

Concessões Ferroviárias





727

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias. Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogável por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes.

Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística - PIL, que contemplou um novo modelo de concessão para o setor ferroviário.

Expansão da Malha

A existência de malha ferroviária com abrangência nacional confere ao País uma elevada capacidade de transporte, com baixo custo operacional e alta eficiência energética, contribuindo para aumentar a competitividade nos mercados internos e externos. As externalidades positivas advindas da maior utilização do transporte ferroviário impactam a geração de empregos diretos e indiretos em todo o Brasil. Em 2013, foram investidos R\$ 2,5 bilhões.

O Brasil está realizando importantes empreendimentos visando à expansão de sua malha ferroviária que, quando plenamente concluídos, integrarão todas as regiões do País. Os projetos ferroviários em curso como parte dessa iniciativa são:

Ferrovia Norte-Sul

- Tramo Central: Palmas/TO – Uruaçu/GO [575,0km] – o início das obras complementares, para conclusão do empreendimento, se deu em agosto de 2013 com execução de 3,22%. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 93,2%. Há previsão de conclusão das obras e início de operação para 2014;
- Tramo Sul: Uruaçu/GO – Anápolis/GO [280,0 km] – houve execução de 12,0% das obras complementares, para conclusão do empreendimento, excluindo o Pátio de Anápolis, que teve uma execução de 14,9% em 2013. Há previsão de conclusão das obras complementares e início da operação para 2014.

Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP [681,0 km] – foram executados 42,9% de infraestrutura, 1,0% de superestrutura e 26,0% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

- Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA [537,0 km] – foram executados 25% de infraestrutura e 28,9% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- Trecho Caetité/BA – Barreiras/BA [485,0 km] – não houve execução em 2013 em razão da suspensão dos contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para que fossem feitas sondagens de verificação do solo. A previsão para 2014 é de execução de 35% das obras, dos quais 37,5% de infraestrutura e 50,5% de obras de artes especiais.

Ferrovia Nova Transnordestina:

- Trecho Missão Velha/CE – Salgueiro/PE [96,0 km] – obra concluída em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE [163,0 km] – executados 99% da infraestrutura, 98% das obras de arte especiais e 70% da superestrutura em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- Trecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI [420,0 km] – executados 42% da infraestrutura e 35% das obras de arte especiais em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE – Suape/PE [522,0 km] – executados 55% da infraestrutura, 53% das obras de arte especiais e 35% da superestrutura em 2013;
- Trecho Pecém/CE – Missão Velha/CE [527,0 km] – executados 4% da infraestrutura e 3% das obras de arte especiais em 2013.

Ferronorte

- Trecho Itiquira/MT – Rondonópolis e Pátio de Rondonópolis [91,0 km] – obra concluída em 2013.

No setor ferroviário, o Programa de Investimentos em Logística - PIL prevê investimentos de R\$ 99,6 bilhões em construção e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas. Para isto, a ANTT, em conjunto com outros Órgãos, buscou desenvolver um modelo de exploração capaz de propiciar amplo acesso à malha ferroviária sendo realizados os estudos nos novos trechos.

Novo Modelo de Concessões Ferroviárias

Na atuação das concessões ferroviárias, houve avanços na implementação do novo modelo de concessão, denominado horizontal, que integra as ações do Programa de Investimentos em Logística – PIL e objetiva garantir livre acesso de transportadores aos trilhos, promovendo, dessa forma, a competitividade em busca da modicidade tarifária e uma consequente queda de preço no transporte de cargas. Constitui-se de um modelo que visa separar as atividades de gestão de infraestrutura (manutenção de via e licenciamento de trens) das operações de transporte (operação dos trens), diferentemente do modelo vertical, em que a empresa responsável pela concessão controla a infraestrutura, a operação e a comercialização dos serviços de transporte ferroviário na sua área de atuação.

Para implantar o novo modelo de concessões, um conjunto de ações foi estabelecido no âmbito da ANTT. O processo se iniciou com a expedição de resoluções regulatórias, tendo por objetivo estabelecer marco regulatório para que antigas concessões, denominadas de verticais, pudessem conviver com o novo modelo de concessões horizontais, em regime de operação integrada do Subsistema Ferroviário Federal (SFF), parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV).

Destacam-se as Resoluções:

- Nº 3.694, que aprova o regulamento dos usuários de serviço de transporte ferroviário de cargas;
- Nº 3.695, que aprova o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo;
- Resolução nº 3.696, que aprova o regulamento para a pactuação de metas de produção por trecho e acidentes das concessionárias ferroviárias.

Dentre outras ações regulatórias empreendidas em 2013 pela ANTT no setor ferroviário, cabe ressaltar a edição da Declaração de Rede 2014, o processo de pactuação de metas de produção de transporte por trecho e de redução de acidentes referentes às Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas para o quinquênio 2013/2017 e a análise e abertura de processos de reclamação de usuários.

No âmbito do Programa de Investimento em Logística, no ano de 2013, foram concluídos quatorze estudos relativos a trechos ferroviários, que correspondem a 10.327 km de ferrovias e totalizam 99% da meta estipulada para os quatro anos do Plano Plurianual 2012-2015. Após serem submetidos ao TCU e desde que aprovados por aquele Tribunal, os trechos serão leiloados e, posteriormente, concessionados à iniciativa privada.

	Lote de estudo - PIL	Extensão (km)	Situação do estudo	Ações realizadas
1	Açailândia - Barcarena	457	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
2	Estrela D'Oeste - Dourados	659	Concluído	Tomada de subsídio e audiência pública.
3	Lucas do Rio Verde - Campinorte	883	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
4	Maracaju - Lapa	989	Concluído	Tomada de subsídio.
5	Nova Iguaçu - Vila Velha	572	Concluído	Tomada de subsídio
6	Feira de Santana - Ipojuca	882	Concluído	Tomada de subsídio.
7	Corinto - Campos	-	Em andamento	-
8	Anápolis - Corinto	775	Concluído	-
9	Mairinque - Rio Grande	1653	Concluído	Tomada de subsídio.
10	Belo Horizonte - Candeias	1102	Concluído	Tomada de subsídio.
11	Lapa - Paranaguá - Pontal do Paraná	198	Concluído	Tomada de subsídio.
12	Ferroanel Sul	-	Em andamento	-
13	Ferroanel Norte [Perus - Jundiaí; Perus - Manoel Feio]	-	Em andamento	-
14	Feira de Santana - Juazeiro - Parnamirim	621	Em andamento	-
15	Ferrovia Norte Sul [Ouro Verde – Estrela D'Oeste; Porto Nacional - Anápolis]	1536	Concluído	-
Total		10327		

Fonte: SUFER

Consolidou-se, ainda, a importante política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal (SFF), com a publicação do Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013, com vistas à promoção de competição entre operadores ferroviários e à garantia de acesso de usuários e operadores ferroviários a toda a malha.

Em atendimento à nova regra regulatória que prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2014-2016, com previsão de investimentos privados na ordem de R\$ 15 bilhões.

Fiscalizações Ferroviárias

Tendo por objetivo a estruturação da fiscalização ferroviária no âmbito da ANTT, foi elaborado e aprovado o Plano Anual de Fiscalização Ferroviária, com a finalidade de orientar as ações a serem executadas no acompanhamento da prestação dos serviços de transporte de cargas outorgados, assegurando o cumprimento dos contratos, de acordo com o estabelecido no Título II, da Resolução ANTT nº 044, de 4 de julho de 2004.

Nas fiscalizações, considera-se o definido na Lei de Concessões nº 8.987/95, no Regulamento dos Transportes Ferroviários – RTF aprovado pelo Decreto nº 1.832/96, nos Contratos de Concessão e Arrendamento, e nas Normas Complementares [Título II da Resolução nº 044/ANTT].

Durante as inspeções técnicas e operacionais, caso sejam identificadas deficiências na prestação de serviço público de transporte ferroviário, as Concessionárias prestadoras de serviço público são notificadas para que adotem as providências necessárias. Dependendo da gravidade da deficiência, pode ser determinada restrição de velocidade ou outras restrições operacionais, ou até mesmo interdição do trecho ou suspensão do tráfego, quando detectado risco à segurança das operações.

Fiscalização dos Ativos Ferroviários

Durante o exercício de 2013, em relação à fiscalização das malhas ferroviárias, foram realizadas 83 inspeções, sendo 65 as programadas e 18 as eventuais.

Inspecções Programadas

A inspeção programada tem por finalidade a verificação "in loco" do uso, manutenção e reposição dos ativos arrendados da malha concessionada.

No exercício de 2013, foram realizadas 65 inspeções programadas nas malhas concedidas, conforme o quadro a seguir.

Inspecções Programadas Realizadas – 2013

Concessionária Inspecionada	Período	Trecho
MRS	14 a 15/02	Valongo - Piaçaguera - Conceiçãozinha; Divisa Perequê - Areais - Ramal das Fábricas.
TLSA	25 a 28/03	Itabaiana/PB - Cabedelo/PB
ABPF	25/03	Passa Quatro/MG - Cel. Fulgêncio/MG
ABPF	25/03	Trem das Águas - ABPF - São Lourenço
ALLMN	01 a 05/04	Alto Araguaia - Itiquira; Itiquira-Rondonópolis.
CRAT	06/04	Rio Acima - Trem das Cachoeiras
FCA	08 a 12/04	Boa Vista Nova - Uberaba;
FNS	15 a 19/04 22 a 26/04	Açailândia/MA - Porto Nacional/TO
ALLMP	22 a 26/04	Boa Vista Velha - Araraquara
TLSA	22 a 26/04	Inspeção Sede - Fortaleza
FCA	22 a 26/04	Calafate - General Carneiro / Ferrugem – Calafate / Ferrugem - Eldorado
ALLMS	24 a 26/04	São Francisco do Sul - Mafra
TLSA	06 a 10/05	Ramais Pecém e Mucuripe
ALLMP	06 a 10/05	Rio Preto Paulista - Marco Inicial
EFVM	20 a 24/05	Costa Lacerda - Pedreira - Rio das Velhas – Pedro Nolasco - Itabira / Ramal de Tubarão / Ramal de Fábrica / Cco
ALLMN	20 a 24/05	Marco Inicial - Alto Araguaia

FERROESTE	03 a 07/06	Guarapuava - Cascavel
ALLMP	03 a 07/06	Araraquara - Rio Preto Paulista
TLSA	03 a 07/06 10 a 14/06	São Luís/MA - Teresina/PI
ALLMO	17 a 21/06	Bauru - Três Lagoas
ALLMS	26 a 27/06	Jaboticaba - Carlos Barbosa
TLSA	01 a 05/07 08 a 12/07 15 a 17/07	Aracapé/CE - Teresina/PI
FTC	08 a 11/07	Imbituba - Paz Ferreira; Ramal de Sangão; Ramal Rio Fiorita; Ramal Urussanga; Ramal Oficina.
FCA	08 a 12/07	Uberaba - Araguari / Garças de Minas - Araguari
FCA	15 a 19/07	São João del Rei/Tiradentes [MG]
VALE	15 a 19/07	Trem Mariana - Ouro Preto [MG]
FCA	15 a 19/07	Garças de Minas - Calafate
ALLMO	15 a 19/07	Três Lagoas-Indubrasil; Pátio de Três Lagoas.
ALLMO	29/07 a 02/08	Indubrasil-Corumbá; Corumbá-Ladário; A. M. Coelho-Porto Esperança.
FCA	29/07 a 02/08 05 a 09/08	Alagoinhas/BA - Petrolina/PE
FCA	05 a 09/08	Barra Mansa - Garças de Minas
TLSA	12 a 16/08 19 a 23/08	Jorge Lins [Recife/PE] - Arrojado/CE
ALLMS	26 a 29/08	Iguáçu - Uvaranas Iguáçu - Paranaguá (Incluindo Ramal Morretes - Antonina)
FCA	26 a 30/08	General Carneiro - Monte Azul / Ramal de Pirapora
ALLMO	19 a 23/08	Mairinque - Bauru
MRS	02 a 06/09	Jacareí - Mogi das Cruzes; Suzano - Rio Grande da Serra; Rio Grande da Serra - Piaçaguera
FCA	09 a 13/09	Alagoinhas/BA - Propriá/SE
MRS	09 a 13/09	Guaíba - Barra do Piraí - Manoel Feio Brisamar - Cosiguá
FCA	09 a 13/09	General Carneiro - Monte Azul / Ramal De Pirapora
ALLMS	10 a 12/09	Santa Maria - Cruz Alta
FCA	23 a 27/09	Mapele - Monte Azul / Mapele - São Francisco
ALLMS	30/09 a 04/10	Rubião Júnior - Presidente Epitácio; Pátio de Presidente Prudente; Pátio de Ourinhos
TLSA	30/09 a 04/10	Aracapé/CE - Arrojado e Ramal do Crato
MRS	07 a 11/10	Pátio de Piaçaguera; Oficina de Raiz da Serra; Pátio de Santos
ALLMP	14 a 18/10	Jundiaí - Boa Vista Velha; Itirapina - Panorama.
FCA	21 a 25/10	Três rios - Barão de Camargo; Ofic. Recreio; Recreio - Campos.
FCA	07 a 11/10	Mapele - Monte Azul / Mapele - São Francisco
ALLMS	14 a 18/10	Cacequi - Uruguaiana - Cabeceira Ponte Internacional Justo-Vargas

ALLMS	21 a 25/10	São Francisco do Sul - Mafra
FCA	21 a 25/10	Roncador Novo - Brasília / Araguari – Roncador Novo
FCA	28/10 a 01/11	Visconde de Itaborá – Vitória; Ramal de Coutinho [Cach. Itapemirim]; Ramal da Nassau [Cach. Itapemirim]; Pátio de Morro Grande.
MRS	04 a 08/11	Cco: Juiz de Fora
MRS	04 a 08/11	Ferrovia do Aço
FCA	11 a 14/11	Cco: Belo Horizonte
MRS	11 a 15/11	Cco - MRS
MRS	18 a 22/11	Japeri – arará; pátios: arará; barra mansa /barbará; pulverização; b. Piraí. Of.: barra do piraí; pulverização.
MRS	18 a 22/11	Santos – Jundiaí Região Metropolitana de São Paulo – Rio Grande da Serra - Suzano - Jacareí
ALLMS	18 a 22/11	Mafra - Lages
EFC	18 a 22/11 25 a 29/11	São Luís/MA - Carajás/PA
MRS	25 a 29/11	Barra do Pirai - Miguel Burnier [Linha do Centro]
FCA	25 a 29/11	Barra Mansa - Angra dos Reis
MRS	01 a 06/12	Variante do Paraopeba / Ramal do Terminal da Açominas
ALLMS	02 a 06/12	Iperó - Pinhalzinho - Uvaranas Itaboa - Ramal de Apiaí Cco: Curitiba
ALLMS	02 a 06/12	Iperó - Pinhalzinho - Uvaranas / Ramal de Apiaí / Cco: Curitiba
ABPF	09 a 13/12	Campinas - Jaguariúna

Fonte: SUFER/GECOF

Inspeções Eventuais

A Inspeção Eventual é realizada em decorrência de questionamentos, esclarecimentos ou denúncias feitas por algum órgão da Administração Pública, Concessionária ou Usuários, tendo em vista a obtenção de informações para as possíveis decisões acerca das referidas demandas.

Em 2013 foram realizadas 18 (dezoito) inspeções eventuais, conforme quadro abaixo:

Inspeções Eventuais Realizadas – 2013

Concessionária Inspecionada	Período	Trecho
FCA	21/01	Processo 50500.124155/2012-10 –Linha Beija-flor – Belo Horizonte/MG Denúncia
FCA	11/02	Processo 50500.005952/2013-80 - Araguari/MG – ICP*
ALLMP	04 a 08/03	ACP** Jales: Votuporanga - Santa Fé do Sul
ALL	18 a 22/03	ACP** Bauru: Bauru - Conchas; Bauru - Promissão; Pederneiras - km 378; Rubião Júnior - Barra Grande.
ALLMP	25 a 28/03	Campinas; São Carlos - Ibaté; Duplicação Boa Vista - Evangelista de Souza; Controle Notificações Evangelista de Souza - Perequê

EFC	01/04	ICP* Nº 1.19.000.000158/2013-85 - Trecho inicial da EFC em São Luis/MA [Localidades de Vila Maranhão e Maracanã]
TLSA	07/05	Trem do Matuto - Edgard Werneck - Cabo de Santo Agostinho
TLSA	07/05	Trem do Forró - Pátio de Cinco Pontas - Cabo de Santo Agostinho
ALL	13 a 17/05	ACP** Bauru: Bauru - Conchas; Bauru - Promissão; Pederneiras - km 378; Rubião Júnior - Barra Grande.
TLSA	27/05	Trem do Forroviário - Campina Grande - Galante
TLSA	14/06	Trem do Forroviário - Campina Grande - Galante
ALLMS	20/06	Trecho Posto km 103 - Curitiba
ALLMP	01 a 05/07	ACP** - Campinas 02/07
ALLMP	23 a 27/09	Evangelista de Souza - Boa Vista Velha - Paratinha
EFC	30/09	ICP* Nº 1.19.000.000158/2013-85 - Trecho inicial da EFC em São Luis/MA [Localidades de Vila Maranhão e Maracanã]
ALLMP	11 a 14/11	ACP** Piracicaba: Nova Odessa - Itirapina
ALL	25 a 29/11	ICP* Nº 1.19.000.000158/2013-85 - Trecho inicial da EFC em São Luis/MA [Localidades de Vila Maranhão e Maracanã]
ALLMP	09 a 13/12	ACP** Jales: Votuporanga - Santa Fé do Sul

Fonte: SUFER/GECOF

*ICP - Inquérito Civil Público

**ACP - Ação Civil Pública

Inspeções de Obras

Foram realizadas inspeções em obras relevantes de engenharia na malha operacional e ampliação do Sistema Ferroviário Nacional. Trata-se essencialmente do acompanhamento de obras de engenharia. A frequência dessas inspeções é determinada em função do ritmo de execução dos serviços e também do tipo de obra a que se refere.

A principal obra em andamento acompanhada pela ANTT é a construção da Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos Portos de Suape em Pernambuco e de Pecém no Ceará.

Também são realizadas inspeções em obras autorizadas pela ANTT e executadas pelas concessionárias, seja de implantação ou de melhoria ou de recuperação de obras de arte, pátios ou outras ao longo do trecho. As principais funções desempenhadas durante a inspeção de obras são:

- Verificar se as obras em andamento estão claramente vinculadas aos projetos autorizados pela Agência por meio das Resoluções expedidas para o empreendimento, bem como avaliar a adequação da execução das obras aos projetos autorizados pela ANTT;
- Observar as frentes de trabalho, as atividades em curso e o grau de mobilização das equipes e equipamentos nos trechos inspecionados;
- Obter informações relevantes sobre o controle de qualidade das obras e verificar os relatórios da gerenciadora contendo os controles de qualidade realizados e em curso;
- Avaliar, de forma expedita e visual, a adequação das obras em andamento com relação à qualidade do material utilizado e dos serviços em execução em face dos projetos autorizados, o ritmo dos trabalhos, as estatísticas de acidentes, a previsão de entrega de trechos, entre outros aspectos que julgar necessário sobre as obras;

- Identificar as eventuais dificuldades apresentadas pela Concessionária e as ações que vêm sendo tomadas pela mesma para mitigar essas dificuldades, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos;
- Verificar a exeqüibilidade do cronograma físico estabelecido, obtendo da Concessionária as justificativas para o seu descumprimento, quando for o caso.

Do Cronograma de Inspeções Técnicas e Operacionais Programadas aprovado, deixaram de ser cumpridas duas inspeções que deverão ser reprogramadas.

Meta de Fiscalização

A Meta Anual de Fiscalização é apurada de acordo com o Indicador GFF – Grau de Fiscalização Ferroviária, que informa o percentual de bens móveis e imóveis fiscalizados. Esse indicador é obtido com a soma do resultado da divisão da quantidade de bens imóveis fiscalizados pelo total de bens imóveis com o resultado da divisão da quantidade de material rodante fiscalizado pela frota.

Em números absolutos, foram inspecionados 1.869 bens imóveis e 4.054 bens móveis, de um total de 12.897 bens imóveis e 42.657 bens móveis.

Indicador GFF – Grau de Fiscalização Ferroviária

$$\text{Cálculo do Indicador*} = [1.869 / 12.897] + [4.054 / 42.657] = 0,1449 + 0,0950 = 0,2399$$

Fonte: SUFER/GECOF

* periodicidade anual

Processos Administrativos para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Penalidades em 2013

1. Notificações de Infração / Autos de Infração emitidos:

Unidade Organizacional	Quantidade
COFER's	75
GECOF/SEDE	30
Total	105

Fonte: SUFER/GECOF

2. Analise de Defesas Administrativas encaminhadas para decisão em 1ª Instância, em quantidade de Processos:

Unidade	Quantidade
COFER's	29
GECOF/SEDE	5
Total	34

Fonte: SUFER/GECOF

3. Foram emitidas 67 decisões de Primeira Instância, sendo que 34 foram exaradas em 2013 e as demais em exercícios anteriores;

4. Levantamento de subsídios para decisões de segunda instância (exaradas pelo Superintendente da área) com 34 processos de aplicação de penalidades às concessionárias ferroviárias;

5. Emitidas na Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transporte Ferroviário de Cargas – GECOF 162 Notificações de Aplicação de Penalidade [NAP], relativas a 2013.

Elaboração de Rotinas envolvendo bens arrendados

Com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado entre a ANTT e o DNIT em 20/07/2009, para a Gestão dos Ativos Ferroviários, fez-se necessário o estabelecimento de rotinas para padronizar o tratamento a ser dado às questões relacionadas à fiscalização e ao controle dos bens ferroviários arrendados, com a participação do DNIT, proprietário dos bens nos termos da Lei nº 11.483/07. As rotinas de procedimentos foram elaboradas com base em reuniões realizadas no 2º semestre do ano de 2013, das quais participaram esta Agência, o DNIT e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários — ANTF. As rotinas em questão tratam da:

- Solicitação, autorização e controle para desvinculação e devolução de bens arrendados não necessários à prestação adequada dos serviços de transporte ferroviário, com os respectivos cálculos pelo DNIT, referentes ao resarcimento de valores relativos à perda ou destruição, com posterior cobrança pela ANTT;
- Solicitação, autorização e controle para incorporação de bens não arrendados (Reserva Técnica), com possibilidade de participação de outros órgãos, tais como SPU e IPHAN;
- Solicitação, autorização e controle para atualização dos bens arrendados (transformação, reforma, remodelação, modernização);
- Solicitação, autorização e controle de transferências de bens móveis entre concessionárias;
- Solicitação, autorização e controle para substituição de bens, critérios de substituição, resarcimento dos valores relativos a perdas/destruição ou definição de prazos de sua recuperação.

Direito de Passagem

Quanto à promoção da competitividade no setor ferroviário, a ANTT desenvolveu ações para estimular a utilização de toda a malha por parte das concessionárias e criar condições para uma maior participação do modo ferroviário na Matriz de Transporte e, para isso, editou a Resolução 3.695/2011, que aprovou o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional. Por meio desse ato, o conceito de direito de passagem foi ajustado e se tornou mais abrangente e possível o exercício do direito a cada concessionária de receber ou entregar carga em qualquer ponto da malha ferroviária federal. De forma complementar, para prover eficácia ao instrumento proposto, a Agência estabeleceu critérios para a definição da tarifa de direito de passagem e tráfego mútuo, além de disciplinar o uso da capacidade ociosa [disponível], a realização de investimentos de expansão e a exigência para que as concessionárias apresentassem anualmente a Declaração de Rede - DR.

Em atendimento ao disposto no § 3º do Art. 5º do Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional, aprovado pela Resolução ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011, e do art. 1º da Resolução nº 3.950, de 05 de dezembro de 2012, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT apresenta a Declaração de Rede - Edição 2013, relativa às Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. Trata-se de documento que tem como objetivo consolidar as informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária brasileira concedida, com vistas a subsidiar o processo de planejamento das operações sob a forma de interoperabilidade ferroviária. A Declaração de Rede apresenta um conjunto de informações subdivididas, de acordo com a seguinte estrutura:

I - Interface Gráfica:

Mapas Temáticos da Malha Ferroviária Concedida:

- Malha Concedida
- Ocupação Percentual da Malha (Capacidade Vinculada)
- Terminais Ferroviários de Carga e Descarga
- Oficinas e Postos de Manutenção de Locomotivas
- Oficinas e Postos de Manutenção de Vagões
- Postos de Abastecimento de Locomotivas

II - Interface Analítica

Relatórios Analíticos Contendo:

- Relação de trechos, ramais e pátios ferroviários de toda a malha ferroviária nacional concedida;
- Aspectos Técnicos: características da infraestrutura e superestrutura da malha, localização de terminais, locais de manutenção e postos de abastecimento;
- Aspectos Operacionais: capacidade instalada, capacidade vinculada e capacidade ociosa, controle de circulação de trens, velocidade máxima autorizada, velocidade média comercial, capacidade dos terminais e trem-tipo.

Relatórios Detalhados por Concessionária

- América Latina Logística – Malha Norte (ALLMN)
- América Latina Logística – Malha Oeste (ALLMO)
- América Latina Logística – Malha Paulista (ALLMP)
- América Latina Logística – Malha Sul (ALLMS)
- Estrada de Ferro Carajás (EFC)
- Estrada de Ferro Paraná-Oeste (FERROESTE)
- Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM)
- Ferrovia Centro Atlântica (FCA)
- VALEC - Ferrovia Norte Sul (FNS)
- Ferrovia Tereza Cristina (FTC)
- MRS Logística (MRS)
- Transnordestina Logística (TLSA)

O conjunto de informações constante da Declaração de Rede apresenta caráter eminentemente operacional, não se constituindo em base de registros patrimoniais das concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. A Declaração de Rede deverá ser atualizada anualmente pela ANTT, podendo, excepcionalmente, ser revisada em intervalos inferiores, em razão de alguma alteração relevante na ocupação de rede ou na estrutura física da malha ferroviária concedida.

Finalmente, entende-se que as informações da Declaração de Rede não substituem o processo de negociação comercial entre as partes envolvidas – Cedentes, Requerentes, Usuários ou Operadores de Transporte Multimodal, mas certamente constituem-se em importante ferramenta de transparência e eficiência no uso da malha ferroviária brasileira concedida. Os dados acerca da Declaração de Rede se encontram disponibilizados no endereço eletrônico: http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/25863/Declaracao_de_Rede.html

Embora sejam recentes as medidas adotadas pela ANTT com o objetivo de ampliar a competitividade no setor ferroviário, pode-se perceber um pequeno aumento percentual da produção de transporte em Tráfego Mútuo/Direito de Passagem na malha nos anos de 2012 e 2013, comparativamente ao ano de 2011, conforme dados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário de Carga – SAFF, mostrados na tabela seguinte. Pode-se

concluir que as concessionárias verticais estão ampliando suas operações em outras malhas em regime de maior competição.

Ano	Percentual de Produção de Transporte em TM/DP
2011	7,07 %
2012	7,96 %
2013	8,80 %

Transporte Ferroviário – Fretes e Custos

Especificamente quanto ao valor dos fretes do transporte ferroviário, no ano de 2013, a ANTT procedeu a uma intensa fiscalização tarifária. Em decorrência dessas fiscalizações, ao longo do ano, os fluxos com frete acima do teto homologado foram diminuindo. Ou seja, a ação fiscalizadora da ANTT surtiu o efeito de coibir essa prática e garantir preço justo ao usuário do transporte ferroviário.

Durante o primeiro trimestre, foram identificados 140 fluxos com tarifas acima do teto homologado. Durante o segundo trimestre mais o mês de julho, foram identificados 128 fluxos com tarifa acima do teto. Já durante a fiscalização nos meses de agosto e setembro, último dado disponível, foram encontrados 103 fluxos com tarifa acima do teto homologado.

Analizando em relação a custos, pode-se utilizar a intermodalidade para minimizar os custos na distribuição de produtos e na entrega do produto final, tendo em vista que os modais se complementam segundo a disposição geográfica dos terminais multimodais. Na adoção da intermodalidade, há que se considerar o preço mais baixo do modal alternativo, mas também o custo do transbordo entre os modais para se decidir sobre a viabilidade da utilização da intermodalidade no caso concreto. Assim, pode-se concluir que a utilização otimizada da intermodalidade pode refletir positivamente na redução do custo final do transporte.

Fiscalização Financeira e Acompanhamento do Desempenho Econômico-Financeiro

Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, a verificação do cumprimento, por parte das detentoras de outorgas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras. Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem como no Manual de Fiscalização e no Plano Anual de Fiscalização Financeira para 2013, aprovado por meio da Portaria nº 15, de 26 de novembro de 2012.

Em função do disposto na Resolução ANTT nº 3.953, de 5 de dezembro de 2012, a qual alterou o Regimento Interno desta Agência, foram transferidas à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas as atribuições de acompanhamento do desempenho econômico e financeiro das outorgas de ferrovias e a fiscalização das cláusulas econômico-financeiras das outorgas.

Assim, o presente documento apresenta os ajustes decorrentes dessa alteração no Manual

aprovado pela Superintendência de Marcos Regulatórios, com base no disposto no Inciso I do Art. 1º da Deliberação nº 160/10, de 12 de maio de 2010, e se constitui na revisão do Manual de Fiscalização cuja versão original foi aprovada pelo Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT por meio da Deliberação nº 341/09, de 9 de dezembro de 2009. Realizada anualmente, a fiscalização financeira e ordinária tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias ferroviárias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentos legais aplicáveis, no que tange aos aspectos financeiros.

No ano de 2013, o procedimento abrangeu um total de 12 de ferrovias, contemplando a totalidade das concessionárias de ferrovias.

Como resultado, foi possível identificar prováveis infrações e consequente apuração das irregularidades e propor melhorias, bem como atestar a regularidade ou não das outorgas.

O Atestado de Regularidade de Aspectos Econômico-Financeiros, instituído por meio das Portarias SUREG nº 14, de 14 de dezembro de 2010, e nº 8/2011, de 19 de maio de 2011, é emitido tomando por referência, exclusivamente, o Manual de Fiscalização Financeira, citado anteriormente, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações, assim como os itens de verificação que integram a base pela qual se constata a situação de regularidade de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS, sendo a condição REGULAR emitida somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A condição REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

Em 31 de maio de 2013, foram emitidos 7 atestados e, em 4 de dezembro, 12. Durante o ano, as concessionárias ALL Malha Sul, ALL Malha Oeste, ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e FERROESTE não tiveram o atestado por se encontrarem em situação de irregularidade, sendo que em 4 de dezembro todas apresentaram-se regulares em suas cláusulas contratuais econômico-financeiras.

Inspeções

Trata-se de inspeção utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detalhada. Como resultado dessa regular fiscalização ordinária, foram identificados alguns procedimentos que exigiam vistoria mais detalhada. Foram realizadas inspeções nas 12 concessionárias de ferrovias.

Durante essas inspeções, foi possível aprofundar as informações necessárias à atestação da regularidade das outorgas.

Dessa forma, a inspeção buscou atender ao Plano Anual de Fiscalização Financeira 2013, que teve o seguinte escopo:

- a. Verificação de uso da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade;
- b. Verificação de metodologia de cálculo e divulgação das taxas acessórias;

- c. Verificação da implantação do SIREF, e
- d. Outros pontos identificados na fiscalização ordinária que se faça necessário aprofundamento dos levantamentos.

Receitas Oriundas das Concessões Ferroviárias

São receitas decorrentes do estabelecido nos contratos de concessão e arrendamento do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros oriundo das Malhas da RFFSA, sendo que os valores referentes aos contratos de arrendamento não constituem receita da ANTT, uma vez que se referem a bens de propriedade do DNIT, sucessor da RFFSA na administração e propriedade dos mesmos.

Cabe à ANTT apenas a sua gestão e, consequentemente, a responsabilidade na administração do contrato de arrendamento, sendo a quitação dos valores de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional por força do art. 8º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, que determinou a extinção da RFFSA e deu outras providências decorrentes desse ato.

No ano de 2013, foram cobrados R\$ 587.173.757,13 referentes ao pagamento do contrato de arrendamento e R\$ 31.122.840,03 relativos aos contratos de concessão. Desse montante, em decorrência de previsão nos Editais de Licitação de que os passivos originários de ações cíveis e trabalhistas anteriores à transferência das malhas continuariam de responsabilidade da RFFSA ou sua sucessora e Ação Cautelar da ALL Malha Oeste, o valor líquido efetivamente recolhido para o contrato de arrendamento foi de R\$ 505.529.239,61 e R\$ 29.496.513,24 relativos aos contratos de concessão. Todos os valores foram cobrados e atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI em relação ao início do contrato.

Há também a arrecadação de receitas alternativas que são receitas oriundas de contratos de projetos associados recebidos pelas concessionárias. Dos valores recebidos pelas concessionárias, deverá ser recolhido para a União entre 3% a 10%, após aprovação do projeto pela ANTT e determinação do percentual, sendo que 5% desse valor será para ANTT e 95% para a STN. Em 2013 a ANTT arrecadou R\$ 997.840,00 das concessionárias.

Acompanhamento Econômico-Financeiro

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa à análise do desempenho econômico-financeiro, retratando a situação atual, sua evolução e tendências, gerando maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias de ferrovia para manter a prestação do serviço adequado e no subsídio à regulação do transporte terrestre. Tal procedimento visa dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise em diversos temas em curso na ANTT, como análise de pleitos de oferta de garantia em captação de recursos, financiamentos ou emissão de títulos e valores imobiliários; e mensuração da estrutura de capital e da base de remuneração das concessionárias do transporte ferroviário de cargas e passageiros no processo de revisão de suas tarifas de referência.

Também no âmbito dessa atividade, foi aprimorada a apuração do custo de capital das concessões de ferrovias, com base na metodologia do WACC e CAPM (custo médio ponderado de capital e modelo de precificação de ativos), que serviu de informação para remuneração do capital investido no processo de revisão dos tetos tarifários do setor.

Manual de Contabilidade

Instrumento regulatório instituído a partir das necessidades observadas nos procedimentos de fiscalizações que permitissem o controle das atividades objeto das referidas concessões,

contribuindo para o aprimoramento do processo de análise de dados econômico-financeiros das outorgas.

A constante evolução do processo de fiscalização, bem como da legislação societária e contábil, decorreu da necessidade de proceder à devida adequação dos Manuais de Contabilidade em vigor. O processo, iniciado em 2010, foi concluído com a edição das Resoluções nº 3.847 e 3.848, de 20 de junho de 2012, que aprovaram a revisão dos Manuais de Contabilidade e Plano de Contas Padrão para as concessionárias e permissionárias/autorizatórias, com vistas ao atendimento das alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, adequando-os aos padrões internacionais de contabilidade, bem como às necessidades regulatórias identificadas em anos anteriores.

Com o Manual de Contabilidade adequadamente implantado, foi necessária a utilização de um sistema que possibilitasse a conferência, o tratamento e as análises das informações encaminhadas pelas concessionárias. Assim, após a efetiva implantação do SIREF – Sistema de Informações para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira –, em 13 de agosto de 2013, e o carregamento dos dados desde janeiro de 2012, foi possível o desenvolvimento de análises utilizando as informações contábeis encaminhadas pelas concessionárias ferroviárias, apurando indicadores econômico-financeiros e estudo e desenvolvimento de relatórios para o acompanhamento econômico-financeiro das concessionárias.

Transporte de Cargas





Abaixo são apresentados os resultados por tipo de fiscalização:

Período	Veículos Fiscalizados							
	Total	Excesso de Peso		EPNF	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	PEF
		Balança Seletiva	Balança Precisão					
2008	8.084.504	6.304.274	1.780.230	-	-	-	-	-
2009	8.129.162	6.306.409	1.685.463	1.106	85.932	38.725	11.527	-
2010	12.543.711	10.307.573	2.031.899	7.171	122.331	33.058	41.679	-
2011	14.430.962	12.030.771	2.205.043	14.290	107.903	28.443	44.512	-
2012	16.398.475	13.590.968	2.561.597	12.184	124.635	34.564	38.054	35.665
2013	20.273.096	16.485.872	3.604.162	12.326	84.376	26.096	26.714	808
Total período	79.859.910	65.025.867	13.868.394	47.077	525.177	160.886	162.486	66.880
								3.143

Fonte: Unidades Regionais.

Obs¹: Dados de Veículos Fiscalizados referentes a EPNF, RNTRC, Vale-Pedágio, TRIC anteriores a 2009 indisponíveis.

Obs²: Dados de Veículos Fiscalizados referentes a PEF e TRPP anteriores a 2012 indisponíveis.

Obs³: Fiscalização do TRPP iniciada em agosto de 2012.

Destaca-se que um fator importante para os valores ficarem acima da meta estabelecida foi a entrada efetiva em operação de duas balanças fixas na rodovia Fernão Dias, no estado de Minas Gerais. Outros fatores se relacionam às mudanças nos procedimentos de fiscalização e ao estabelecimento de meta para uma nova modalidade de fiscalização (Pagamento Eletrônico de Frete - PEF), para a qual não se tinha um histórico com parâmetros bem definidos a fim de contribuir na definição das metas.

Excesso de Peso

Do total de fiscalizações realizadas em 2013, 20.102.360, ou seja, [99,16%] referem-se à modalidade Excesso de Peso, tendo sido realizadas 20.090.034 [99,94%] fiscalizações em balanças rodoviárias e 12.326 [0,06%] fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal (EPNF).

A fiscalização do excesso de peso representa ferramenta potencial para preservação das condições estruturais das rodovias federais concedidas, além de contribuir fortemente para o acréscimo da segurança de trânsito.

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC)

Ao final de 2013, encontravam-se regularmente inscritos no RNTRC 902.856 transportadores, sendo que desse número, 756.867 são relativos a profissionais autônomos, 145.621 empresas e 368 cooperativas, com uma frota total de 2.058.866 veículos.

A saber, para exercer a atividade econômica do Transporte Rodoviário Autorizado de Cargas, faz-se necessária a prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC.

Vale Pedágio

Foram habilitadas, até 2013, cinco empresas para o fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cujos modelos devem, obrigatoriamente, ser aceitos em todas as praças de pedágio.

Transporte Rodoviário Internacional De Cargas – TRIC

Em 2013, 26.714 veículos foram fiscalizados quando da prestação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC. A modalidade de transporte é operada com base no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de que trata o Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, em que foram definidas as normas para execução do serviço. Em geral as operações de fiscalização da Agência referentes a essa modalidade de fiscalização são programadas e ocorrem nos pontos de fronteiras terrestres de maior movimentação.

Quanto ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, até dezembro de 2013, foram concedidas 410 habilitações a empresas brasileiras e 148 a estrangeiras. Atualmente, 692 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.196 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 55.269 veículos brasileiros e 43.453 veículos estrangeiros.

Pagamento Eletrônico de Frete – PEF

O Pagamento Eletrônico de Frete [PEF] visa formalizar o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2013, foram habilitadas duas empresas administradoras de meio de pagamento eletrônico, totalizando 20 empresas. Entre janeiro e dezembro de 2013, foram cadastradas 5.311.994 operações de transporte.

Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – TRPP

Em 2013, foram fiscalizados 2.335 veículos quando da prestação do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – TRPP. A fiscalização compete à ANTT, sem prejuízo das autoridades com circunscrição sobre a via por onde transitar o transportador, e pode ocorrer em todo o território nacional.

Fiscalização nas Dependências de Empresas – FDE

Além das ações de fiscalização descritas nos itens anteriores, também foram realizadas Fiscalizações nas Dependências de Empresas – FDE no TRC. Nesse tipo de fiscalização, observa-se o cumprimento das exigências regulamentares do Transporte Rodoviário de Cargas por parte das empresas prestadoras de serviço, embarcadores, contratantes e contratados. Em 2013 houveram 462 empresas fiscalizadas nessa modalidade.

Operador de Transporte Multimodal e de Cargas – OTM

Em consonância à Resolução ANTT nº 794/2004, em 2013, houve a habilitação de 63 empresas brasileiras como Operadores de Transporte Multimodal – OTM, dentre as quais, uma foi amparada pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, perfazendo um total de 447 habilitados.

Período	Autos Lavrados						
	Total	Excesso de Peso	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	PEF	TRPP
2008	58.265	54.411	2.321	1.369	164	-	-
2009	88.544	78.732	2.500	7.231	81	-	-
2010	143.716	124.412	13.301	5.358	645	-	-
2011	150.239	133.165	10.845	5.266	963	-	-
2012	169.791	147.545	13.731	4.360	140	2.985	1.030
2013	209.518	187.231	14.112	3.429	1.135	2.325	1.286
Total período	820.073	725.496	56.810	27.013	3.128	5.310	2.316

Fonte: SGM, SISMULTAS e Unidades Regionais.

Obs¹: Dados de Autos Lavrados referentes a PEF e TRPP anteriores a 2012 inexistentes, uma vez que as fiscalizações relativas a essas modalidades iniciaram-se em 2012.

O exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal – OTM depende de prévia habilitação e registro. Conforme pode ser observado no quadro acima, no ano de 2013 foram lavrados 209.518 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

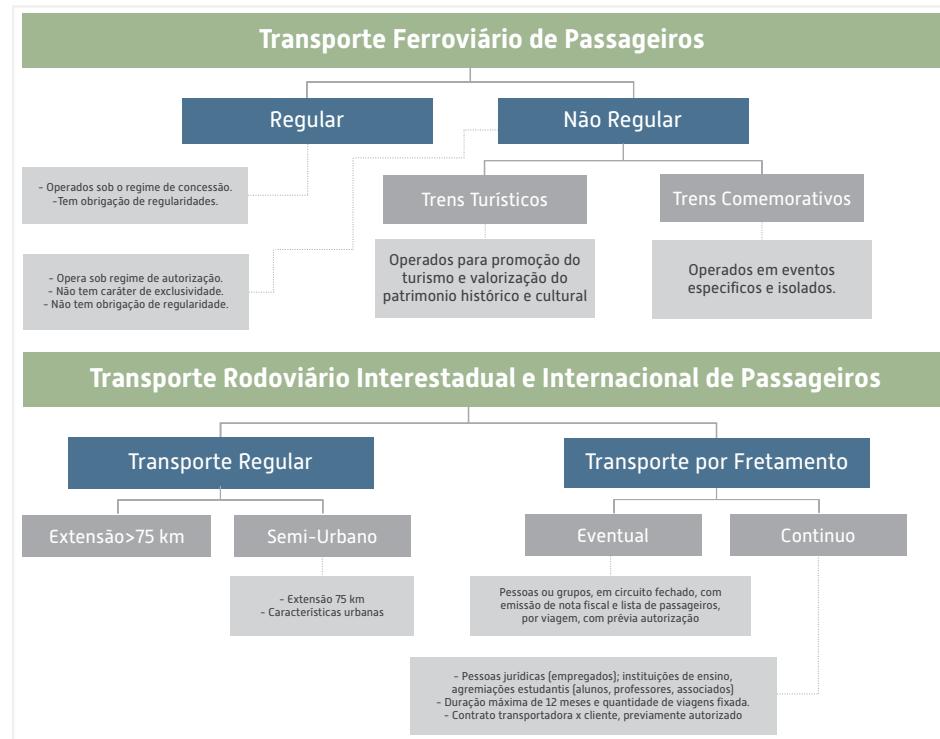
Transporte de Passageiros





Classificação dos Serviços de Transporte de Passageiros

Os serviços de transporte de passageiros são classificados conforme esquema a seguir:



Transporte Regular Rodoviário Interestadual de Passageiros

As informações apresentadas referem-se à demanda do transporte interestadual de passageiros por meio rodoviário, seja ele semiurbano ou de longa distância.

Modificação e alteração Operacional de Serviços Regulares

Os prestadores de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime regular podem solicitar modificações dos serviços por eles prestados ao ente regulador, consubstanciado em duas modalidades: modificação do serviço strictu sensu e alteração operacional do serviço.

As modificações do serviço strictu sensu dependem de aprovação prévia e expressa da ANTT, baseada em aspectos técnicos e mercadológicos.

Já as alterações operacionais dos serviços são livres ao prestador, desde que haja comunicação à ANTT com antecedência mínima de 15 dias da efetiva alteração e atendam às normas. Em 2013 foram analisadas 1.856 (um mil oitocentos e cinquenta e seis) modificações de serviços, conforme tabela a seguir.

Modificações/Alterações Operacionais Serviços – Por Tipo

Tipo	Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Alterações	Quadro de Horários	13	19	35	30	41	34	49	14	17	12	23	16	303
	Serviço Diferenciado	0	3	1	5	3	2	14	4	3	40	11	2	88
	Alteração de ponto de apoio e parada	12	44	21	19	69	34	142	16	5	21	10	8	401

Modificações	Alteração de Itinerário	6	0	0	11	4	0	3	0	0	0	0	0	24	
	Implantação de Linha	50	24	49	46	59	52	40	17	2	16	6	3	364	
	Implantação de Seção	12	22	3	8	9	20	25	10	15	6	5	1	136	
	Paralisação de Serviço	1	15	5	3	5	5	37	0	3	1	5	1	81	
	Redução de Frequência Mínima	2	5	3	4	26	15	36	3	8	33	13	5	153	
	Supressão de Linha / Seção	0	5	2	0	19	8	14	7	8	7	6	4	80	
	Terminal Adicional	0	0	2	6	4	3	5	1	2	0	0	0	23	
	Operação simultânea	6	22	11	10	35	17	71	8	3	11	5	4	203	
		Subtotal por Mês	102	159	132	142	274	190	436	80	66	147	84	44	1.856

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2013

Utilização de Ônibus de Terceiros – Resoluções nºs. 870/2005 e 1417/2006

Trata-se de utilização de ônibus de outras empresas nos serviços regulares, sejam de permissionárias, autorizatárias especiais, fretamento e turismo, que estejam regularizados junto à ANTT, nas hipóteses constantes do art. 2º da Resolução nº 1.417/2006, devendo o requerimento ser instruído com a documentação exigida no art. 3º da citada legislação.

O quantitativo de pleitos analisados consta na tabela a seguir.

Utilização de Ônibus de Terceiros

Mês	Deferimento	Indeferimento
Janeiro	34	6
Fevereiro	18	1
Março	24	2
Abril	2	4
<td>30</td> <td>4</td>	30	4
Junho	11	2
Julho	7	4
Agosto	7	1
Setembro	11	0
Outubro	20	1
Novembro	35	5
Dezembro	71	2

Fonte: SUPAS, GERPA, 2013.

Tarifa Promocional – Resolução nº 1928/2007

Consiste na possibilidade de reduzir o valor da tarifa pelas empresas permissionárias/autorizatárias em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos usuários.

Foram requeridos e cadastrados 31.779 (trinta e um mil setecentos e setenta e nove) pedidos sobre tarifa promocional, como demonstra tabela a seguir.

Solicitação/Cancelamento de Tarifa Promocional – Via SGP

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Tarifa Promocional [via SGP]	763	1.394	1.036	948	724	4.974	3.147	2.214	1.711	4.420	5.147	5.301	31.779

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2013.

Transferência de Serviços – Resoluções nº. 1445/2006 e nº. 3076/2009

A Resolução ANTT nº 3.076/09 estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de serviços operados por empresas que possuem autorização sob regime especial.

Ao longo de 2013, foi autorizada a transferência de 19 [dezenove] serviços a 4 [quatro] empresas operadoras.

Cadastramento do Serviço de Transporte Regular

1. Ativação de Frota – Resolução nº. 839/2005:

Trata-se de procedimento de cadastramento, em que as empresas prestadoras de serviços são responsáveis pelo cadastramento de seus ônibus, no SGP, via internet, e posteriormente encaminham cópias do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV e do seguro de responsabilidade civil, para sua ativação. Somente após ativação no sistema é que as empresas podem operar seus veículos.

Na tabela a seguir são apresentados os quantitativos de ônibus ativos e pendentes de ativação nos serviços regulares.

Frota de Ônibus Ativos e Pendentes de Ativação

Mês	Situação	Número de veículos
Jan	Ativo	17.214
	Pendente de Ativação	1.715
Fev	Ativo	16.963
	Pendente de Ativação	1.985
Mar	Ativo	16.889
	Pendente de Ativação	2.018
Abr	Ativo	17.056
	Pendente de Ativação	1.836
Mai	Ativo	17.047
	Pendente de Ativação	1.913
Jun	Ativo	17.005
	Pendente de Ativação	1.887
Jul	Ativo	17.157
	Pendente de Ativação	1.946
Ago	Ativo	17.237
	Pendente de Ativação	1.911
Set	Ativo	17.688
	Pendente de Ativação	1.720
Out	Ativo	17.449
	Pendente de Ativação	1.972
Nov	Ativo	17.466
	Pendente de Ativação	1.954
Dez	Ativo	17.406
	Pendente de Ativação	1.999

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2013

2. Cadastro de Motoristas – Resolução nº. 1971/2007:

Conforme disciplina a Lei nº 9.503/07 [Código de Trânsito Brasileiro], é obrigatório o cadastramento dos motoristas de empresa e o encaminhamento das certidões criminal federal e estadual de cada um.

Nas tabelas a seguir são apresentados dados relativos à quantidade de motoristas ativos, demitidos e pendentes de ativação no período.

Motoristas Ativos, Demitidos e Pendentes de Ativação.

Mês	Situação	Número de veículos
Jan	Ativo	17.214
	Pendente de Ativação	1.715
Fev	Ativo	16.963
	Pendente de Ativação	1.985
Mar	Ativo	16.889
	Pendente de Ativação	2.018
Abr	Ativo	17.056
	Pendente de Ativação	1.836
Mai	Ativo	17.047
	Pendente de Ativação	1.913
Jun	Ativo	17.005
	Pendente de Ativação	1.887
Jul	Ativo	17.157
	Pendente de Ativação	1.946
Ago	Ativo	17.237
	Pendente de Ativação	1.911
Set	Ativo	17.688
	Pendente de Ativação	1.720
Out	Ativo	17.449
	Pendente de Ativação	1.972
Nov	Ativo	17.466
	Pendente de Ativação	1.954
Dez	Ativo	17.406
	Pendente de Ativação	1.999

Fonte: SUPAS, GERPAs, Sistema de Motoristas – SISMOT, 2013.

Conforme disposições da Resolução ANTT nº 1.971/2007, as permissionárias e autorizatárias somente poderão usar serviços de condutores devidamente cadastrados e na condição de "ativo" nesta Agência.

3. Empresas e Serviços Regulares por Tipo de Serviço:

Na tabela a seguir são apresentadas as empresas autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros por tipo.

Empresas e Serviços Regulares por Tipo de Serviço

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Empresas Permissionárias e Autorizatárias Especiais 1	258	259	260	260	260	261	261	262	264	264	264	266
Serviços Regulares Ativos 2	2671	2673	2670	2680	2692	2700	2701	2717	2722	2729	2756	2744

Básicos 3	1782	1782	1778	1781	1783	1781	1781	1794	1800	1798	1813	1805
Complementares 4	504	504	502	500	501	501	501	501	501	499	497	498
Diferenciados 5	385	387	390	399	408	418	419	422	421	432	446	441

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2013.

1 Inclui empresas permissionárias, autorizatórias especiais e por autorização judicial.

2 Inclui serviços autorizados por decisão judicial.

3 Serviços inicialmente outorgados, 36 permissionárias e as demais autorizatórias especiais ou por autorização judicial.

4 Serviços complementares são aqueles modificados e autorizados durante a vigência do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 92.353/86, ou legislação anterior, que estejam vinculados a serviços básicos.

5 Serviços diferenciados são aqueles vinculados a uma linha base ou complementar, cuja oferta é prerrogativa do transportador e explorado com equipamentos de características especiais para atendimento de demandas específicas.

Reajuste das Tarifas do Transporte Rodoviário de Passageiros – Resoluções nºs. 1627/2006 e 2130/2007

Atualmente, tanto os serviços de longa distância quanto do semiurbano são reajustados por meio de fórmulas paramétricas que consideram os custos operacionais dos dois serviços. As fórmulas contêm índices de preço estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No ano de 2013, para o serviço de longa distância, o reajuste foi de 6,981% aplicado a partir de 3 de outubro de 2013, conforme Resolução ANTT nº 4.166/2013. Para o serviço semiurbano não ocorreu reajuste em 2013.

Outras Atividades Relacionadas ao Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros

1. Serviços Regulares Autorizados Implantados:

Durante o ano de 2013, 201 [duzentos e um] serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros foram autorizados a operar, tanto em linha base como em linha complementar, por autorização ou por decisão judicial, sendo que 135 (cento e trinta e cinco) referem-se à implantação de serviço diferenciado.

2. Serviços Regulares Paralisados:

Com relação à paralisação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, temos a Resolução ANTT nº 597/04, para serviços complementares, e Resolução nº 3.076/2009 para autorizações especiais, que, dentre outros procedimentos, estabelece critérios e procedimentos para a paralisação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros operados sob o regime de autorização especial. Ainda temos as paralizações de serviços, com base em decisões judiciais, bem como paralizações de serviços diferenciados, cuja paralização está condicionada apenas a comunicação da transportadora.

Nesse contexto, 120 [cento e vinte] serviços foram paralisados, sendo 50 [cinquenta] linhas base, 11 [onze] serviços complementares e 59 [cinquenta e nove] serviços diferenciados.

Coleta de Dados Operacionais – Resolução nº. 3524/10

De acordo com a Resolução ANTT nº 3524/10, as empresas devem enviar à ANTT os Dados de Desempenho Operacional e dos Balancetes Analíticos Mensais. A ANTT disponibiliza, via web, o sistema SISDAP para que as mesmas acessem e informem os dados solicitados. Dentre as informações prestadas, constam aquelas referentes ao atendimento do deficiente físico e do idoso.

Na tabela a seguir, consta o número de empresas operadoras que enviaram os dados nos prazos previstos na legislação.

Coleta De Dados Operacionais

Ação	Número de empresas que prestaram informações
Coleta de Dados Operacionais 1º trimestre de 2013	183
Coleta de Dados Operacionais 2º trimestre de 2013	176
Coleta de Dados Operacionais 3º trimestre de 2013	165
Coleta de Dados Operacionais 4º trimestre de 2013	172

Fonte: SUPAS, GERPA, Dados SISDAP, 2013.

Para as empresas que não apresentam os dados no prazo estipulado, é solicitada à fiscalização que se proceda a autuação das empresas inadimplentes.

Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros

Temporada Turística

Os serviços de temporada turística internacional visam atender ao aumento de demanda em certas épocas do ano (alta temporada). São divididos em duas categorias: permanente e não permanente. Atualmente, a temporada turística permanente está acordada entre o Brasil e a Argentina e entre o Brasil e o Uruguai, e a temporada turística não permanente entre o Brasil e a Argentina.

O serviço de temporada turística permanente é aquele criado e acordado entre os países para atender à demanda em seção de uma linha internacional já existente. Esse serviço, no Brasil, é realizado necessariamente pela empresa que opera a linha originária. Atualmente, há 8 (oito) serviços de temporada turística permanente acordados com a Argentina e 2 (dois) com o Uruguai. Vale registrar que não há obrigatoriedade na prestação desses serviços, visto que são operados de acordo com a demanda.

A seguir, o quadro com descrição dos procedimentos relativos ao transporte internacional, bem como o quantitativo realizado.

Tabela Resumo dos Procedimentos Relativos ao Transporte Internacional

Ações	Total
Expedição/Renovação de Licenças Originárias	43
Expedição/Renovação de Licenças Complementares	18
Habilitação de frota de veículos que exploram serviços regulares internacionais	24
Modificação de serviços	15
Temporada permanente	1
Temporada turística não permanente	2
Atividades Diversas	103
Subtotal por mês	206

Fonte: SUPAS, GERPA 2012

Transporte Ferroviário de Passageiros

Transporte Regular Ferroviário de Passageiros

Atualmente, existem três trechos na malha federal concedida, onde são prestados os serviços

de transporte de passageiros de caráter regular: a Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM, entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais; a Estrada de Ferro Carajás - EFC, que percorre os Estados do Pará e Maranhão, ambos os serviços estão sob a responsabilidade da concessionária VALE S.A; e o trecho Curitiba/Morretes/Paranaguá, no Estado do Paraná, sob a responsabilidade da concessionária Serra Verde Express Ltda.

Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros

Trecho	UF	Extensão (km)	Concessionária	Outorga
Parauapebas/São Luis - Estrada de Ferro Carajás - EFC	PA/MA	892	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Vitória/Belo Horizonte - Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM	ES/MG	664	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Curitiba/ Morretes/ Paranaguá	PR	110	Serra Verde Express Ltda.	Resolução 1.884/2007

Fonte: ANTT, *Passageiros, Ferroviário, Trens Regionais*

Trens Regulares (Passageiros Transportados) - 2013

Empresa	Trecho	Total ano
VALE	Parauapebas/São Luis - EFC	433.198
	Vitória/Belo Horizonte - EFVM	1.235.803
Serra Verde Express Ltda.	Curitiba - Morretes - Paranaguá	148.447
Totais		1.817.448

Fonte: Dados informados pelas empresas

Autorização para Operação de Trens Turísticos e Comemorativos – Resolução nº. 359 de 2003

Trata-se de autorização para o transporte ferroviário não regular e eventual de passageiros, com finalidade turística ou comemorativa, em que a empresa interessada solicita a operação do serviço, mediante apresentação de requerimento acompanhado da documentação especificada na Resolução nº. 359/2003.

No período de 2004 a 2013, foram autorizadas 26 operações para trens turísticos e 62 operações para trens comemorativos. No ano de 2013, foram autorizadas apenas operações referentes a trens comemorativos.

Transporte Rodoviário Fretado Interestadual e Internacional de Passageiros

O transporte fretado de passageiros compreende serviços prestados por empresas credenciadas, em circuito fechado, sem implicar o estabelecimento de serviços regulares, sem venda de bilhete de passagens, sendo obrigatória a relação de passageiros transportados e a emissão de nota fiscal, por viagem, necessitando de prévia autorização da ANTT.

A prestação dos serviços sob regime de fretamento atende ao segmento interestadual e internacional, sendo denominado no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de transporte ocasional.

A prestação desses serviços é regulada pela Resolução ANTT nº 1.166, de 05/10/2005, para os serviços internacionais, em que também são observados os Tratados, as Convenções e os Acordos Internacionais, dos quais seja signatário o Brasil, bem como as demais legislações pertinentes.

Cabe à ANTT autorizar e controlar a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento sob as formas: eventual e contínuo.

O fretamento eventual é o serviço prestado em caráter ocasional.

O serviço de fretamento contínuo é caracterizado por meio de contrato firmado, para viagens por período determinado, em circuito fechado (ida e volta), com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos, e relação fechada de passageiros, destinado exclusivamente às seguintes entidades: empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus empregados, alunos, professores ou associados; e entidades do poder público, quando não transporta pessoas em veículos próprios.

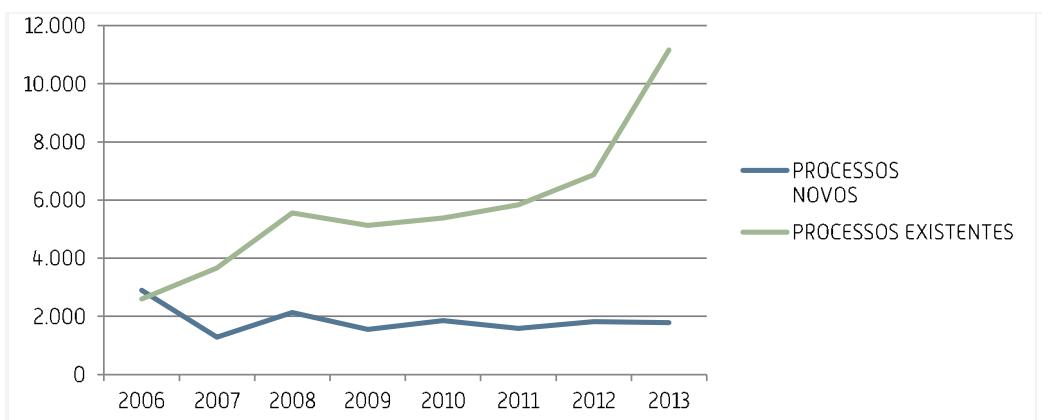
Autorizações para Prestação de Serviço Fretado

De acordo com a Resolução ANTT nº 1.166/05, a autorização para a prestação dos serviços é concedida por Resolução da Diretoria da ANTT e emissão do Certificado de Registro para Fretamento - CRF.

É realizada toda a análise da documentação necessária à emissão da autorização para a prestação dos serviços rodoviários internacionais e interestaduais de passageiros sob o regime de fretamento das empresas nacionais que o requeiram e atendam aos requisitos exigidos.

Em 2013, foram analisados 12.950 processos, sendo 1.788 relativos a novas emissões de CRF. Foi identificado um pico no mês de janeiro na quantidade de solicitações, mantendo-se no restante do ano uma média de mil processos, conforme observado no gráfico abaixo:

Processos de CRF Analisados



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

A quantidade de processos analisados anualmente tem crescido consideravelmente, principalmente em razão das atualizações necessárias nos processos já existentes e do envio documentação incorreta, gerando uma grande quantidade de pendências que necessitam de uma reanálise. Observa-se também que há uma clara sazonalidade bienal na quantidade de processos novos, em função do prazo de validade do CRF.

Processos de CRF Analisados



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

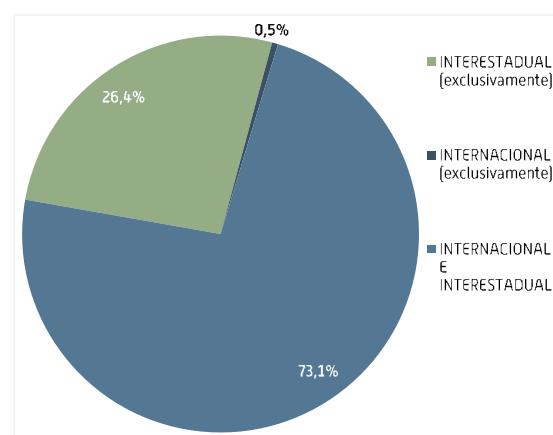
Foram emitidos 2.071 Certificados de Registro para Fretamento - CRF definitivos, com validade de 2 (dois) anos, para empresas que tiveram suas solicitações de cadastramento ou recadastramento aprovadas para prestação de serviços de transporte fretado de passageiros, por meio das Resoluções a seguir identificadas:

Resoluções que autorizaram a emissão de crf [2013]		
Resolução	Data da publicação	Qtde. Empresas
3.987 de 10/01/2013	16/01/2013	263
4.079 de 11/04/2013	17/04/2013	234
4.117 de 07/06/2013	13/06/2013	457
4.135 de 11/07/2013	17/07/2013	277
4.170 de 15/10/2013	17/10/2013	278
4.198 de 19/11/2013	25/11/2013	379
4.242 de 19/12/2013	26/12/2013	209
Total de autorizações		2.092

Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Em 31 de dezembro de 2013, havia 3.718 empresas autorizadas (detentoras de CRF) a prestar serviços fretados de passageiros, por segmento de serviço, conforme gráfico abaixo:

Empresas Autorizadas por Segmento [2013]



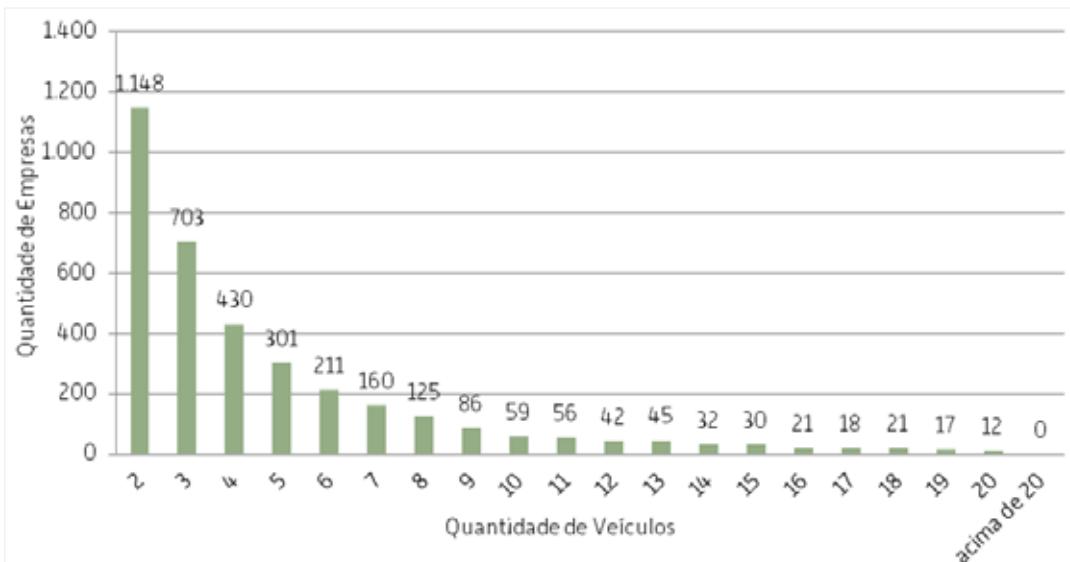
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Frota do Serviço Fretado

A Resolução ANTT nº 1.166, de 05/10/2005, exige das empresas prestadoras de serviços o cadastro de sua frota. É analisada a documentação encaminhada para o cadastro dos veículos de forma a garantir o atendimento aos requisitos exigidos, principalmente no tocante à segurança verificada pelo Laudo de Inspeção Técnica Veicular.

A frota cadastrada em 31/12/2013 correspondia a 25.834 veículos, sendo que a maioria das empresas possuíam apenas dois veículos. Considerando que a frota é um indicador do porte, pode-se inferir que o setor é majoritariamente representado por empresas de pequeno porte, já que mais de 70% das empresas (2.585) possuem até 5 (cinco) veículos e juntas elas controlam mais de 30% da frota cadastrada (7.630 veículos).

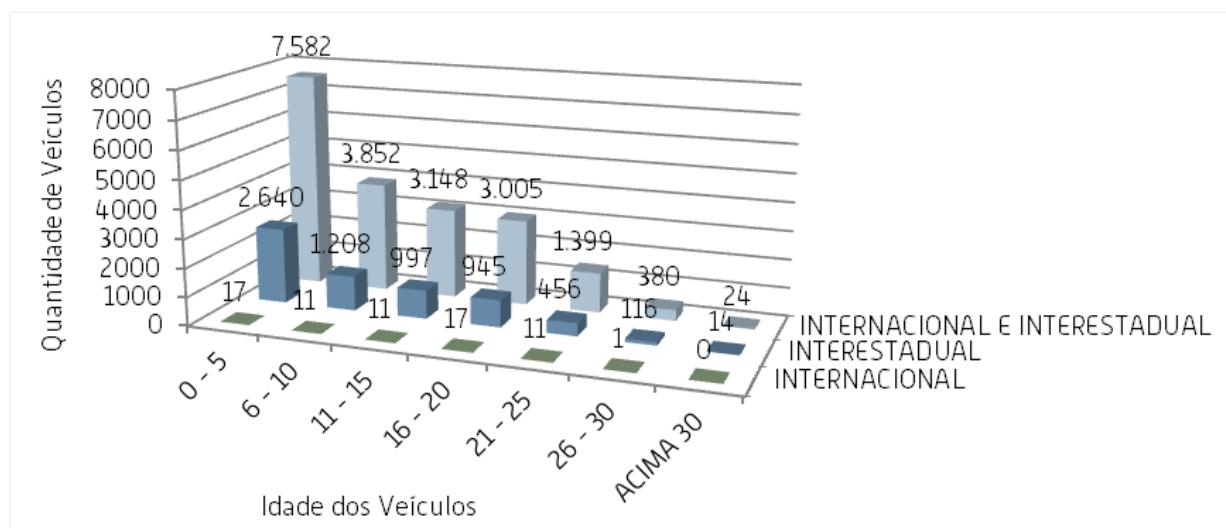
Quantidade de Empresas X Número de Veículos (2013)



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

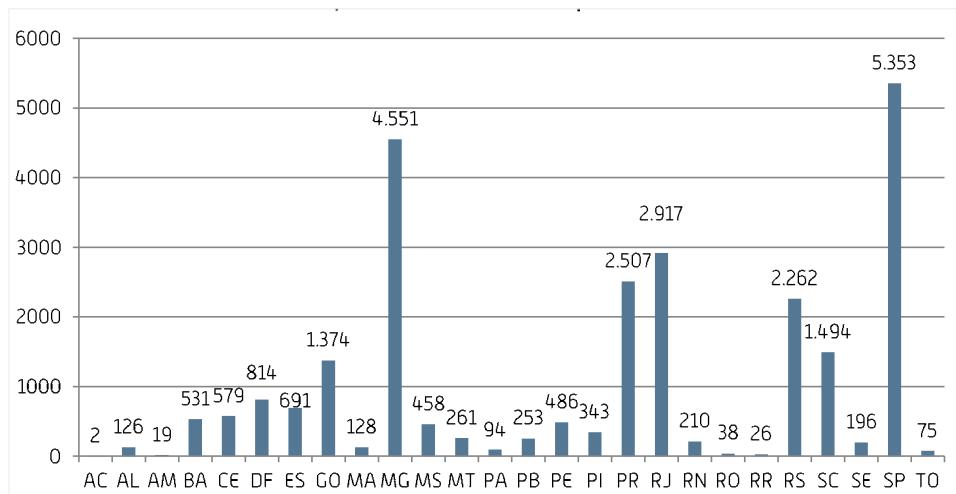
O perfil da frota cadastrada é representado com cerca de 40% da frota [10.239 veículos] com veículos com idade de até 5 (cinco) anos. A distribuição espacial dos veículos é concentrada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais [38 % da frota total]. Os gráficos a seguir permitem uma melhor visualização do cenário:

Quantidade de Veículos X Idade dos Veículos por segmento em 2013



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Quantidade de Veículos por UF



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Dados Operacionais de Transporte Fretado

1. Transporte Fretado Eventual:

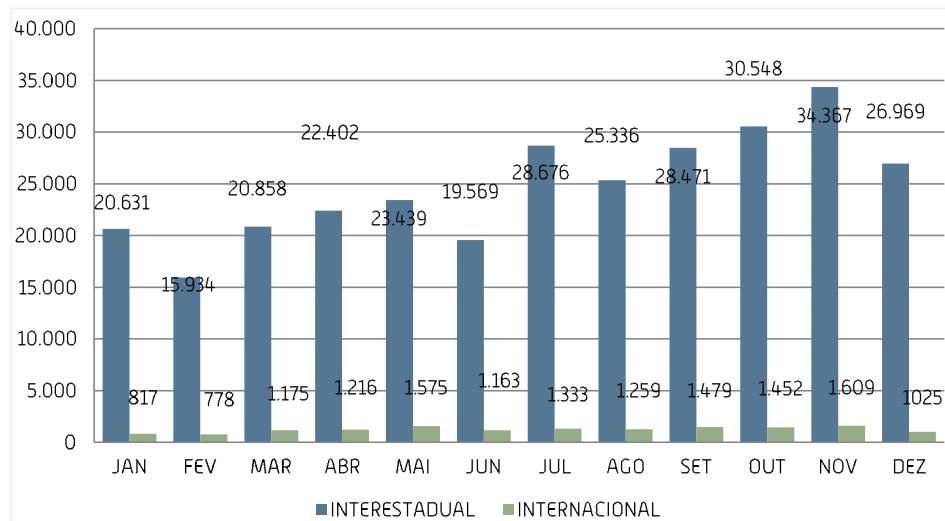
O controle do Transporte Fretado Eventual de Passageiros é realizado por meio do Sistema de Controle de Autorização de Viagem do Fretamento Eventual - SISAUT, sistema informatizado de emissão e armazenamento de informações deste serviço.

A ANTT disponibiliza, em sua página na Internet, o SISAUT, sistema on-line, para que as empresas acessem e emitam suas respectivas autorizações, conforme parâmetros exigidos na Resolução ANTT nº 1.166/05, que regulamenta estes serviços.

O Transporte Eventual Turístico é consideravelmente predominante e a emissão das Autorizações de Viagens para esse serviço é realizada pelas próprias empresas de forma automática no Sistema de Autorizações [SISAUT].

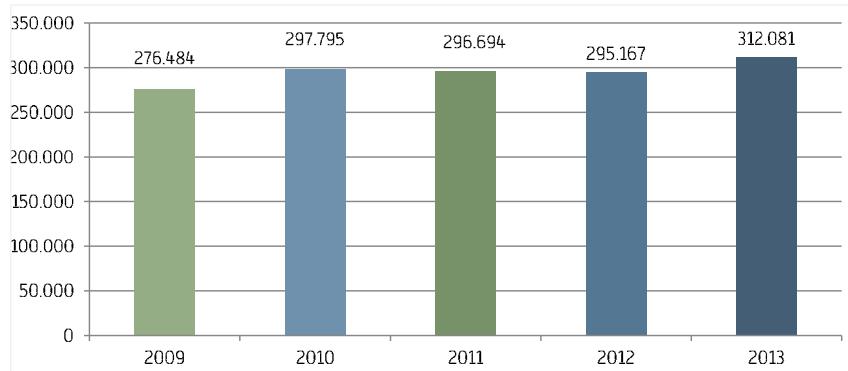
No ano de 2013 foram emitidas 312.081 autorizações de viagens, distribuídas ao longo do ano e por modalidade de serviço conforme o gráfico abaixo:

Autorizações de Viagens Eventuais Emitidas em 2013



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Evolução anual das Autorizações de Viagens Eventuais



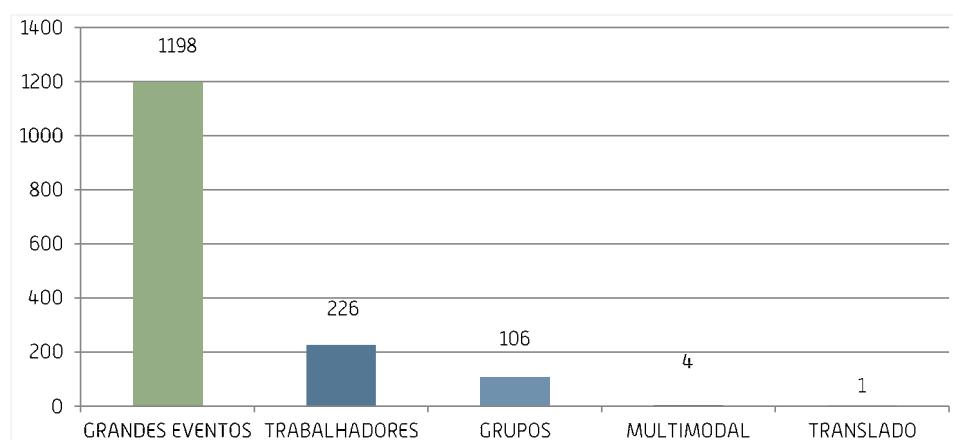
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013

Nos últimos cinco anos o quantitativo de autorizações de Viagens apresentou pouca variação. O Transporte Fretado Eventual de Passageiros é classificado em diferentes formas de atendimento:

- Turístico: é o serviço prestado por agências de viagem com frota própria ou através da contratação de transportadoras turísticas, para a realização de viagens com finalidade turística, sendo atendidos todos os requisitos para a prática da atividade;
- Multimodal: é a forma de atendimento turístico, dependente de autorização especial, que tem etapa(s) do itinerário realizada(s) em diferentes meios de transporte;
- Grupos: é o formato turístico, dependente de autorização especial, operado com viagens alternadas de grupos, desde que essas viagens mantenham uma relação de mesma origem e mesmo destino;
- Translado: é a forma de atendimento turística, dependente de autorização simples, que cumpre o percurso realizado entre as estações terminais de embarque e desembarque de passageiros, meios de hospedagem e locais onde se realizem congressos, convenções, feiras, exposições de negócios e respectivas programações sociais;
- Trabalhadores: é o formato de viagem não turística, dependente de autorização especial, realizado para o transporte eventual de trabalhadores.

As demais formas necessitam de análise prévia da situação para liberação da Autorização de Viagem. Em 2013, essa forma de prestação de serviço fretado contabilizou 1.535 autorizações especiais, o valor é alto devido à realização da visita do Papa Francisco durante a Jornada Mundial da Juventude (grandes eventos).

Quantidade de Autorizações Especiais Emitidas

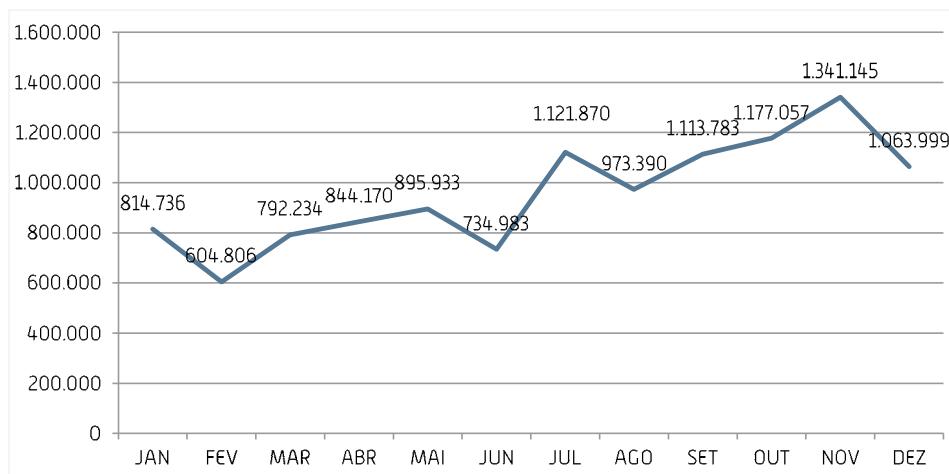


Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

2. Transporte Eventual Interestadual:

O Transporte Interestadual representa mais de 95% desses serviços, no total são transportados cerca de 11,5 milhões de passageiros/ano, conforme informações declaradas pelas operadoras. Diferentemente do Transporte Regular, não há uma nítida sazonalidade anual, mas um incremento gradual no decorrer do ano.

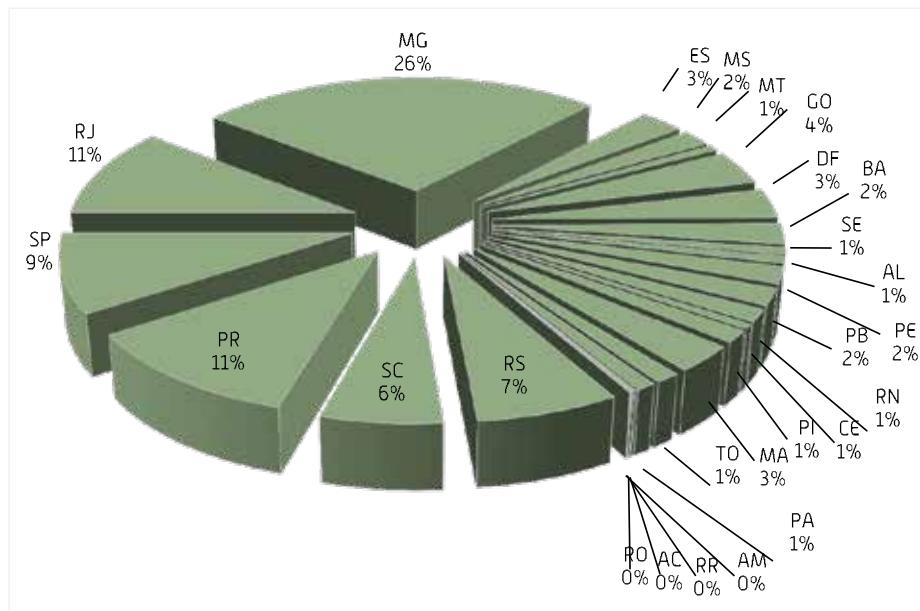
Passageiros Transportados - 2013



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

A região Sudeste caracteriza-se como o maior polo dispersor de passageiros, cerca de 50% das origens foi realizado nessa região. Importante destacar que o serviço fretado tem, obrigatoriamente, que ser realizado em circuito fechado - a viagem deverá iniciar e terminar na mesma localidade -, podendo em seu roteiro haver localidades intermediárias.

Passageiros Transportados por UF de Origem (%) - 2013



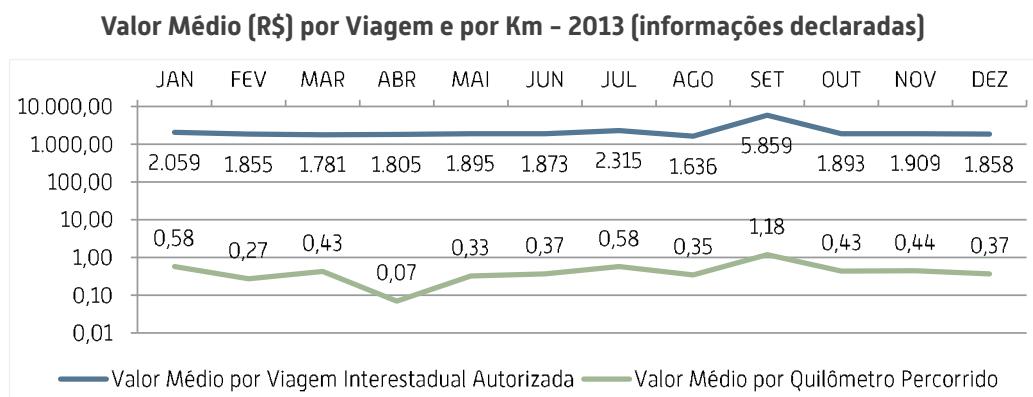
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

O Estado que mais utiliza o transporte fretado eventual de passageiros, onde se inicia a viagem, é Minas Gerais (26%), seguido do Paraná e Rio de Janeiro.

Em 2013, identificou-se 51.430 diferentes ligações no transporte fretado eventual, sendo as com maior volume de passageiros transportados em 2013 listadas a seguir, as quais representam em torno de 7% do volume total de passageiros.

Origem	Destino mais distante	Passageiros
Rio de Janeiro [RJ]	Aparecida [SP]	176.931
Rio de Janeiro [RJ]	São Paulo [SP]	144.296
Belo Horizonte [MG]	São Paulo [SP]	142.634
Curitiba [PR]	São Paulo [SP]	92.950
Foz do Iguaçu [PR]	São Paulo [SP]	83.031
Juiz de Fora [MG]	Rio de Janeiro [RJ]	76.576
Belo Horizonte [MG]	Aparecida [SP]	70.684
Araguaina [TO]	Goiânia [GO]	56.659
Uberlândia [MG]	São Paulo [SP]	55.988
Curitiba [PR]	Aparecida [SP]	55.509
Goiânia [GO]	São Paulo [SP]	53.760

Por fim, com base nas informações declaradas, pode-se obter alguns dados sobre o custo para os usuários desse tipo de serviço, conforme ilustrado no gráfico abaixo:



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

3. Transporte Eventual Internacional:

O transporte internacional fretado de passageiros com os países da América do Sul representa menos de 5% do quantitativo de viagens do transporte fretado de passageiros.

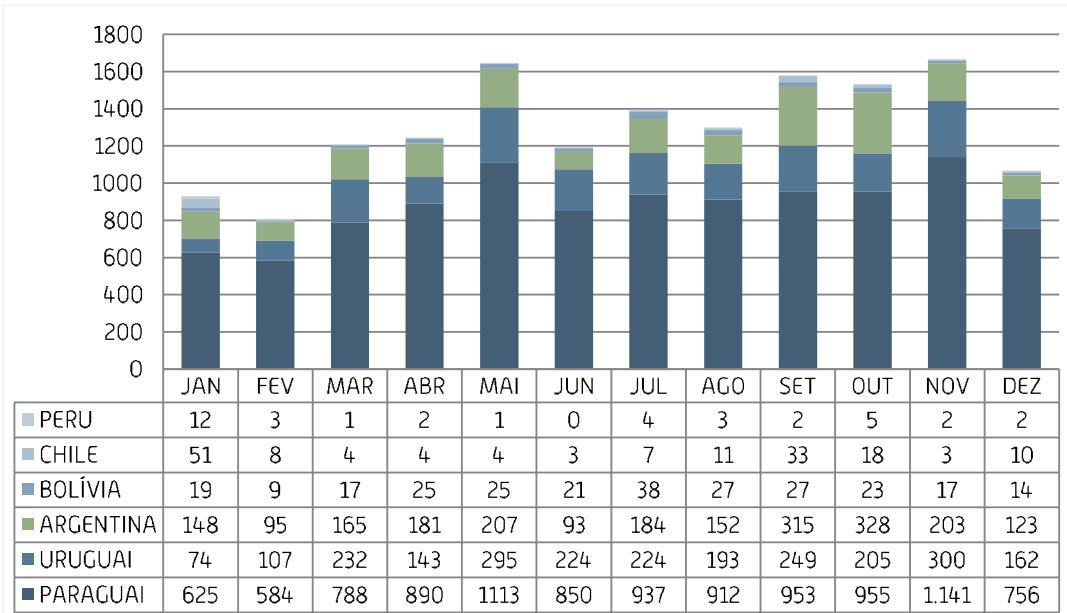
As informações apresentadas a seguir referem-se exclusivamente às empresas brasileiras habilitadas e usuárias do sistema de controle de viagem sob regime fretado da ANTT (SISAUT).

Por força do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, dados de viagens com origem em outros países não precisam ser informados e, portanto, não há informações sobre essas viagens. Entretanto, em 2012, iniciaram-se tratativas com os demais países do MERCOSUL para o desenvolvimento de ferramenta computacional que permitisse a troca de informação dos serviços internacionais entre os países membros, de forma a possibilitar um melhor conhecimento desse mercado.

Estão demonstrados abaixo os dados de Autorização de Viagem em 2013 para o transporte internacional fretado de passageiros com os países da América do Sul.

Em 2013 o Paraguai se manteve como o maior destino do transporte internacional fretado de passageiros, com uma participação em torno de 68% do total de viagens internacionais anuais.

Autorizações de Viagens Emitidas para Destinos Internacionais - 2013

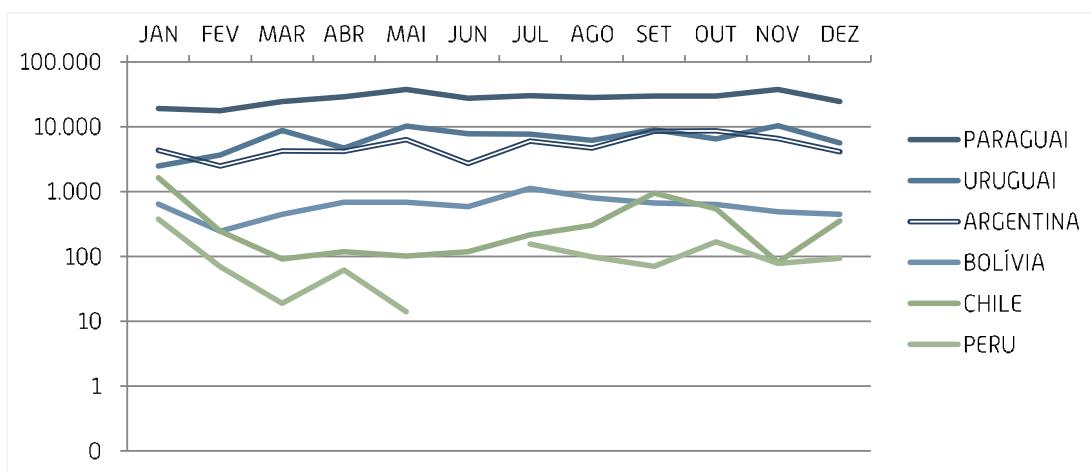


Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

É seguido pelo Uruguai e Argentina, com participação em torno de 15% cada destino.

O número de passageiros em viagens internacionais sob o regime de fretamento teve um montante de 493.455 passageiros em 2013, sendo os meses de maio e novembro os que possuíram a maior movimentação, e os meses de janeiro e fevereiro os de menor.

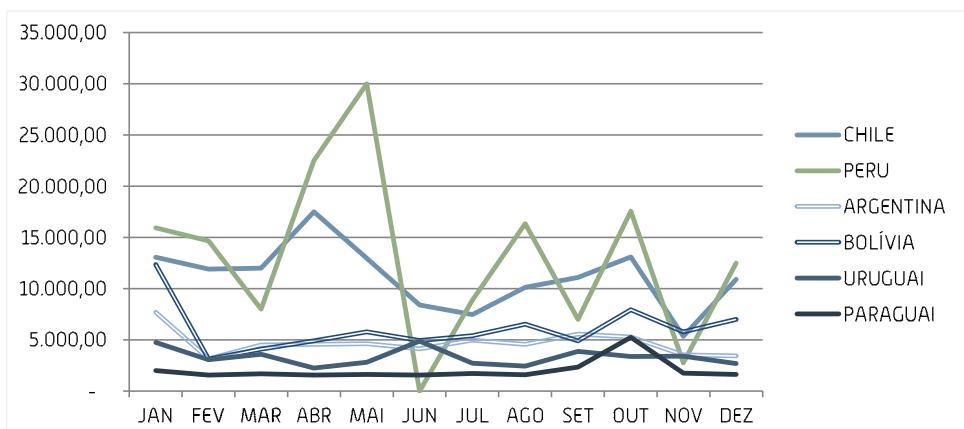
Passageiros Transportados com Destino Internacional - 2013



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

O faturamento informado do segmento de transporte fretado internacional monta em torno de R\$ 44 milhões/ano (somente das operadoras brasileiras) em 2013. O valor médio de cada viagem é bastante diferenciado nos países com menor demanda ou maior distância, como nos casos de Peru e Chile. Nos demais países, o preço por viagem fica constante no decorrer do ano.

Valor Médio por Viagem - 2013 (informações declaradas)



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2013.

4. Transporte Fretado Contínuo:

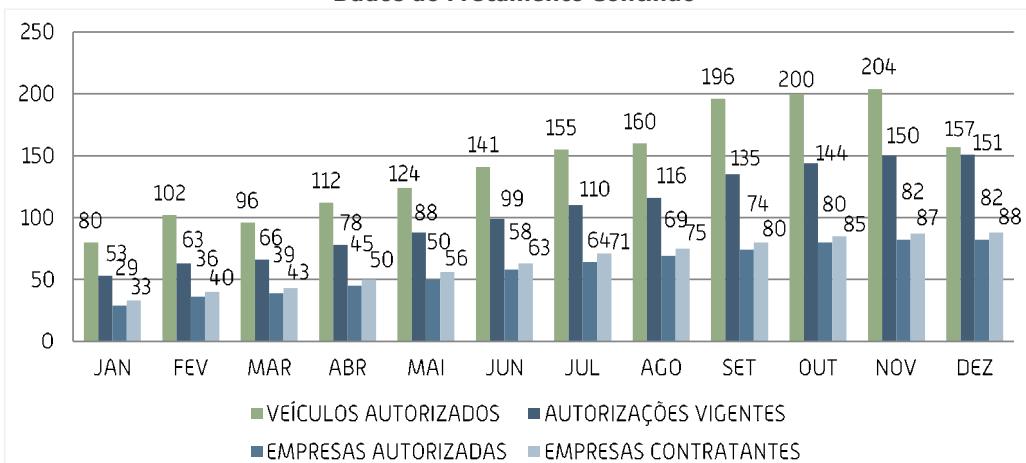
O Fretamento Contínuo é aquele realizado por empresas detentoras do Certificado de Registro para Fretamento - CRF, habilitadas para prestação de serviços de fretamento contínuo, mediante autorização prévia da ANTT, com apresentação de contrato firmado entre a transportadora e seu cliente. Seu objetivo é disponibilizar viagens por período determinado, em circuito fechado, com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos, além de relação fechada de passageiros, destinado exclusivamente a:

- I - empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus empregados, alunos, professores ou associados; e
- II - entidades do poder público, quando não utiliza veículos próprios.

Em 31/12/2013, havia 151 autorizações vigentes para 82 empresas detentoras de CRF, envolvendo uma frota de 157 veículos para a prestação do serviço de fretamento contínuo.

Como cada empresa presta serviço para uma ou mais empresas, o quantitativo de prestadoras de serviço e empresas contratantes não são idênticos.

Dados do Fretamento Contínuo



Fiscalização Financeira e Acompanhamento do Desempenho Econômico-Financeiro

A análise do desempenho econômico e financeiro tem a finalidade de avaliar as empresas - retratando a situação atual, sua evolução e tendências -, de verificar a capacidade das operadoras em manter a prestação do serviço adequado e de subsidiar a regulação do transporte terrestre de passageiros.

Já a fiscalização visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento, por parte das empresas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras.

Ainda, com a finalidade de subsidiar os projetos de outorgas, bem como as revisões tarifárias previstas, é necessária a realização de levantamentos sobre as características operacionais que geram os custos da prestação dos serviços e a consequente formação de tarifa. Além disso, também se torna imprescindível a definição da justa remuneração para o operador e, nesse caso, deve ser empregada técnicas adequadas para o seu estabelecimento.

No ano de 2013 foram realizadas 21 fiscalizações ordinárias e 1 extraordinária, onde se verificou, dentre outros pontos, o encaminhamento das demonstrações financeiras e das certidões tributárias, em consonância com o Plano Anual de Fiscalização Financeira aprovado em 2012. Foram abertos 241 processos administrativos simplificados para apuração de irregularidades e dado andamento em 131 processos de exercícios anteriores.

No decorrer do ano de 2013 foram aplicadas 39 advertências e 161 multas. Em decorrência do não pagamento das multas, 98 processos geraram a inscrição do devedor em Dívida Ativa/Cadin. Os demais 63 processos geraram um total de recolhimentos no montante de R\$ 137.595,49.

Foram realizadas 16 análises de empresas que pleitearam transferências de linhas, sendo 5 empresas indeferidas por não terem atingido índices econômico-financeiros mínimos.

Foram realizados estudos e aberto audiência pública para revisão tarifária do transporte interestadual e internacional de passageiros, inclusive do serviço semiurbano, sendo que a minuta de resolução está em análise por parte da diretoria da ANTT.

Jornada Mundial Da Juventude - JMJ

A Jornada Mundial da Juventude - JMJ, evento que contou com a presença do Papa Francisco, realizada no período de 23 a 28 de julho de 2013, nas cidades de Rio de Janeiro/RJ e Aparecida/SP, contou com as seguintes resoluções específicas da ANTT:

- a) Resolução nº 4116, de 7 de junho de 2013, que estabeleceu procedimentos excepcionais de fiscalização do transporte clandestino de passageiros; e
- b) Resolução nº 4128, de 26 de junho de 2013, que estabeleceu procedimentos excepcionais de fiscalização para as empresas que prestam o transporte rodoviário interestadual de passageiros na modalidade de fretamento.

A Resolução nº 4128 permitiu o simples registro de viagens sob o regime de fretamento em veículos não habilitados na ANTT, desde que o veículo estivesse em condições adequadas para a prestação do serviço e fosse apresentada no ato da fiscalização a documentação comprobatória. Desta forma, apresentamos a seguir estatísticas do transporte fretado regulado pela ANTT durante o evento.

1) Rio de Janeiro		2) Aparecida	
Viagens autorizadas =	3.772	Viagens autorizadas =	2.028
Veículos cadastrados =	2.698	Veículos cadastrados =	1.554
Veículos adicionais =	573	Veículos adicionais =	36
Veículos que realizaram mais de uma viagem no período =	498	Veículos que realizaram mais de uma viagem no período =	439

Outorga

ProPass Brasil

O ProPass Brasil [Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros] foi criado por meio da Deliberação nº 407/2008 com o objetivo de reestruturar o transporte rodoviário internacional e interestadual de passageiros, estabelecendo referenciais para a delegação e regulação da prestação de serviços no setor, que são exercidas por terceiros. Se divide em distâncias superiores a 75 Km e iguais ou inferiores a 75 Km. O Projeto abrange os seguintes serviços:

- Serviço Operado com Ônibus Rodoviário – Edital nº 01/2013;
- Serviço Operado por Ônibus Urbano – Edital nº 02/2013;
- Serviço Internacional – Estudos no Ministério dos Transportes.

As informações referentes ao processo de delegação dos serviços, a documentação referente ao Edital de Licitação nº 1/2013 e os atos da Comissão de Outorga se encontram disponíveis no hotsite do ProPassBrasil (<http://propass.antt.gov.br/>).

Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Operados Por Ônibus do Tipo Rodoviário

Plano de Outorgas e Edital:

O Plano de Outorgas foi elaborado atendendo ao disposto no art. 24 da Lei nº 10.233/2001 e com base na Portaria nº 274/2007, tendo como subsídio estudos realizados pela ANTT com base em pesquisas de campo, com o objetivo de obter dados mais próximos da realidade. Registra-se que a necessidade do levantamento de dados em campo decorreu da identificação da assimetria de informações então existente entre o Poder Público e as empresas operadoras, o que, inclusive, atentaria contra a isonomia do processo licitatório, tendo em vista que novos entrantes contariam com informações incorretas para basear suas propostas. Essa foi, inclusive, a razão pela qual a ANTT, em 2009, informou a conclusão do PGO e do Edital de Licitação, porém ressaltando os riscos associados aos dados utilizados nos estudos, tendo em vista a diferença verificada entre a frota cadastrada pelas empresas na ANTT e a frota Modelada no Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – ProPass Brasil.

Os estudos foram realizados pela ANTT em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas – FIPE, ligada à Universidade de São Paulo – USP, parceria firmada por meio do Contrato nº 60/2009. Tais estudos foram fundamentais para a elaboração do embasamento do Plano de Outorgas, conforme reconhece o próprio TCU, no item 280 do Parecer da 1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação – 1ª Diretoria, nos autos do Processo nº TC 015.419/2012-6, que subsidiou o Acórdão nº 2903/2012 no qual foi aprovado o Plano de Outorgas.

Após aprovação pelo Ministério dos Transportes, o Plano de Outorgas foi submetido à Audiência Pública nº 120/2011, momento em que foram colhidas contribuições de interessados de todos os setores da sociedade. As contribuições recebidas no âmbito da Audiência Pública nº 120/2011, dada a relevância e a extensão dos aspectos abordados, resultaram em consideráveis alterações no Plano de Outorgas, dentre as quais se destacam: revisão de processos de racionalização (seções intermunicipais, linhas redundantes, mercados novos como seção principal, mercados novos como secundário), alterações no procedimento de inclusão de linhas a licitar, alterações no procedimento de cálculo de frota, redistribuição das linhas em grupos de lotes.

Em maio de 2012, após análise do Tribunal de Contas da União, o Plano de Outorgas foi aprovado pelo Ministério dos Transportes em 19/07/2013.

No que se refere ao Edital de Licitação e ao Contrato de Permissão, a ANTT aprovou a realização da Audiência Pública nº 121/2011 [Processo nº 50500.011016/2012-27], que tornou públicas as Minutas de Edital e Contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros operados por ônibus do tipo Rodoviário, objetivando o recebimento de contribuições.

Após aprovação pela Diretoria da ANTT do relatório AP nº 121/2011, foi publicado, em 29 de agosto de 2013, o Edital de Licitação nº 1/2013, dando, assim, prosseguimento às demais fases do processo licitatório.

Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros

1. Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros que atendem o Distrito Federal e seu Entorno – Plano de Outorga e Edital:

Em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas – FIPE, firmada por meio do Contrato nº 006/2010, a ANTT finalizou o trabalho de pesquisa e de modelagem e encaminhou ao Ministério dos Transportes o Plano de Outorgas, mediante Ofício nº 833/DG/ANTT, conforme Deliberação ANTT 216/2012/GM/MT. Na sequência, o Plano de Outorgas foi submetido à Audiência Pública nº 129/2012, no período de 30 de outubro a 28 de dezembro de 2012, objetivando colher contribuições da sociedade em geral.

Paralelamente ao Plano de Outorgas, foram desenvolvidas as minutas de Edital de Licitação e de Contrato de Permissão, que foram submetidas à Audiência Pública nº 143/2013, com o objetivo de torná-las públicas e colher sugestões.

2. Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros de todo o País, à exceção da região do Distrito Federal e dos municípios de seu Entorno – Plano de Outorgas e Edital:

Também foram realizadas as pesquisas no âmbito do Contrato nº 006/2010 entre a Fundação de Pesquisa Econômicas – FIPE e ANTT.

O Plano de Outorgas dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros que atendem as demais ligações do Brasil foi aprovado pela Deliberação ANTT nº 97/2012 e encaminhado para análise e aprovação do Ministério dos Transportes por meio do Ofício nº 399/GAB/DG, em 14 de maio de 2012.

O Plano de Outorgas das ligações que atendem todas as regiões do país, à exceção do Distrito Federal e dos demais municípios de seu entorno, foi aprovado por meio de Despacho do Ministro em 11/09/2013, publicado no DOU de 12/09/2013 e será submetido em breve a Audiência Pública.

O Plano de Outorgas dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros que atendem as demais ligações do Brasil será submetido à Audiência Pública, assim como as minutas de Edital de Licitação e de Contrato de Permissão. Após a finalização da Audiência Pública, o Plano e Outorgas será novamente encaminhado para o Ministério dos Transportes e, posteriormente, ao TCU, em cumprimento à Instrução Normativa nº 27/1988.

Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros – Longa Distância e Semiurbano – Plano de Outorgas e Edital

A empresa Sistran Engenharia Ltda foi contratada, nos termos do Contrato nº 037/2010, de 23 de julho de 2010, publicado no DOU de 27 de julho de 2010, para realizar estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas e dos procedimentos para a gestão dos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros.

Depois de realizados os estudos, conclui-se que, conforme assentado na Nota Técnica nº 27/2011/GEROT/SUPAS/ANTT, apesar de a Lei nº 10.233/2001 prever, à época, que a permissão era a modalidade de delegação a ser aplicada em caso de transporte rodoviário internacional regular de passageiros, as particularidades e necessidades desses serviços indicaram a importância de modificação da modalidade de delegação de permissão para autorização, pautada pela necessidade de maior agilidade na outorga da exploração dos serviços regulares internacionais ao particular, sem, no entanto, descuidar das regras atinentes à qualidade do serviço e proteção dos usuários.

Por meio do Ofício nº 512/2011/DG/ANTT, de 25 de julho de 2011, o Diretor-Geral da ANTT encaminhou para apreciação da Pasta Ministerial proposta de alteração da Lei nº 10.233/2001, considerando as manifestações exaradas pela Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros – SUPAS e da Advocacia Geral da União, por intermédio da Procuradoria Federal junto à ANTT.

Fiscalização

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros [TRIIP]

Em relação à fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros foram fiscalizados, em 2013, 326.553 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP. O resultado obtido representa execução de 86,76% em relação à meta física para o período (376.393 veículos). Há de se atentar que em 2013 os procedimentos nos Postos de Fiscalização e Atendimento - PFA passaram por mudanças, por meio do projeto de Gestão de Serviços Regulares, que estabelece uma nova metodologia padronizada de fiscalização dos serviços, contemplando seis momentos na prestação dos serviços de TRIIP: pré-venda, venda, embarque, veículo, viagem e desembarque. Para cada momento foi estabelecido procedimento padrão e a adaptação dos fiscais a esses novos procedimentos influenciou nos resultados obtidos.

Destaca-se, nas tabelas abaixo, a evolução quantitativa das fiscalizações efetuadas e dos autos lavrados no período entre 2008 a 2013.

O quadro a seguir mostra que do total de fiscalizações do TRIIP em 2013, 273.717 (83,82%), referem-se a veículos fiscalizados em Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA), localizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros. Ressalte-se que os Postos de Fiscalização e Atendimento são instalados em terminais de embarque e desembarque

de passageiros cuja capacidade operacional justifique a fiscalização permanente.

Período	Veículos Fiscalizados					
	Total	Terminais	OS	Comandos	FDE	PIA*
2008	358.928	300.472	5.429	52.750	277	-
2009	320.985	302.292	1.129	16.524	1.040	-
2010	398.146	370.488	1.239	24.717	1.702	-
2011	414.724	385.724	3.338	25.580	82	-
2012	363.691	332.786	1.799	29.106	-	-
2013	326.553	273.717	1.666	33.310	1.029	16.831
Total período	2.183.027	1.965.479	14.600	181.987	4.130	16.831

Fontes: SUFIS e Unidades Regionais. Dados sujeitos a revisão.

* Os ônibus fiscalizados na Ponte Internacional da Amizade (PIA) estão incluídos no campo "Comandos". Acompanhamento individualizado retomado em 2013.

Em terminais de menor condição operacional a fiscalização é realizada mediante comandos operacionais. Cabe ao Fiscal garantir o cumprimento da legislação, verificando as condições dos veículos prestadores de serviço, seus itens obrigatórios, o cumprimento dos benefícios do idoso e do passe livre, entre outras atribuições. Essa modalidade de fiscalização não é realizada apenas nos ônibus, mas também, especialmente a partir da introdução da nova sistemática de fiscalização, em outros locais identificados como importantes para a prestação dos serviços de TRIIP.

Foram fiscalizados 1.666 veículos em atendimento a ordens de serviço. As Fiscalizações por Ordens de Serviço são realizadas com o objetivo de apurar denúncias apresentadas em desfavor de empresas prestadoras de serviços regulares, prestadoras de serviços especiais (fretamento) e clandestinas ou para atender a eventuais demandas específicas.

Nos comandos em rodovias foram fiscalizados 33.310 veículos no ano de 2013. Destaque-se que a fiscalização de comando é realizada em rodovias com o apoio do órgão de trânsito com circunscrição sobre a via, além de outros órgãos, com o objetivo de verificar a prestação do serviço de TRIIP regular e sob-regime de fretamento.

Conforme se observa no quadro acima foram lavrados 37.734 autos de infração do TRIIP em 2013.

Operação Jornada Mundial da Juventude - JMJ

Dentre as fiscalizações realizadas, destaca-se a Operação Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro. Com procedimentos especiais de fiscalização, houve a abordagem de 7.360 veículos, que resultaram na lavratura de 2.349 autos de infração, apreensão ou retenção de mais de 250 veículos e impedimento de mais de 240 veículos irregulares de adentrar o país, principalmente, pelo risco à segurança dos passageiros.

É importante ressaltar que a concessão de 12% a mais de autorizações de viagens, no período próximo à realização do evento, contribuiu para uma redução de mais de 65% na quantidade de vítimas em acidentes com ônibus.

Período	Autos Lavrados					
	Total	Terminais	OS	Comandos	FDE	PIA*
2008	13.287	8.192	2.112	2.952	31	-
2009	13.230	9.200	566	3.440	24	-
2010	25.452	17.420	1.578	6.382	72	-
2011	31.140	20.739	2.761	7.616	24	-
2012	21.914	12.606	1.151	8.154	3	-
2013	37.734	26.023	1.392	10.040	58	221
Total período	142.757	94.180	9.560	38.584	212	221

Fontes: SUFIS, SISMULTAS e Unidades Regionais. Dados sujeitos a revisão.

* Os ônibus fiscalizados na Ponte Internacional da Amizade [PIA] e respectivos autos lavrados estão incluídos no campo "Comandos". Acompanhamento individualizado retomado em 2013.

Estudos e Pesquisas





VIABRAS

CCO - CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL



Desenvolvimento e Implantação de Novas Funcionalidades no SICOF e na Ferramenta SISLOG

O Termo de Cooperação nº 04/2011, cujo objeto é o “Desenvolvimento e Implantação de Novas Funcionalidades no Sistema de Custos Ferroviários de Carga - SICOF e na ferramenta SISLOG - Sistema Logístico e de Transportes”, foi firmado entre a ANTT e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC visando atender aos objetivos seguintes:

- 1) Desenvolver e implantar na ANTT novas funcionalidades à ferramenta computacional SICOF, cujas necessidades foram verificadas durante a execução do estudo (objeto do TCT 09/2009) que gerou a mencionada ferramenta; e
- 2) Desenvolver e implantar na ANTT novas funcionalidades à ferramenta computacional SISLOG, até então não previstas, surgidas durante a fase de execução do estudo objeto do TCT 06/ 2009.

A ferramenta SISLOG teve suas aplicações ampliadas, mormente em análises preliminares de trechos ferroviários que compõem o Programa de Investimento em Logística - PIL.

Em 2013 procedeu-se à revisão das modelagens [a e b] do SICOF, concluídas em 2012, bem como seu desenvolvimento no sistema.

Desenvolveram-se, também no SICOF, as seguintes funcionalidades: a) Análise do Fluxo de Dados do Centro de Custos no SIREF, b) Roteador Automático para Novos Fluxos, c) Cálculo de Custo Através de Simuladores, d) Criação de Interfaces de Saídas do SICOF para Integração com o SISLOG.

Foi ainda incluído o desenvolvimento do Módulo de Análise Gerencial e o treinamento dos usuários do sistema. Ademais, foi dada continuidade à promoção de utilização do SISLOG na ANTT, auxiliando, no âmbito interno, em tarefas desenvolvidas pelas superintendências e pelo Núcleo de Meio Ambiente – NMA/ANTT e, externamente, em projetos com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e outros órgãos da administração pública, como a Empresa de Planejamento e Logística – EPL.

Foram implementadas novas funcionalidades no SISLOG, além da integração com o SICOF, e realizado curso de capacitação dos servidores da agência para uma utilização mais plural da ferramenta.

O Termo de Cooperação teve seu cronograma recentemente ampliado em oito meses, devido à necessidade de alteração no prazo de entrega de alguns produtos.

Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos Trechos Ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém

Em 2013, também com a Universidade Federal de Santa Catarina, a ANTT celebrou o Termo de Cooperação 001/2013 “Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos Trechos Ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém–EVTEA”, que tem como objetos o Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) do trecho ferroviário Rondonópolis-Cuiabá e o Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) do trecho ferroviário Cuiabá – Santarém. Até o dia 31/12/2013, cerca de 50% do cronograma físico de trabalho tinha sido executado, muito em função das discussões sobre as alternativas de traçado, que condicionam as etapas futuras do cronograma.

Foram entregues pela UFSC, os seguintes relatórios:

- a) Relatório A: relatórios parciais de estudo de traçado e de diagnóstico ambiental do EVTEA, trechos Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém. Nesse relatório é feita uma análise preliminar

do traçado e do diagnóstico ambiental da ferrovia em questão. O relatório foi aprovado pelo fiscal do termo de cooperação, com ressalvas, que foram sanadas pelo executante;

b) Relatório B: relatórios parciais de diagnóstico ambiental. Ressalta-se que o fiscal do Termo de Cooperação fez, inicialmente, considerações de forma e conteúdo quanto ao Relatório B, concluindo pela sua não aprovação. Porém, após reuniões entre a equipe técnica da ANTT e da UFSC para esclarecimentos, decidiu-se pela sua aprovação, concludo que o Relatório B atendia as exigências do plano de trabalho.

Estudos de Reversibilidade de Bens e de Definição de Valores de Direito de Passagem nas Atuais Concessões Ferroviárias de Cargas, bem como na Revisão Metodológica das Estimativas de Demanda e das Simulações Operacionais dos Trechos Ferroviários incluídos no PIL.

O Termo de Cooperação 02/2013 “Apoio à ANTT em estudos de reversibilidade de bens e de definição de valores de direito de passagem nas atuais concessões ferroviárias de cargas, bem como na revisão metodológica das estimativas de demanda e das simulações operacionais dos trechos ferroviários incluídos no PIL” tem definido em seu plano de trabalho a consecução de sete objetos. São eles:

- 1) Apoio à ANTT nos estudos das regras de reversibilidade de bens vinculados às concessões ferroviárias de cargas;
- 2) Apoio à ANTT nos estudos das taxas de depreciação a serem aplicadas aos bens reversíveis das concessões ferroviárias de cargas;
- 3) Apoio à ANTT para o desenvolvimento de metodologia para cálculo de tarifas de direito de passagem e estudo de caso aplicado ao acesso ao porto de Santos;
- 4) Apoio à ANTT para revisão metodológica das estimativas de demanda para os trechos ferroviários incluídos no PIL;
- 5) Apoio à ANTT para simulações operacionais dos trechos ferroviários incluídos no PIL;
- 6) Apoio à ANTT para a realização da Análise Custo-Benefício (ACB) dos trechos ferroviários incluídos no PIL;
- 7) Disponibilização de equipe especializada.

Desses objetos, apenas três tinham atividades programadas para 2013, no caso, as relacionadas ao apoio à ANTT no Programa de Investimentos em Logística – PIL. Em relação a essas atividades, houve a execução, em 2013, de cerca de 50% do cronograma físico de trabalho estabelecido.

Estudos e Pesquisas para Subsidiar o Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros

Em 2013, também foi celebrado com a Universidade Federal de Santa Catarina e a ANTT o Termo de Cooperação 003/2013 “Estudos e Pesquisas para Subsidiar o Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros”. O acordo teve seu extrato publicado no DOU em 13 de dezembro de 2013, não tendo, dessa forma, previsão de realização em 2013.

Estudo e Implantação de Projeto Piloto do Centro de Supervisão (CS)

Tem como objeto a realização de ações voltadas ao estudo e implantação de projeto piloto do

Centro de Supervisão [CS] das concessões ferroviárias e expansão do sistema de informação SAFF, conforme especificado no plano de trabalho.

- Implantação do piloto do centro de supervisão ferroviária – baixada santista.
 1. Em operação na ANTT desde março de 2012.
 2. Mapeamento da baixada santista [trens das concessionárias MRS, ALL e FCA];
 3. Aquisição de dados em tempo real; e
 4. Captura de imagens de circulação de trens por câmeras locais.
- Declaração de Rede 2013
 1. Elaboração de relatórios analíticos e mapas temáticos; e
 2. Publicação no site da ANTT em dezembro de 2012.

Estudo sobre o Acompanhamento de Fretes Praticados e para Verificação dos Impactos nos Fretes em Função de Alterações nas Condições das Rodovias

Com o intuito de atender aos interesses da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT quanto à coleta e análise dos dados de fretes, iniciou-se o estudo sobre o acompanhamento de fretes praticados e verificação dos impactos em função de alterações nas condições das rodovias, elaborado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz [Esalq], objeto do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2011, celebrado entre a ANTT e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ, numa interação permanente com a equipe técnica da ANTT.

Mais especificamente, o estudo objetiva consolidar um banco de dados com informações de frete, de forma a atender as necessidades da ANTT e da Superintendência de Estudos e Pesquisas na elaboração de “estudos e pesquisas sobre os serviços de transportes terrestres, bem como sobre fretes e tarifas praticadas”.

Em 2011 foi dado início às atividades do Projeto e finalizada a etapa de escolha de corredor de transporte de interesse da ANTT. A partir daí consolidou-se e atualizou-se o banco de dados, com informações relativas aos fretes praticados para produtos selecionados.

Em 2012 o banco de dados foi atualizado, com as informações relativas aos fretes praticados para produtos selecionados, mês a mês. Além disso, foram apresentadas as especificações dos dados utilizados para a concepção de modelo que correlacione a evolução do frete praticado de acordo com o comportamentos das variáveis intervenientes.

Assim, em 2013, concluiu-se a consolidação dos dados no banco de dados com informações de frete, atendendo as necessidades da Agência. O projeto foi finalizado com a devida disponibilização do banco de dados e a entrega dos relatórios finais: a) identificação dos corredores estudados (análise, informações de fretes, metodologia de escolha) e b) concepção do modelo correlacional proposto.

A partir dos resultados obtidos foi possível conhecer com ineditismo quais são os fatores que, sob a ótica dos tomadores de serviço, influenciam e determinam o valor do frete praticado, podendo consistir em importante subsídio para a tomada de decisão em processos de outorga de serviços públicos de transportes terrestres.

Características da Demanda de Transporte de Cargas: Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado

O estudo “Características da Demanda de Transporte de Cargas: Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado”, objeto do Contrato 15/2012, contou com a participação, em sua execução, do consorcio Logit/Fealq. Visou desenvolver metodologia de pesquisa para estudo das características da demanda do transporte rodoviário de cargas. Dentre os objetivos

destaca-se a realização de pesquisas de preferência declarada e revelada para uma amostra de Embarcadores representativos das principais categorias de atividades econômicas geradoras de transporte.

O contrato para o desenvolvimento da metodologia se iniciou em 2012, sendo concluído em 2013. Com a conclusão dos trabalhos em 2013 foi possível identificar o embarcador, uma figura que, apesar de não ser regulada diretamente pela ANTT, é afetada (positiva ou negativamente) pelas ações regulatórias. Foi possível também identificar como ele define seu modelo de negócios a partir do arcabouço regulatório existente e até mesmo quais os efeitos da atuação da Agência na criação de benefícios para o mercado de movimentação de cargas no Brasil.

Inicialmente, o estudo previa a realização de duas etapas a serem executadas sob a coordenação da ANTT: 1) desenvolvimento da metodologia e 2) execução da pesquisa de campo. Com a primeira etapa concluída foi definida a metodologia de pesquisa, bem como a elaboração de edital e Termo de Referência para contratação de empresa para execução da pesquisa de campo (segunda etapa).

A realização da segunda etapa, que se refere à coleta e análise dos dados, com base na metodologia Edital e Termo de Referência definidos pela ANTT, deverá ser desenvolvida pela Empresa Brasileira de Planejamento e Logística – EPL.

Revisão do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT

A execução dos estudos destinados à revisão do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT – SGA/ANTT, objeto do Contrato 05/2012, realizado pelo Consórcio RPI/Arcadis Logos, teve como objetivo: revisar, atualizar, ampliar e implantar o SGA/ANTT; internalizar a cultura da Gestão Ambiental na Agência; capacitar adequadamente o seu corpo técnico; aprimorar o processo de fiscalização dos entes regulados na interface com as questões socioambientais; contribuir para a eficaz compatibilização dos transportes terrestres concedidos com o Meio Ambiente e prover uma base georreferenciada que permita o armazenamento e a recuperação de informações visando o cumprimento das cláusulas sociais e ambientais dos contratos de concessão e delegação. Foi realizada em 2013:

- Análise de 27 (vinte e sete) Relatórios Técnicos.
- Análise do Relatório Final.
- Análise do Sumário Executivo.
- Realização de 07 (sete) Reuniões Técnicas destinadas ao acompanhamento das atividades previstas no Contrato.
- Realização da Capacitação “Sistema de Gestão Ambiental da ANTT – SGA/ANTT: Entendendo processo de Licenciamento Ambiental”, destinada aos Técnicos da ANTT, do Ministério dos Transportes, da VALEC e do DNIT.

Importante ressaltar que o Sistema Informatizado de Gestão Ambiental da ANTT (SiGA), ferramenta operacional do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT (SGA/ANTT), foi desenvolvida e concluída no contexto do Projeto de Revisão do SGA/ANTT e efetivamente implantada no ambiente computacional da Agência em 2013.

Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento (MGIC) em Transportes Terrestres da ANTT

O Estudo intitulado Desenvolvimento do Modelo de Gestão da Informação em Transportes Terrestres - MGIC é objeto do Termo de Cooperação Técnica 11/2010, celebrado entre a ANTT e a Universidade Federal Fluminense – UFF, em dezembro de 2010. O estudo teve sua duração prevista para três anos (2010/2013) e seu objetivo foi a construção de um Modelo de Gestão da

Informação e do Conhecimento para a ANTT, de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria de atuação da Agência, por meio de proposições relativas a práticas, processos e filosofias direcionadas à ampliação dos benefícios em tecnologia da informação e à racionalização do aproveitamento do capital humano da Agência.

A seguir, as realizações em 2013 relativas ao estudo citado:

- Realização de workshops com apresentação dos resultados dos levantamentos – pesquisas documentais, boas práticas de referência, entrevistas com as equipes de fluxo de informação, e-licitação de requisitos de negócios, gestão do conhecimento, ontologias e transportes sobre os bens de informação identificados em cada área – realizados em diversas unidades organizacionais, com as principais recomendações sugeridas sob a ótica da Gestão da Informação e do Conhecimento;
- Realização dos levantamentos necessários ao desenvolvimento do MGIC em três Superintendências Finalísticas, mas com bens de informação relevantes ao Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento em outras Unidades Organizacionais com status de Gerência, Assessorias e a Unidade de Controle Interno;
- Alteração do Plano de Trabalho, com extensão do prazo de conclusão do projeto por seis meses, sem alteração de valor;
- Realização de capacitação de servidores da ANTT em EA (Enterprise Architect).

Ressalta-se que o MGIC teve suas atividades finalizadas após a conclusão dos levantamentos das informações. Porém, foi necessário firmar um Termo Aditivo de prazo, até junho/2014, para consolidação dos modelos e finalização da capacitação profissional para os servidores da Agência. Assim, considera-se que, cerca de 90% do cronograma de atividades referente ao estudo foram cumpridas até o final de 2013.

Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros no Trecho Luziânia (GO) – Brasília (DF)

Em 21 de dezembro de 2012 foi publicada no DOU a Portaria Sudeco nº 65, que instituiu a Comissão Especial de Licitação (CEL), com a participação de representante da SUPAS e da SUEXE. Em 28 de dezembro de 2012, o Edital de Licitação foi publicado pela Sudeco. Devido a falhas no Edital, a licitação foi suspensa em 4 de março de 2013 e após a revisão do Edital, houve sua republicação em 17 de junho de 2013.

Em 26 de julho de 2013, foi publicada a Portaria Sudeco nº 31, reinstituindo a CEL, realizando alterações em seus membros, contudo, mantendo-se os representantes da ANTT.

Entre os meses de julho e novembro de 2013, foram realizadas as sessões públicas presenciais para recebimento e abertura dos envelopes entregues pelas proponentes, além de várias reuniões com a participação dos membros da CEL para responder pedido de impugnação ao Edital e analisar os documentos que compõem as propostas.

Em 8 de novembro de 2013 foi publicado no DOU o resultado final da licitação, sagrando-se vencedor, dentre as três licitantes participantes, o Consórcio Trem Passageiros DF-Luziânia, composto pelas empresas VETEC Engenharia Ltda. e OFICINA – Engenheiros Consultores Associados Ltda. O contrato foi assinado pela Sudeco em cerimônia realizada em 19 de dezembro de 2013.

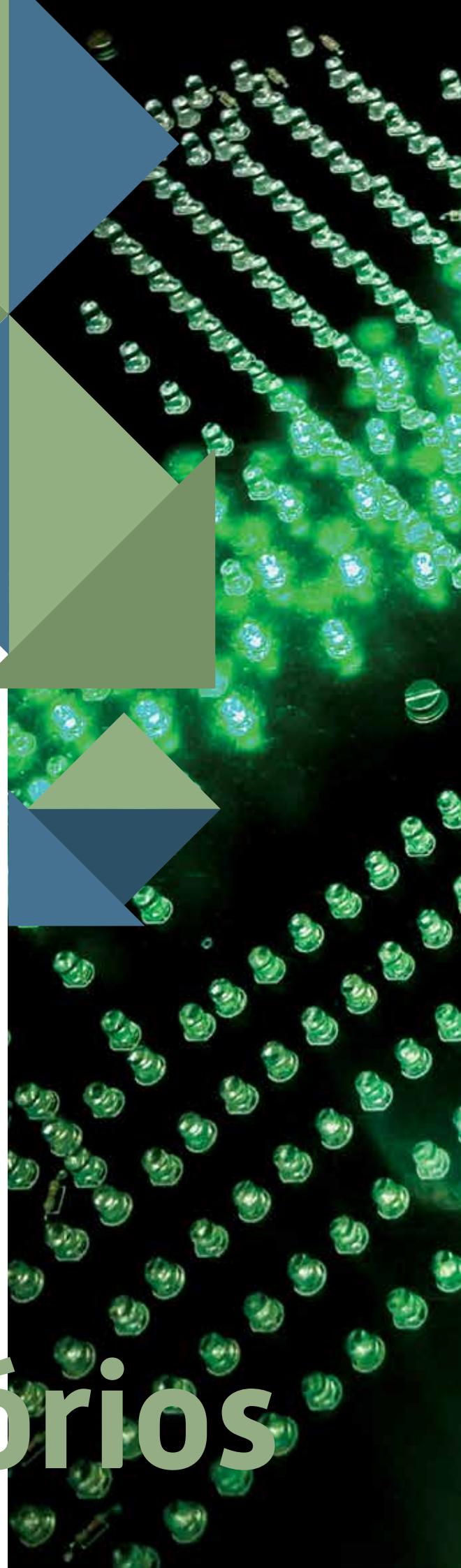
Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros e Cargas no Trecho Brasília (DF) – Anápolis (GO) – Goiânia (GO)

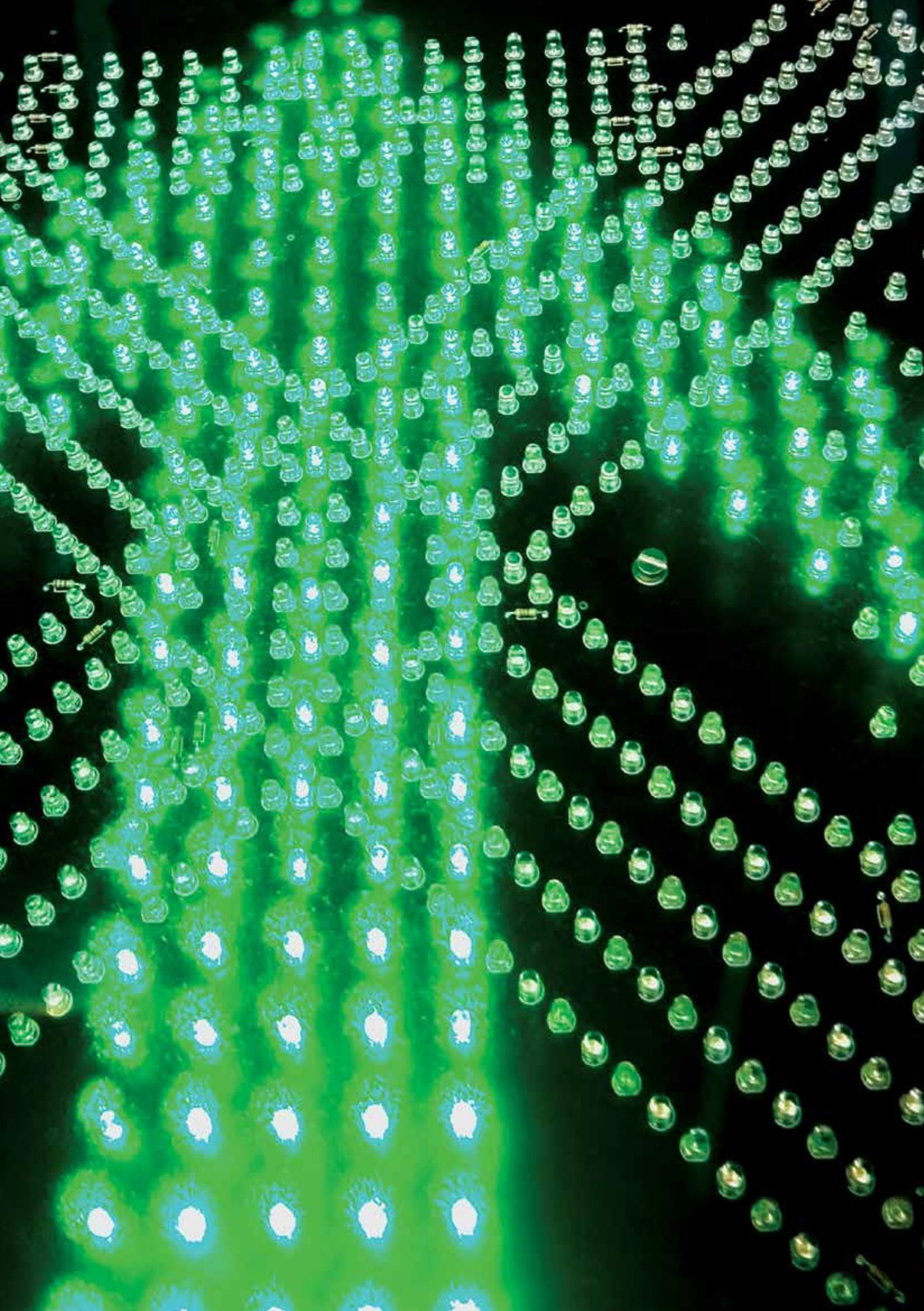
Durante os meses de novembro de 2012 e abril de 2013 foram realizadas as etapas do processo seletivo para a contratação de serviços de consultoria para a realização de estudos de viabilidade

técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) necessários à outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de cargas no trecho Brasília/DF – Anápolis/GO – Goiânia/GO. O processo foi concluído em 11 de abril de 2013, com a divulgação da consultoria selecionada: o Consórcio EGIS-VEGA/LOGIT/JGP/MMSO. Concluída a seleção, deu-se por finalizados os trabalhos da Comissão Especial de Licitação instituída pela Portaria nº 31/2012 [composta por servidor da SUPAS], que foram seguidos pelos demais trâmites internos na ANTT e no Banco Mundial, culminando na assinatura do contrato em 17 de maio de 2013.

Para acompanhar a execução do Contrato para Serviços de Consultoria – Remuneração por Preço Global nº 008/2013, firmado entre a ANTT e o Consórcio vencedor, foi indicado um representante da Supas para participar do Grupo de Trabalho criado pela Portaria DG nº 391, de 07 de junho de 2013, Processo nº 50500.093047/2012-98, que passou a acompanhar a realização do EVTEA.

Marcos Regulatórios





Pesquisa de Satisfação dos Usuários

Em 20 de abril de 2011, a ANTT firmou o Contrato com o Consórcio Transplan/Futura, para o desenvolvimento de metodologia de pesquisa de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros, transporte ferroviário de passageiros e cargas, e de rodovias concedidas.

A contratação de uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários decorre da missão institucional da Agência, visto que possibilita melhor compreensão dos anseios dos usuários dos serviços regulados pela ANTT, buscando o aprimoramento da atuação regulatória.

Se a missão da ANTT é assegurar aos usuários a adequada prestação do serviço, é fundamental que se saiba, pelos seus usuários, qual é o conceito real do que é “serviço adequado”, a partir dos resultados mostrados por uma pesquisa de metodologia adequada.

Os resultados dessa pesquisa tornar-se-ão uma importante ferramenta tanto de planejamento como de aferição de ações regulatórias adotadas.

O Contrato firmado prevê seis Produtos: 1) Levantamento de experiências internacionais e pesquisa qualitativa; 2) Desenvolvimento da metodologia de pesquisa quantitativa; 3) Validação da metodologia de pesquisa quantitativa por meio da aplicação da pesquisa piloto; 4) Elaboração do termo de referência e minuta de edital para contratação de empresa especializada na aplicação da pesquisa de campo; 5) Manual para aplicação da Pesquisa de Satisfação; e 6) Relatório Executivo: relatório resumido de todas as etapas de desenvolvimento do objeto para o público não técnico.

Os Produtos 1 a 4 desse Contrato já foram entregues e aprovados pela ANTT.

Entre os produtos 4 e 5, estava prevista a contratação de uma outra empresa para a aplicação da Pesquisa em campo, em âmbito nacional.

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários será aplicada pela empresa Virtú Análise e Estratégia Ltda. contratada pela Agência após a realização do Pregão Eletrônico nº 39/2012, do tipo menor preço.

O contrato para a prestação do serviço foi assinado em agosto de 2013, e os trabalhos foram iniciados com reunião de alinhamento realizada entre representantes da empresa, do Consórcio Transplan/Futura, na sede da Agência.

O contrato contempla a entrega de quatro produtos. O primeiro consiste no planejamento, preparação do campo, cadastramento do questionário e treinamento da equipe. No segundo há a coleta, entrada e processamento de dados. No terceiro produto será realizada a análise, revisão e liberação do relatório parcial e no quarto e último produto será realizado o processamento (resultados consolidados), análise, revisão dos relatórios consolidados e apresentação dos resultados.

O Consórcio Transplan/Futura supervisionará a aplicação da pesquisa nacional, e entregará os produtos restantes para o qual foi contratada, e que dependem da conclusão dos trabalhos da empresa Virtú Análise e Estratégia Ltda., sendo eles, conforme já relatado, um Manual para aplicação de Pesquisa de Satisfação (Produto 5) e um Relatório Executivo contendo um resumo de todas as etapas de desenvolvimento do projeto para o público não técnico (Produto 6). Os trabalhos da empresa Virtú Análise e Estratégia Ltda. já foram iniciados e a previsão para a conclusão de todo o processo, envolvendo as duas empresas, é julho de 2014.

Revisão dos Marcos Regulatórios

A revisão dos Marcos Regulatórios iniciou-se em dezembro de 2011, com a assinatura do contrato por Preço Global nº 049/2011. Firmado entre a ANTT e o Consórcio Estudos Regulatórios, o aludido contrato foi aditivado até julho de 2013. Os recursos aplicados no desenvolvimento das atividades são provenientes do contrato de empréstimo nº 7383-BR, firmado entre a União e o Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado a financiar o Projeto de Transporte Rodoviário - PREMEF, que está inserido no Programa de Redução de Custos Logísticos. Tem o objetivo de adequar o conjunto de normas vigentes, editadas pela ANTT, de caráter geral e abstrato, destinadas a regulamentar o setor de transportes terrestres.

A necessidade de marco regulatório bem estruturado tem sido amplamente difundida pela literatura especializada nacional e internacional, como parte fundamental de boas práticas em regulação, principalmente visando o melhor entendimento de normas pela sociedade e maior efetividade na atuação do regulador.

Produtos entregues pelo Consórcio Estudos Regulatórios em 2013:

1. Subproduto do Produto 3 – Processo Normativo da ANTT;
2. Produto 5 – Relatório de Análise e Aprimoramento de temas da Agenda Regulatória, com relação aos seguintes temas indicados pelas superintendências:
 - a. Procedimentos para aplicação de penalidades;
 - b. Cobrança adicional para cargas especiais;
 - c. Regras mínimas de interoperabilidade;
 - d. Transporte de carga própria;
 - e. Depreciação de bens reversíveis; e
 - f. Monocondução.
3. Produto 6 – Minutas de Resolução para implementação da Agenda Regulatória, concernente aos seguintes itens:
 - a. Regulamento para a autorização de cobrança, pelas concessionárias de rodovias federais, de operações especiais necessárias para o transporte de cargas excedentes; e
 - b. Regulamento para a uniformização do procedimento sancionatório no âmbito da ANTT.
4. Produto 8 – Relatórios de análise de questões afetas às áreas de competência da Agência, não listados no anexo I:
 - a. Penalidades no fretamento;
 - b. Frota Mínima e arrendamento – fretamento;
 - c. Micro-ônibus – fretamento;
 - d. Competência Regulatória da ANTT para regulação dos serviços de transporte ferroviário de passageiros.

O Produto 7 [Relatórios de Análise das contribuições das Audiências Públicas referentes às minutas previstas no Produto 6] foi retirado do Contrato, com a respectiva redução do valor global, em razão do prazo ser insuficiente para a entrega dos produtos.

Entregues os produtos, o Contrato foi concluído.

Análise de Impacto Regulatório

A Análise Preliminar de Impacto Regulatório¹, em construção na ANTT desde 2010, passou por etapas de institucionalização e, em 2013, iniciou a fase de testes em alguns projetos constantes da Agenda Regulatória 2013/2014.

Inicialmente, a lógica da Análise Preliminar de Impacto Regulatório foi inserida no próprio corpo das Notas Técnicas desenvolvidas na ANTT, as quais passaram a incorporar a preocupação com o mapeamento do problema que se quer resolver, os atores envolvidos e as opções regulatórias possíveis.

Alguns projetos utilizaram o Formulário de Análise Preliminar de Impacto Regulatório², que se configura como um guia que indica os principais aspectos a serem considerados na construção e no desenvolvimento dos atos a serem submetidos a processo decisório interno ou externo à Agência.

Neste sentido, a Análise Preliminar de Impacto Regulatório tem resultado em análises mais profundas abrangendo várias possibilidades e resultando, em alguns casos, em produtos diversos dos projetados inicialmente. Em alguns casos, opta-se pela revisão do próprio Plano de Projeto, revendo o escopo e exequibilidade deste.

Para alguns casos, utilizou-se a ferramenta AHP³ [Analytic Hierarchy Process] para melhor embasar a tomada de decisões quanto à opção a ser adotada. Conforme estudos realizados no Convênio firmado entre ANTT e IPEA, o AHP utiliza um processo que envolve critérios previamente estabelecidos e ponderados, metas a serem atingidas e soluções alternativas. Assim, os impactos assumem magnitudes diferentes conforme os critérios prioritários para a Agência, o que ajuda a tomada de decisões em casos complexos.

Encontra-se em fase de testes o Formulário Eletrônico de Análise Preliminar de Impacto Regulatório. Assim, objetiva-se que a ferramenta amplie o uso do Formulário e, consequentemente, da Análise de Impacto Regulatório.

Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória ANTT⁴, aprovada por meio da Resolução nº 4057, de 25 de março de 2013, contava inicialmente com 57 projetos, distribuídos nos 8 Eixos Temáticos⁵ que a compõem.

A metodologia utilizada para construção da Agenda Regulatória 2013/2014 separou os objetivos em dois grupos: prioritários, que correspondem aos objetivos do mapa estratégico vitais para o biênio; e gerais, que também são considerados na análise, mas com pontuação menor do que os prioritários.

Após análise da ANTT quanto às preocupações mais prementes apresentadas pelas áreas no preenchimento dos formulários com sugestão de temas para comporem a Agenda Regulatória 2013/2014, foram traçados os seguintes objetivos estratégicos prioritários: aperfeiçoar o marco regulatório, aperfeiçoar o processo de fiscalização, aperfeiçoar mecanismos de transparência e ampliar interação com agentes do setor e usuários.

Em seguida, os critérios prioritários foram classificados conforme a metodologia do Analytic Hierarchy Process [AHP]. Saliente-se que tal classificação é importante para basear eventuais priorizações em função de recursos humanos escassos, por exemplo.

Após sua aprovação, procedeu-se ao acompanhamento da sua implementação, sob a responsabilidade da SUREG, que desenvolve Relatórios Trimestrais de acompanhamento e os encaminha para a Diretoria Colegiada acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como dirimir questões que surgem ao longo de sua implementação.

A revisão ordinária da Agenda Regulatória 2013/2014 iniciou-se em setembro de 2013, por meio da abertura de consulta pública aberta aos servidores e direcionada às Unidades Organizacionais, que analisaram quais temas deveriam permanecer na Agenda Regulatória, bem como se havia a necessidade de alteração do escopo de algum tema e se existiam temas que precisam ser excluídos ou incluídos. Após consolidação das necessidades levantadas, em novembro de 2013 foi realizada Tomada de Subsídio aberta ao público apresentando os projetos até então elencados para comporem a Agenda Regulatória 2013/14 após a revisão ordinária. Os temas foram priorizados a partir de critérios concernentes à Dimensão institucional, Estrutural e Sistêmica⁶, definidos e ponderados previamente pela Diretoria e chefes das Unidades Organizacionais da ANTT, utilizando-se para tanto o método AHP – ANALYTIC HIERARCHY PROCESS e a aplicação das Matrizes QFD – QUALITY FUNCTION DEPLOYMENT.

¹ Análise Preliminar de Impacto Regulatório é uma etapa de análise mais superficial, que não enseja a aplicação de métodos complexos como análise multicritério e custo-benefício, embora implique a realização de estudos e levantamentos de dados e de evidências para melhor auxiliar o tomador de decisões ou até mesmo contribuir com o planejamento dos estudos mais avançados.

² Em resumo, o Fapir objetiva verificar:

- a) Se o problema foi bem explicitado, para que a análise de impacto não seja prejudicada em face de entendimento equivocado do problema por parte dos analistas;
- b) Se a estrutura de discussões com os atores envolve todos os interessados a fim de se buscar a transparência necessária ao processo;
- c) Se as soluções propostas conduzem à eliminação ou à mitigação do problema identificado;
- d) Se as soluções conduzem à consecução dos objetivos traçados;
- e) Quais são as consequências relativas à implementação da proposta; e
- f) Quais são as consequências resultantes de cada proposta.

³ Os princípios do pensamento analítico utilizado no AHP são:

- Estabelecimento de hierarquias: o problema é dividido em níveis, o que possibilita compreendê-lo e avalia-lo melhor.
- Priorização: por meio da percepção da relação entre objetos e situações observadas, comparando pares à luz de certos critérios.

⁴ Agenda Regulatória é um instrumento que indica formalmente as matérias que demandarão uma atuação prioritária da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, ao longo de um determinado período, e busca a efetividade na aplicação das normas, a previsibilidade das ações e o direcionamento de esforços para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais da Agência.

⁵ 1) Temas Gerais; 2) Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal; 3) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros; 4) Transporte Ferroviário de Passageiros; 5) Transporte Ferroviário de Cargas; 6) Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento de Ativos Operacionais; 7) Transporte Rodoviário de Cargas; 8) Transporte Multimodal.

⁶ 1) Dimensão Institucional: Aderência estratégica; Atribuição legal e regimental; Análise retrospectiva de regulações existentes; Contratação externa; 2) Dimensão Estrutural: Risco do projeto; 3) Tempo de duração do projeto; Dinamismo do mercado; 4) Dimensão sistêmica: Interesse dos usuários; Interesse do setor regulado; Recomendações externas; Questões sócio-ambientais: avalia os impactos da matéria regulatória sobre o bem estar social e o meio ambiente.

Acordos Internacionais e Projetos Especiais





Contratações de Serviços de Consultoria Através do Contrato de Empréstimo Nº 7383-BR – Projeto De Transporte Rodoviário – PREMEF

Os recursos externos alocados no orçamento da ANTT em 2013 foram originários do Contrato de Empréstimo Nº. 7383-BR assinado, em 03 de dezembro de 2007, pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Governo Federal e destinado a financiar o Projeto de Transporte Rodoviário (PREMEF), que está inserido no Programa de Redução de Custos Logísticos. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e Fortalecimento Institucional.

A Agência foi contemplada com US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) desse empréstimo. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de: [1] Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros, no valor de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) e [2] Fortalecimento Institucional, no valor de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares).

No dia 7 de julho de 2008, foi assinado o Convênio nº 01/2008, entre o Ministério dos Transportes e a ANTT, visando à implementação do PREMEF, bem como o repasse das verbas necessárias. A Agência atendeu à exigência de criação da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), pela Portaria de 30 de julho de 2008, e da Unidade Gestora 393049, especificamente para o PREMEF. Em 27 de junho de 2011, o Governo Federal e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento assinaram o Termo Aditivo do Contrato de Empréstimo nº 7383-BR prorrogando sua vigência para 31 de maio de 2012.

Em 31 de maio de 2012, foi assinado um novo Termo Aditivo do Contrato de Empréstimo nº 7383-BR, prorrogando sua vigência para 30 de maio de 2013.

Em 2013, cinco contratos foram financiados com recursos do Projeto PREMEF.

As licitações foram feitas em conformidade com as Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, datadas de maio de 2004:

- Contratação de consultoria para elaboração de metodologia para aferir o grau de satisfação dos usuários dos serviços regulados pela ANTT;
- Contratação de Consultoria Técnica Especializados para efetuar a Revisão dos Marcos Regulatórios de Transportes Terrestres da Agência;
- Contratação de Consultoria Técnica Especializada para a Revisão do Sistema de Gestão Ambiental da Agência;
- Contratação de Consultoria Técnica Especializada para a realização do Estudo das Características da Demanda de Transporte de Cargas: Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado;
- Contratação de Consultoria Técnica Especializada para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, socioambiental e jurídico-legal (EVTE SAL), necessários ao desenvolvimento do transporte ferroviário no corredor Brasília-Anápolis-Goiânia.

Projeto de Implantação do Trem de Alta Velocidade para o Transporte de Passageiros entre as Cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

A ANTT, por meio do Aviso de Licitação, publicado no DOU nº 270, de 13/12/2012, tornou público o Edital de Concessão nº 001/2012, que tem por objetivo a concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por TAV na EF-222, no trecho Rio de Janeiro – Campinas, incluindo a operação, manutenção e conservação do sistema, precedida do fornecimento e montagem da proteção acústica, dos sistemas de eletrificação, telecomunicação, sinalização e controle de trens.

Nos termos do Edital nº 001/2012, foi instituído o processo de solicitação de esclarecimentos ao referido instrumento convocatório e estabelecido o período de 13/12/2012 a 12/07/2013 para que os interessados formulassem suas manifestações.

Ainda no âmbito do processo de esclarecimento ao Edital, foram realizadas duas reuniões públicas com potenciais interessados em participar do certame licitatório, nos dias 29/01/2013 e 19/03/2013.

Em suma, durante esse processo, foram protocoladas 68 manifestações, sendo que diversas abordaram mais de um item/cláusula do Edital, totalizando 277 solicitações. Todos os pedidos de esclarecimentos ao Edital foram analisados e respondidos pela ANTT, os quais integram a Ata Final de Resposta aos Pedidos de Esclarecimentos, publicada no site da ANTT em 17/06/2013. Em 16/08/2013, pelo Comunicado Relevante nº 12/2013, a Comissão de Avaliação do processo de licitação tornou público o adiamento "sine die" do cronograma de eventos do Edital de Concessão nº 001/2012 com alterações.

Em paralelo a este processo, a ANTT deu prosseguimento aos estudos socioambientais relativos ao projeto de implantação do TAV, englobando, estudos de Fauna, Flora, Limnologia/Qualidade de Água, Patrimônio Arqueológico, Áreas Contaminadas, necessários ao licenciamento ambiental.

Gestão do Orçamento





O orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres para o exercício de 2013 foi aprovado pela Lei de Orçamento Anual - 2013, com uma dotação inicial total de R\$ 490.671.250,00, sendo R\$ 160.767.036,00 relativos a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 1.167.250,00 a Encargos da Dívida, R\$ 317.846.964,00 as Outras Despesas Correntes e R\$ 10.890.000,00 a Investimentos.

Grupo de despesa	Dotação inicial	Dotação atualizada [lei + créditos]	Execução orçamentária até 31/12/2013			
	[a]	[b]	Empenhado	%	Pago	%
			[c]	d = [c/b]	[e]	f = [e/c]
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.767.036	165.452.948	161.008.957	97%	160.301.123	99%
Ativos	132.337.097	134.551.275	130.400.719	97%	129.844.040	99%
Inativos	4.030.000	5.071.708	5.052.553	99%	5.052.553	100%
Outros Encargos	24.399.939	25.829.965	25.555.684	99%	25.404.529	99%
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.167.250	1.167.250	0	0%	0	0%
Dívidas	1.167.250	1.167.250	0	0%	0	0%
Sentenças	0	0	0	0%	0	0%
3 - Outras Despesas Correntes	317.846.964	318.628.964	228.608.719	72%	145.973.999	64%
Benefícios aos Servidores	7.148.964	7.930.964	7.617.784	96%	7.617.784	100%
PAC	133.900.000	133.900.000	60.354.212	45%	18.767.725	31%
4 - Investimentos	10.890.000	10.890.000	10.500.848	96%	555.563	05%
Investimentos/PAC	1.890.000	1.890.000	1.551.138	82%	0	0%
Investimentos/ADM	9.000.000	9.000.000	8.949.711	99%	555.563	06%
Total	490.671.250	496.139.162	400.118.524	81%	306.830.685	76%

As despesas com Pessoal e Benefícios são diretamente controladas pela Secretaria de Orçamento Federal, e operacionalizadas através do SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, ficando a cargo da ANTT a execução, acompanhamento e solicitações de necessidades de créditos adicionais. Sua execução alcançou 97,31% da dotação alocada.

Com relação aos recursos alocados nas Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sua operacionalização se dá através dos empreendimentos cadastrados no Sistema de Monitoramento do PAC – SISPAC, em consonância com as orientações e avaliações da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. Por tratar-se de ações específicas, a utilização dos recursos se restringe aos objetos previstos no Programa. A utilização dos recursos em custeio alocados no PAC foi influenciada pelo adiamento sine die do Leilão do Trem de Alta Velocidade – TAV, resultando em um percentual de execução de apenas 45,07%.

Quanto às despesas discricionárias – Custeio e Investimento, a ANTT tem pautado sua execução em estrita consonância com os limites orçamentários estabelecidos pela Setorial Orçamentária do Ministério dos Transportes, sendo esses limites distribuídos em conformidade com a programação de suas necessidades.

Conforme Decreto Nº 8.062, de 30/07/13, Portaria MP nº 267, de 31/07/13, e alterações posteriores, o limite final para movimentação e empenho atribuído às despesas discricionárias da Agência totalizou R\$ 181.244.653,00, representando 97,55% da necessidade frente a uma dotação de R\$ 185.798.000,00. A seguir é apresentado o demonstrativo da composição do limite liberado pelo Ministério dos Transportes.

Especificação	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total
Custeio	109.910.653,00	62.334.000,00	172.244.653,00
Capital	-	9.000.000,00	9.000.000,00
Total	109.910.653,00	71.344.000,00	181.244.653,00

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GEPLA

Limite – Despesas Discricionárias

Adicionalmente aos referidos Decreto e Portaria, foi publicada também em julho pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Portaria nº 268, que fixou limites à contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens.

Dentre os itens de despesa limitados pelo normativo, estão as relacionadas a apoio administrativo, locação de móveis e imóveis, material de consumo, serviço de seleção e treinamento, limpeza e conservação, serviço de energia elétrica, suporte a tecnologia da informação, terceirizados, serviços técnicos profissionais, vigilância e diárias e passagens. A referida portaria ainda suspendeu a realização de novas contratações relacionadas a locação de imóveis, aquisição de imóveis, reforma de bens imóveis, aquisição de veículos, locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos.

Em consequência das imposições constantes da Portaria MP nº 268, o Ministério dos Transportes por meio do Ofício nº 456/2013/CGFC/SPO/SE-MT, informou os limites autorizados por itens de gastos a serem observados pela ANTT.

Inicialmente, os limites fixados representaram uma redução de 21% do total gasto nos referidos itens em relação ao realizado em 2012. Ao final do exercício, após ampliações obtidas, ainda permaneceu um corte de 8% em relação ao valor executado corrigido em 2012.

Para permitir a continuidade de suas atividades sem ultrapassar os limites fixados, a Agência ao longo do segundo semestre envidou esforços visando garantir o atendimento das despesas já pactuadas, as prorrogações, repactuações e reajustes de contratos continuados, bem como a capacitação de servidores, o cumprimento dos convênios e termos de cooperação firmados, e algumas novas contratações em substituição a contratos vigentes e aquisição de material de expediente, no entanto ficou comprometida a realização de novas contratações e as alterações de contrato com ampliação de objeto solicitadas no exercício.

Abaixo é apresentada a distribuição dos limites da Portaria MP Nº 268 autorizados para ANTT e sua utilização.

Ressalta-se que não houve no exercício, despesas decorrentes de pagamentos de Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

Itens e natureza de despesa	Despesa empenhada		Limite Autorizado (com ampliações)	% c/b	Empenhado	Liquidado	% d/c			
	2012				Até 31/12	Até 31/12				
	Valor Nominal	Valor Corrigido								
	a	b	c	c/b	d	e				
I - Apoio Administrativo	30.002.056,64	31.893.475,67	32.550.471,21	1,02	32.536.258,84	23.594.962,33	1,00			
II - Locação de Móveis e Imóveis	34.628.830,32	36.811.934,94	34.761.293,58	0,94	34.761.293,58	29.432.038,22	1,00			
III - Material de Consumo	13.605.763,85	14.463.511,73	15.614.207,44	1,08	15.613.206,95	7.711.164,77	1,00			
IV - Serviços de Energia Elétrica	1.705.140,76	1.812.637,91	1.591.628,29	0,88	1.591.628,29	1.252.344,67	1,00			
V - Suporte à Tecnologia da Informação - TI	12.057.298,66	12.817.426,69	10.539.201,11	0,82	10.539.201,11	9.399.368,28	1,00			
VI - Terceirizados	18.013.867,68	19.149.515,56	12.754.446,05	0,67	11.266.373,27	8.775.306,13	0,88			
VII - Vigilância	2.828.394,50	3.006.704,92	3.680.005,25	1,22	3.680.005,25	3.237.146,97	1,00			
VIII - Diárias e Passagens	7.589.708,26	8.068.186,08	6.114.750,00	0,76	6.040.945,42	5.904.430,51	0,99			
Total	120.431.060,67	128.023.393,50	117.606.002,93	0,92	116.028.912,71	89.306.761,88	0,99			

Fonte: SIAFI

Gestão de Finanças





As receitas da ANTT são compostas pelas seguintes fontes de recursos:

- Fonte 174: referem-se às arrecadações decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros e de cargas. São multas decorrentes do Poder de Polícia.
- Fonte 129: referem-se às arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias.
- Fonte 250: a maior parte desta fonte se refere às arrecadações decorrentes das concessões de rodovias. São também arrecadadas a taxas/emolumentos de cargas e passageiros para autorização/cadastramento de serviço/frota. As multas decorrentes de descumprimento contratual e/ou de regulação são cobradas no código direcionado à fonte 250.

A receita realizada em 2013 foi de R\$ 172.528.544,00 [cento e setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais], sendo que R\$ 30.670.645,00 correspondem à Fonte 129, R\$ 64.974.762,00 correspondem à fonte 174 e R\$ 76.883.138,00

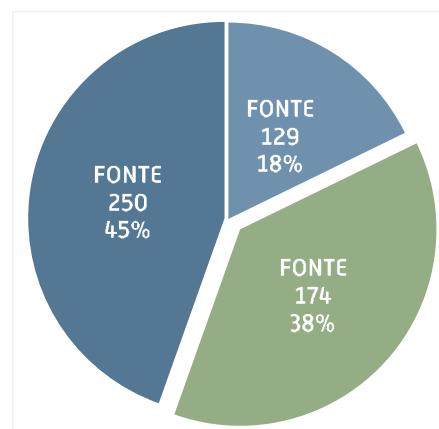
Fonte	LOA 2013	Arrecadado/2013	% realizado
129	29.448.515	30.670.645	104,15%
174	54.986.223	64.974.762	118,17%
250	75.543.203	76.883.138	101,77%
Total	159.977.941	172.528.544	107,85%

correspondem à Fonte 250. O total arrecadado até o mês de dezembro corresponde a aproximadamente 107,85% do total previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA/2013.

A composição do valor total arrecadado em 2013 por fonte de recursos em termos percentuais está demonstrada ao lado

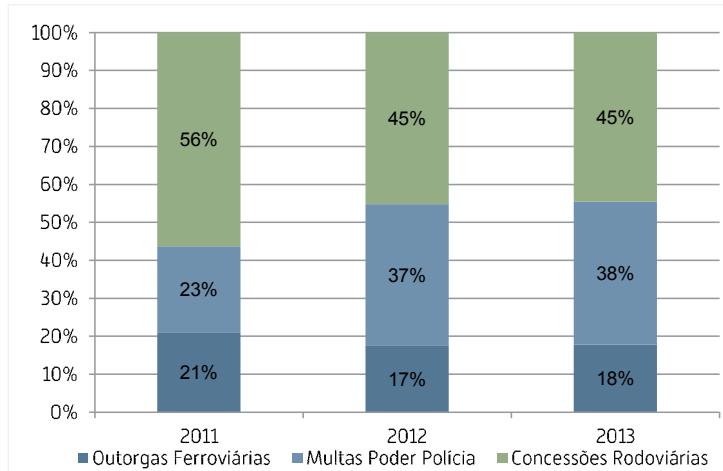
Visando apresentar uma análise comparativa da arrecadação nos últimos três anos, demonstramos abaixo os valores arrecadados, por fonte de recursos, no período de janeiro a dezembro dos exercícios de 2011 a 2013.

Composição da Arrecadação por fonte - 2013



Comparativo da receita realizada – Ano 2011 a 2013				
Fonte	Descrição da Receita	2011	2012	2013
129	Concessões Ferroviárias	26.373.421	28.240.684	30.670.645
174	Multas Poder de Polícia	28.762.620	60.455.156	64.974.762
250	Concessões Rodoviárias	70.980.128	73.254.416	76.883.138
Total arrecadado		126.116.169	161.950.255	172.528.544

No que se refere à arrecadação realizada até dezembro de 2013, observa-se que o comportamento da receita, por fonte de recursos, até o presente momento, segue o mesmo padrão de desempenho em relação ao ano de 2012. Esta mesma análise é apresentada em termos percentuais no gráfico seguinte, dando o destaque para a variação da Fonte 174 nos respectivos períodos anuais, bem como, a alteração para a segunda colocação no ranking de arrecadação.



Diárias e Passagens

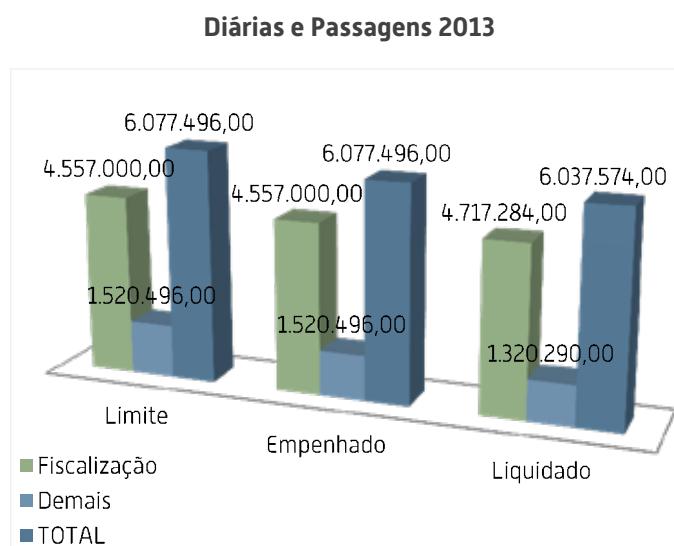
A execução e o controle¹ para despesas com diárias, passagens e locomoção, no âmbito da ANTT, encontram-se sob a gestão da Gerência de Finanças e Contabilidade.

Iniciou-se o exercício financeiro de 2013 com o mesmo valor estipulado para 2012, ou seja, R\$ 6.332.000,00 para as ações de fiscalização e R\$ 1.830.000,00 para as ações relativas às "Demais Despesas", aquelas consideradas de natureza administrativa e de apoio.

Em cumprimento ao Decreto nº. 8.062 de 29/07/2013, que determinou cortes nos valores de custeio para atingir a meta de economia estabelecida pelo Governo Federal, foi editada a Portaria nº 268/2013-MPOG, de 30/07/2013, fixando o limite de R\$ 6.077.496,70 para a contratação de Diárias e Passagens dividido em R\$ 4.557.000,00 para as ações de fiscalização e para as ações referentes às "Demais Despesas" estabeleceu-se o limite de R\$ 1.520.496,00.

Diante disso, foram estipulados os limites para empenhos com Diárias e Passagens em cada Unidade da Agência, o que se faz por meio de Portarias.

O gráfico a seguir mostra a execução de Diárias e Passagens até 31/12/2013.



¹ Utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP que é obrigatório para administração autárquica e fundacional com envio de informações para a Controladoria Geral da União (CGU).

Gestão de Pessoas





Servidores/Colaboradores

Ao final de 2013, a ANTT contava com 2.352 servidores/colaboradores em sua força de trabalho, além de 71 aposentados e pensionistas, totalizando 2.423 servidores/colaboradores. Em relação ao ano de 2012 houve reforço no quadro de pessoal de aproximadamente 3,74%.

Esse aumento da força de trabalho deve-se, especialmente, ao provimento de vagas autorizadas de concurso público, bem assim a chegada de novos servidores em exercício descentralizado de carreira e de prestadores de serviço.

Destacamos, também, a redução do quantitativo de ocupantes de cargo comissionado de livre nomeação, o que caracteriza uma política institucional voltada para o reconhecimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo e específico.

Quantitativo de Pessoal - 2013

Situação funcional	Dez/2012	Dez/2013
Ativo permanente [específico]	151	147
Ativo permanente [efetivo]	840	876
Nomeado cargo comissionado	144	110
Requisitado (rju)	16	9
Requisitado (clt)	64	45
Exerc desc carreira	19	26
Exerc provisório	0	0
Cedido	38	35
Anistiado	11	12
Estagiário	175	187
Aposentado	43	49
Pensionista	20	22
Prestador de serviços*	765	865
Menor CESAM	41	40
Total geral	2327	2423

Fonte: GEPES/GEIMO

Despesas da Folha de Pagamento

No quadro abaixo, destacam-se as remunerações, benefícios e encargos sociais referentes à folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da ANTT, e a evolução na execução da despesa até dezembro de 2013.

Resumo das Despesas da Folha de Pagamento - Janeiro/Maio

Natureza/ Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Vencimentos e salários	3.802.347,73	3.806.473,38	3.820.268,05	3.853.192,02	3.874.488,42	3.871.960,95
Gratificação de exercício de cargo	4.216.169,18	4.210.115,67	4.215.220,59	4.233.996,71	4.249.011,19	4.236.227,29
Gratificação de tempo de serviço - pes ativo	114.837,49	113.732,12	113.754,88	113.765,12	113.132,30	111.646,14
Incorporações	16.468,13	16.279,53	16.279,53	16.279,53	16.279,53	15.358,53
Abono de permanência	73.910,83	70.784,80	70.110,89	70.630,25	70.902,35	73.034,82
Gratificação de exercícios de funções	1.088.275,61	1.152.493,93	1.130.308,93	1.113.824,01	1.116.831,32	1.120.509,78

Adicional noturno	42.176,55	28.425,71	43.578,87	51.134,26	46.902,28	47.874,60
Estagiários	79.152,07	77.819,09	85.261,21	94.335,69	94.458,87	96.398,48
Férias indenizadas	68.969,90	32.380,80	55.586,73	9.809,13	24.022,03	9.395,90
Férias abono art. 7 xvii cf	580.574,60	274.502,96	243.011,43	214.414,98	105.649,13	213.792,94
13º salário [gratif. Natalina]	2.501,77	4.218,47	10.991,91	186.605,60	10.017,95	8.237,81
13º salário [adiantamento gratif. Natalina]	545.702,69	227.106,49	182.706,95	181.923,87	73.389,09	2.017.975,30
Férias - pagamento antecipado	78.529,63	42.430,39	35.350,90	31.173,46	50.171,27	88.509,16
Substituições	22.870,80	29.930,48	17.015,23	17.172,01	15.579,93	10.950,67
Sent jud não trans julgado - at	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51
Vant perm sent jud trans julgado - ci	1.948,38	1.948,38	1.948,38	1.948,38	1.948,38	1.948,38
Despesas de exerc. Anteriores - pes ativo	0,00	15.401,69	3.377,29	6.600,53	1.666,90	2.708,61
Desp.exerc. Anteriores - grat natalin	0,00	0,00	0,00			0,00
Desp.exerc. Anteriores - abono permanen	0,00	0,00	954,43			79.202,82
Serviços extraordinários [hora extra]	0,00	0,00	0,00			0,00
Gratif. P/ encargo curso/concurso						
Indenizações [remuneração compensatória]	0,00	0,00	17.344,43	12.388,88	12.388,88	7.433,33
Pensionistas						
Pensão civil	67.621,29	67.621,29	65.483,56	73.078,82	73.178,33	73.078,82
Despesas de exerc. Anteriores - pensionista	0,00	0,00	0,00			0,00
Licença prêmio em pecúnia	0,00	0,00	0,00			0,00
13º salário [gratif. Natalina] pensionista	0,00	0,00	0,00			33.810,61
Aposentados						
Proventos - pessoal civil (pessoal inativo)	147.223,45	153.288,95	153.288,95	252.334,00	263.014,43	272.725,96
Despesas de exerc. Anteriores - pes inativo	0,00	0,00	4.577,80			0,00
Gratificação tempo de serviço - pes inativo	38.688,83	39.901,93	39.901,93	39.901,93	40.494,42	41.418,30
Gratificação natalina aposentado	0,00	0,00	0,00			147.991,17
Encargos sociais*	1.960.196,72	1.921.914,13	1.934.097,53	1.955.117,55	1.966.352,32	1.970.021,91
Total das despesas correntes	12.948.263,16	12.287.867,70	12.260.517,91	12.529.724,24	12.219.976,83	14.552.309,79
Benefícios/ Indenizações						
Auxilio natalidade	5.251,28	1.570,95	2.618,25	2.094,60	3.665,55	1.047,30
Auxílio pré-escolar	20.795,00	20.515,00	20.986,00	21.095,00	21.432,00	21.534,00
Auxilio alimentação	508.699,40	422.965,04	419.116,35	420.940,48	420.048,84	418.895,95
Auxilio transporte	70.341,26	68.841,79	70.352,29	71.978,18	72.033,80	70.915,70
Ressarc assistência médica/odontó						
Ressarc assistência médica/odontó pensao						
Total dos benefícios	605.086,94	513.892,78	513.072,89	516.108,26	517.180,19	512.392,95
Total da folha de pagamento	13.553.350,10	12.801.760,48	12.773.590,80	13.045.832,50	12.737.157,02	15.064.702,74

Resumo das Despesas da Folha de Pagamento - Junho/Dezembro

Natureza/ Descrição	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vencimentos e salários	3.844.179,26	3.875.623,55	3.912.869,64	4.021.177,05	3.803.237,43	3.985.054,05
Gratificação de exercício de cargo	4.220.642,16	4.250.643,60	4.255.420,47	4.318.759,49	4.208.090,52	4.377.604,40
Gratificação de tempo de serviço - pes ativo	111.616,42	111.674,96	110.982,35	111.309,22	110.844,58	109.497,41
Incorporações	15.358,53	15.358,53	15.358,53	63.013,83	63.013,83	62.043,14
Abono de permanência	70.373,14	70.366,05	69.292,64	70.324,23	177.338,68	100.872,18
Gratificação de exercícios de funções	1.126.312,53	1.116.551,65	1.115.696,71	1.113.638,87	1.119.379,10	1.111.385,99
Adicional noturno	43.699,88	66.762,82	53.829,76	56.821,47	52.086,91	73.385,02
Estagiários	98.423,65	100.841,62	105.944,52	100.597,47	102.072,65	96.801,89
Férias indenizadas	29.174,27	4.860,71	0,00	503,53	11.409,86	28.133,42
Férias abono art. 7 xvii cf	82.901,89	95.699,92	71.596,29	60.415,92	81.222,22	1.135.178,06
13º salário (gratif. Natalina)	14.986,30	5.473,18	4.434,15	3.536,01	9.325.074,00	108.485,40
13º salário [adiantamento gratif. Natalina]			0,00	0,00		1.344.761,56
Férias - pagamento antecipado	48.884,90	33.037,66	43.252,73	49.173,45	71.606,06	157.270,64
Substituições	13.848,90	36.791,45	19.776,26	17.064,26	11.673,52	29.607,68
Sent jud não trans julgado - at	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51
Vant perm sent jud trans julgado - ci	1.948,38	1.948,38	1.948,38	1.948,38	1.948,38	282,47
Despesas de exerc. Anteriores - pes ativo	62.944,67	0,00	0,00	313.189,50	6.755,24	
Desp.exerc. Anteriores - grat natalin		0,00	0,00	0,00	0,00	
Desp.exerc. Anteriores - abono permanen		0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços extraordinários [hora extra]		0,00	0,00	0,00	0,00	
Gratif. P/ encargo curso/concurso		1.676,15	0,00	0,00	0,00	
Indenizações [remuneração compensatória]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionistas						
Pensão civil	87.005,93	78.649,67	78.649,67	78.649,67	153.934,78	103.140,83
Despesas de exerc. Anteriores - pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Licença prêmio em pecúnia		0,00	0,00	0,00	0,00	
13º salário (gratif. Natalina) pensionista		0,00	0,00	0,00	76.967,39	8.847,95
Aposentados						
Proventos - pessoal civil (pessoal inativo)	272.725,96	272.725,96	285.146,92	293.275,15	288.040,94	293.567,81
Despesas de exerc. Anteriores - pes inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Gratificação tempo de serviço - pes inativo	41.418,30	41.418,30	42.497,40	42.315,42	42.315,42	42.454,82
Gratificação natalina aposentado	0,00	0,00	0,00	0,00	330.356,36	13.011,65
Encargos sociais*	1.942.027,42	1.945.987,80	1.965.008,96	2.018.169,94	3.599.122,88	2.038.865,60
Total das despesas correntes	12.128.570,00	12.126.189,47	12.151.802,89	12.733.980,37	23.636.588,26	15.220.349,48

Benefícios/ Indenizações						
Auxílio natalidade	2.094,50	2.094,50	2.618,25	3.665,55	1.047,30	2.618,25
Auxílio pré-escolar	21.675,00	22.043,00	22.193,00	22.594,00	22.398,00	23.017,00
Auxílio alimentação	416.946,17	418.506,00	413.436,58	414.946,72	410.673,00	452.482,61
Auxílio transporte	69.788,34	68.036,16	67.841,02	68.094,71	68.503,25	63.977,65
Ressarc assistência médica/odontológico		131.470,90	125.750,98	131.267,83	138.700,75	122.827,96
Ressarc assistência médica/odontológico pensão		102,40	0,00	102,40	0,00	
Total dos benefícios	510.504,11	642.253,06	631.839,83	640.671,21	641.422,30	664.923,47
Total da folha de pagamento	12.639.074,11	12.768.442,53	12.783.642,72	13.374.651,58	24.278.010,56	15.885.272,95

Escalaridade

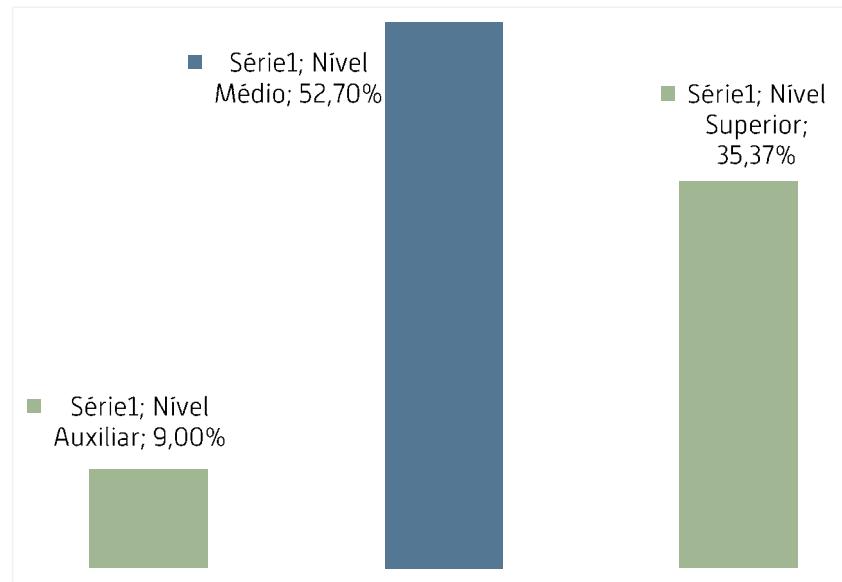
Em 2012, a Agência contava com 65% de servidores com escolaridade de nível médio e 23% de servidores com escolaridade de nível superior em função dos cargos ocupados.

Já em 2013, foram 53% de servidores/colaboradores com escolaridade de nível médio e 35% de nível superior, conforme quadro a seguir:

Quantitativo de Pessoal por nível escolar

Situação funcional	2012				2013			
	NA	NM	NS	Total	NA	NM	NS	Total
Ativo permanente (Especifico)	1	135	15	151	0	90	57	147
Ativo permanente (Efetivo)	0	621	219	840	0	365	511	876
Nomeado cargo comissionado	0	54	90	144	0	40	70	110
Requisitado (RJU)	0	1	15	16	0	0	9	9
Requisitado (CLT)	0	21	43	64	0	14	31	45
Exerc desc carreira	0	0	19	19	0	0	26	26
Exerc provisório	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiário	0	87	88	175	0	82	105	187
Anistiado	0	6	5	11	0	6	6	12
Cedido	0	13	25	38	0	8	27	35
Aposentado	0	0	0	43	0	0	0	49
Pensionista	0	0	0	20	0	0	0	22
Prestador de serviços*	210	542	13	765	218	632	15	865
Menor CESAM	0	41	0	41	0	40	0	40
Total	211	1521	532	2327	218	1277	857	2423

Fonte: GEPES/GEMO



Assistência Médica

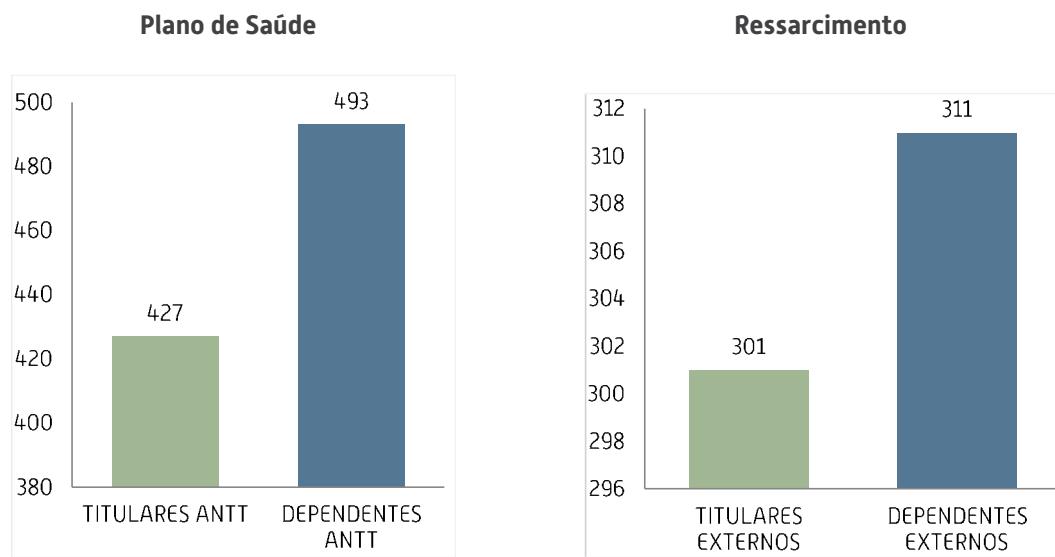
A Assistência à Saúde Suplementar dos servidores é prestada por duas modalidades: a de adesão, por meio dos Termos de Acordos nºs 004/2012 e 005/2012, firmados entre a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres e as empresas ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA. e PAR SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.; e a outra por meio do Auxílio de Caráter Indenizatório na modalidade Ressarcimento, em que o plano de saúde particular será contratado pelo próprio servidor.

Os quantitativos abaixo demonstram a distribuição dos servidores beneficiários, seus dependentes, inclusive os pensionistas, optantes pela modalidade de Ressarcimento, com efeitos financeiros iniciados até dezembro de 2013, considerando os Termos de Acordos nºs 004/2012 e 005/2012, firmados entre a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres e as empresas ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA e PAR SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.

Servidores x Beneficiários Assistência Médica	
Titulares no Grupo Aliança	399
Dependentes no Grupo Aliança	466
Total de Beneficiários Grupo Aliança	865
Titulares no CAIXA PAR SAUDE	28
Dependentes no CAIXA PAR SAUDE	27
Total Beneficiários CAIXA PAR SAUDE	55
Total Geral de Beneficiários Planos de Saúde Termos de Acordos	920
Titulares de Planos de Saúde Externos	301
Dependentes de Planos de Saúde Externos	311
Total em Planos de Saúde Externos	612

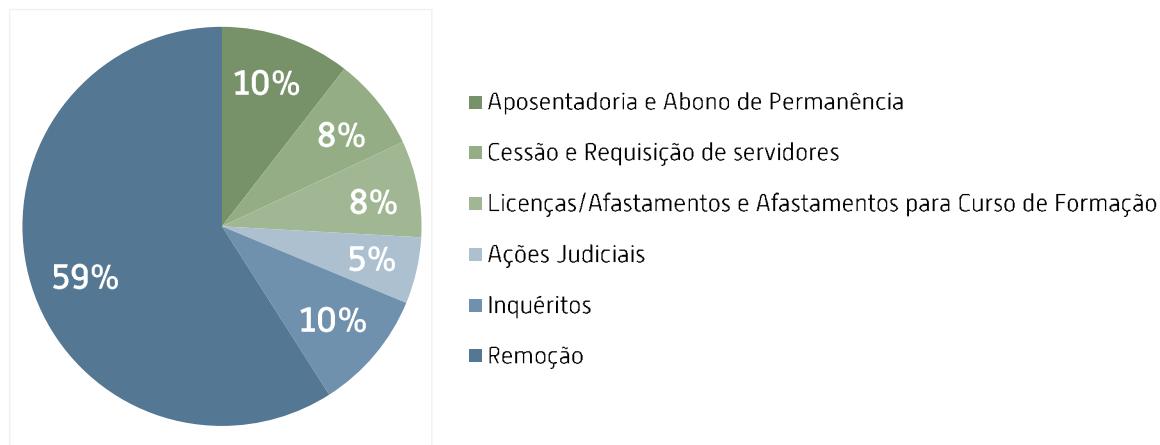
A ANTT contava, em dezembro de 2013, com 1.331 servidores, incluindo os pensionistas e os aposentados, com direito a optarem pela Assistência Médica Suplementar.

Desse total, 427 possuem o Plano de Saúde e 301 recebem na modalidade de Ressarcimento, sendo que 54,70% correspondem ao percentual de servidores utilizando efetivamente uma das modalidades oferecidas.



Legislação de Pessoal

No exercício de 2013 foram analisados pela equipe de Legislação Aplicada cerca de 500 (quinhentos) processos administrativos/documentos referentes aos diversos assuntos, dentre os quais destacamos: a análise 39 (trinta e nove) processos visando a concessão de Aposentadoria e Abono de Permanência, 28 (vinte e oito) visando a Cessão e Requisição de servidores, 29 (vinte e nove) visando a concessão de Licenças/Afastamentos e Afastamentos para Curso de Formação, 20 (vinte) referentes à instrução da defesa de Ações Judiciais, 36 (trinta e seis) referentes a instrução de Inquéritos e 219 relativos a pedidos de Remoção de servidores.



Remoções

Foram analisados cerca de 219 processos de solicitação de remoção, os quais culminaram com a efetivação de 119 movimentações, autorizadas por meio da assinatura de 109 portarias realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2013.

Dessas, foram efetivadas 42 remoções de ofício, no interesse da administração, 60 remoções a pedido, a critério da administração, 04 remoções a pedido, independentemente do interesse da administração, e 13 remoções a pedido, a critério da administração, por meio de permuta.

Capacitação

As ações de capacitação e desenvolvimento realizadas pela ANTT em 2013 estiveram em sintonia com a Política Nacional de Capacitação estabelecida pelo Decreto nº 5.507 de 23 de fevereiro de 2006 e pela Deliberação nº 194 de 29 de julho de 2009, que disciplina o Programa Permanente de Capacitação de servidores no âmbito da Agência.

Das modalidades realizadas, destacam-se os cursos presenciais, cursos à distância, seminários, cursos em turmas fechadas, congressos, fóruns, cursos internacionais, pós-graduação e idiomas, realizados em parceria com instituições públicas e privadas e por instrutoria interna. Iniciou-se a realização de eventos de capacitação por instrutoria interna com o pagamento da Gratificação de Encargo de Curso ou Concurso – GECC, regulamentada na ANTT pela Deliberação nº 026/2013, ao todo foram realizados 10 eventos, totalizando 155 capacitações.

O Programa de Concessão de Bolsa de Estudos em Idiomas contabilizou 259 participações. O orçamento destinado à capacitação dos servidores da ANTT correspondeu ao montante de R\$ 1.700.000,00, sofrendo limitação, resultando na disponibilização de R\$ 1.218.086,28. Foram efetivamente empenhados R\$ 1.014.709,21.

Diante do contingenciamento apresentado, o Comitê Gestor de Capacitação estabeleceu critérios de priorização para indicações de servidores para melhor aplicar os recursos disponíveis.

Critérios de Priorização:

- Alcance de no mínimo 30 horas de capacitação por servidor, conforme dispõe o PLAC 2013 [e preferência para aqueles que não possuem nenhuma hora de capacitação no ano];
- Realização de eventos internos, pagos preferencialmente por meio de Gratificação de Encargos por Cursos e Concurso;
- Consideração de servidores efetivos do quadro permanente da ANTT que carecem de horas de capacitação nesse ano para progressão/ promoção.
- Utilização, quando possível, dos eventos oferecidos pelas escolas de governo.

A seguir, quadros dos programas e das atividades desenvolvidas pela Gerência de Gestão de Pessoas, ao longo do ano de 2013:

Eventos	Quantidade	Carga horária	Participações
Eventos Fechados ^[1]	35	12.060	643
Eventos Abertos ^[2]	470	22.163	721
Eventos Internacionais	4	318	7
Pós-Graduações [iniciadas desde 2013]	4	-	4
Total	513	34.541	1.375

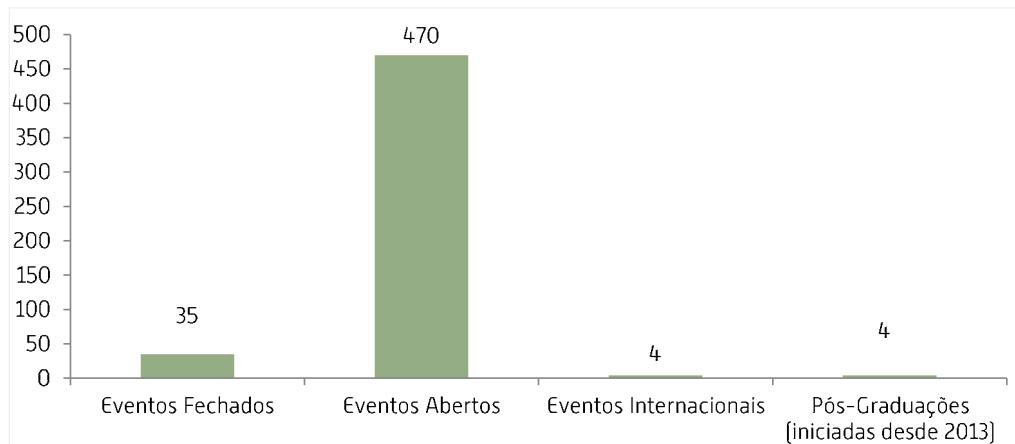
Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas.

^[1] Eventos realizados em turmas exclusivas, por instrutores internos ou mesmo por instituição externa à ANTT.

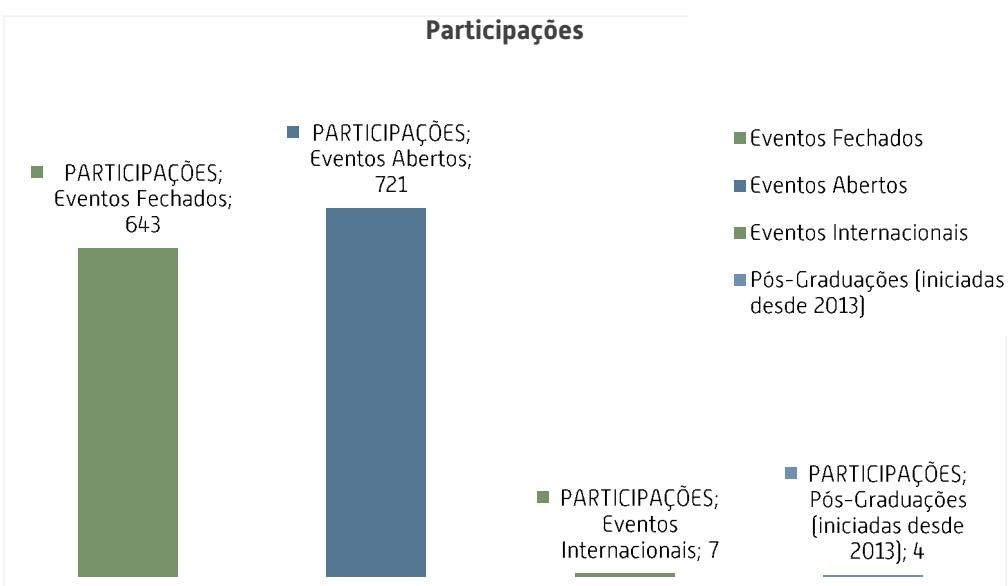
^[2] Eventos realizados por instituição externa cuja participação do servidor se dá mediante processo de inscrição individual ou em grupo efetuado pela Agência.

^[*] valor incluído nos eventos abertos

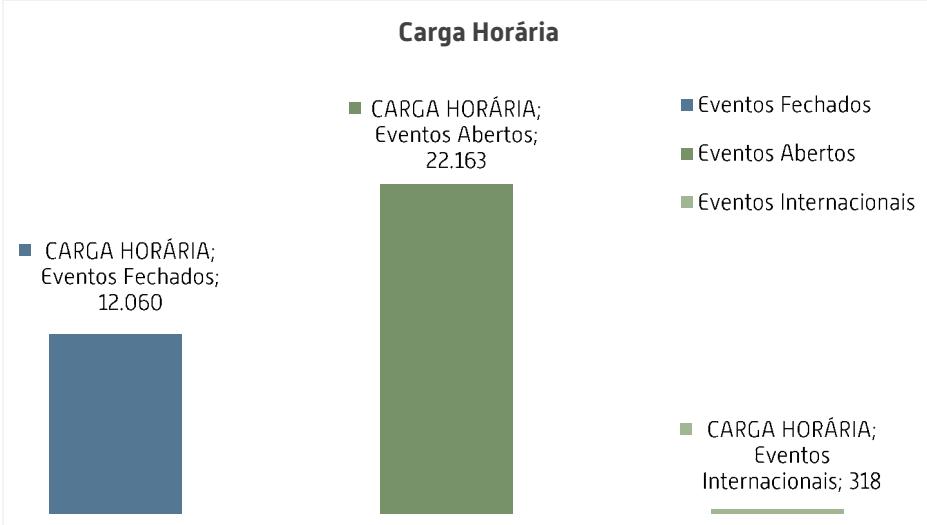
Quantidade de Eventos



Participações



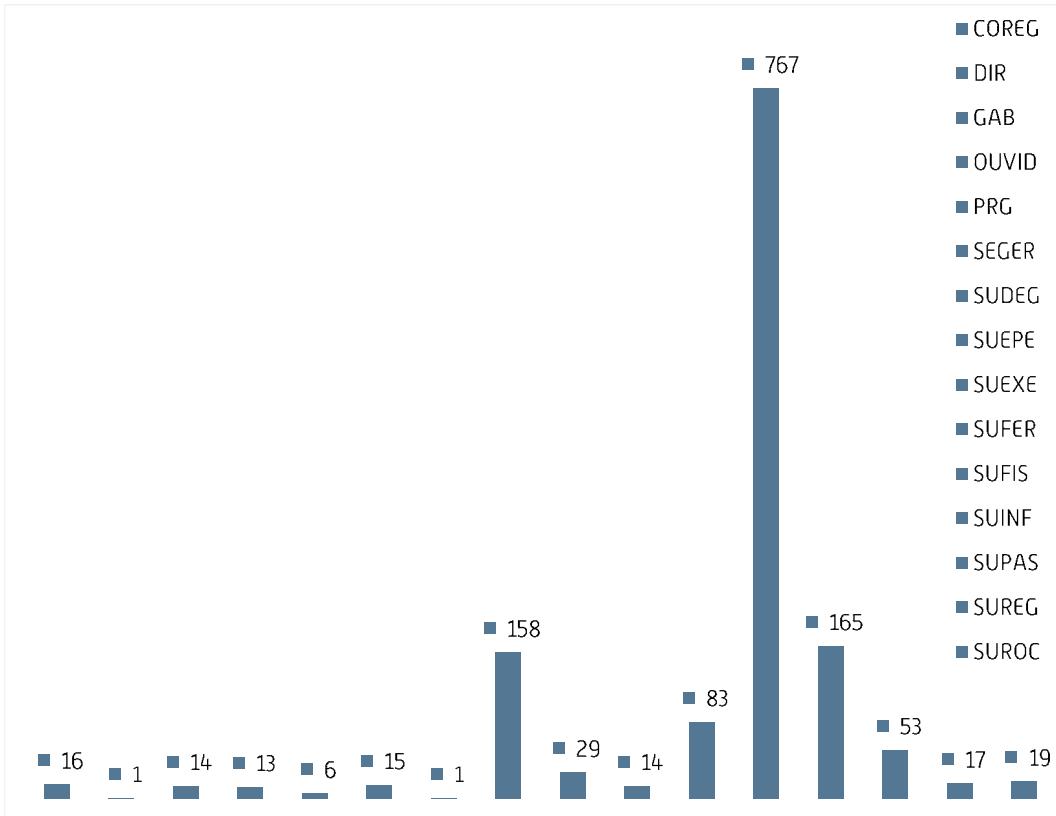
Carga Horária



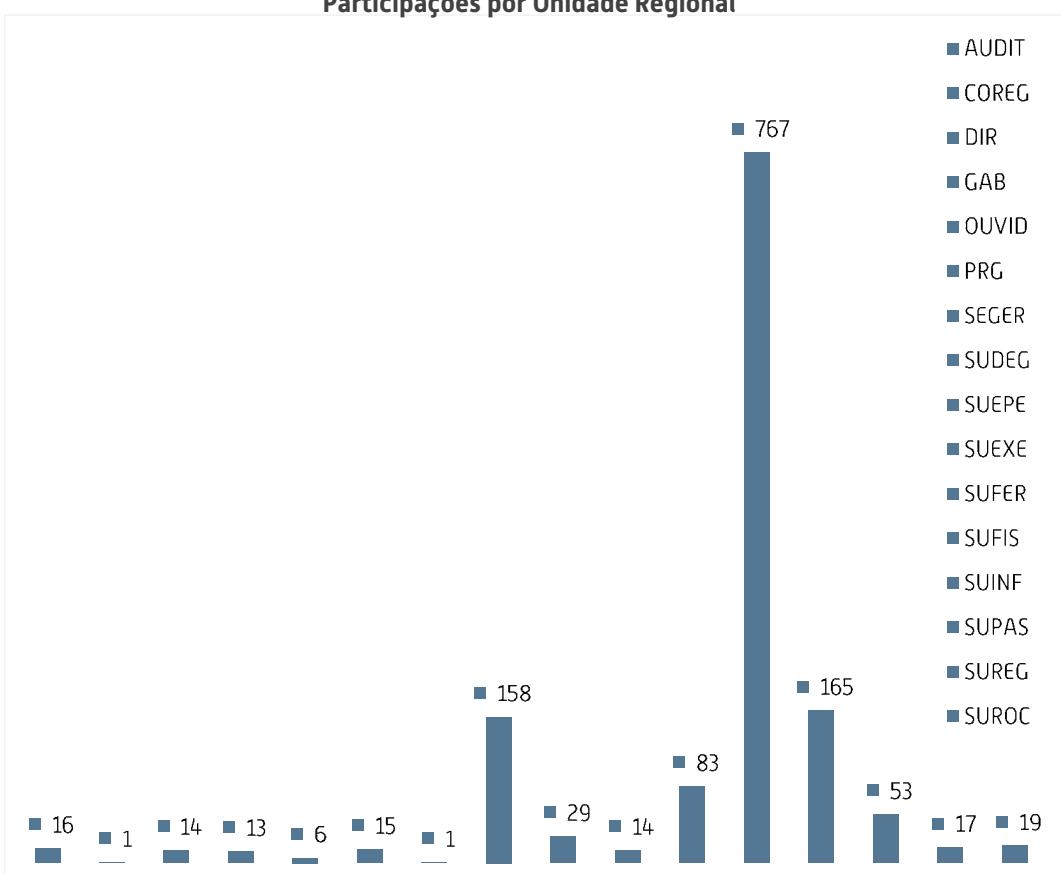
Participações por Unidade Organizacional

Unidades	Participações
AUDIT	16
COREG	1
DIR	14
GAB	13
OUVID	6
PRG	15
SEGER	1
SUDEG	158
SUEPE	29
SUXE	14
SUFER	83
SUFIS	767
SUINF	165
SUPAS	53
SUREG	17
SUROC	19
Total	1371

Participações por Unidade



Unidades Regionais	Participações
SEDE	470
URBA	23
URCE	17
URCN	19
URMA	19
URMG	180
URPE	11
URRJ	315
URRS	151
URSP	166
Total	1371



Pós-Graduações Iniciadas em 2013

Pós-Graduações iniciadas em 2013	Nº Total servidores	UORG	Instituição
MBA em Gerenciamento de Projetos	1	SUREG	Fundação Getúlio Vargas - FGV
MBA Executivo	1	SUREG	IBMEC
MBA em Gestão Pública	1	SUDEG	POSEAD
Pós-graduação em nível de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional	1	SUDEG/URMA	Universidade Estadual do Maranhão

Licença Capacitação

Lotação do Servidor	Tempo de Licença	Ação de Capacitação
SUPAS/GFRET	2 meses	Elaboração de Monografia de Pós-graduação
SUFER/GECOF	1 mês	Elaboração de Monografia de Pós-graduação
SUPAS/GEFAE	1 mês	Elaboração de dissertação de Mestrado
SUFIS/URRS	1 mês	Elaboração de Monografia de graduação
SUROC/GERET	1 mês	Participação em ação de capacitação profissional
SUPAS/GERPA	1 mês	Participação em ação de capacitação profissional
SUPAS/GEROT	1 mês	Participação em ação de capacitação profissional
SUDEG/GEFIN	1 mês	Elaboração de Monografia de Pós-Graduação
SUINF/GEFOR	2 meses	Elaboração de dissertação de Mestrado
SUROC/GERAR	45 dias	Participação em ação de capacitação profissional
SUINF/URRS	1 mês	Elaboração de Monografia de Graduação
SUFIS/URRS	3 meses	Elaboração de dissertação de Mestrado
SUFIS/GEAUT	1 mês	Elaboração de Monografia de Pós-graduação
SUDEG/GEPES	3 meses	Elaboração de dissertação de Mestrado
SUFIS/URPE	3 meses	Elaboração de dissertação de Mestrado

Plano Anual de Capacitação – PLAC

O PLAC 2013 é um instrumento da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestre e tem o objetivo promover autodesenvolvimento pessoal e profissional.

O planejamento e a elaboração do Plano Anual de Capacitação para o ano de 2013 foi direcionado para a execução de ações que levem o conhecimento necessário ao desenvolvimento das atividades das Unidades Organizacionais.

Além dos cursos contratados para turmas fechadas, houve ainda inscrições de servidores em turmas abertas promovidas por instituições de direito privado, realização de eventos com o pagamento da Gratificação de Encargo de Curso e Concurso - GECC e incentivo ao estudo de idiomas estrangeiros, de maneira a desenvolver competências requeridas para o exercício das atribuições das unidades organizacionais.

Além disso, iniciou-se o levantamento de necessidades para o PLAC 2014 com redefinição dos eixos temáticos.

Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas – PCI

O PCI consiste na concessão de bolsa de estudo de idiomas e tem a finalidade de incentivar o servidor em suas iniciativas de capacitação, assegurar a profissionalização e fomentar o contínuo processo de desenvolvimento. No exercício de 2013, foram disponibilizadas 259 bolsas de estudo, conforme quadro abaixo:

Idioma	Quantidade de Bolsas
Alemão	5
Espanhol	43
Francês	20
Inglês	189
Italiano	1
Português	1
Total	259

Gratificação de Qualificação

A Gratificação de qualificação – GQ foi instituída pelo art. 22 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 7.922, de 18 de fevereiro de 2013. Considerando esses dois normativos, a ANTT estabeleceu, por meio da Deliberação nº 270, de 15 de outubro de 2013, os critérios e os procedimentos para a concessão da GQ devida aos ocupantes dos cargos de Analista Administrativo e de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres.

O Comitê Especial de Concessão da Gratificação de Qualificação – CGQ, designado pela Portaria nº 548, de 07 de novembro de 2013, concluiu a avaliação da documentação dos servidores em dezembro de 2013.

A partir de 2014, a GQ não será mais concedida aos servidores, tendo em vista que foi extinta pela Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013, que também conferiu aumento a algumas carreiras do Poder Executivo, incluindo as Agências Reguladoras.

Estágio Supervisionado

A ANTT possui convênio com o Centro Integrado de Empresa Escola-CIEE, visando à realização de estágio para estudantes de ensino médio, educação superior, educação profissional e da educação especial dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O percentual do número de estagiários é de até 20% para nível superior e 10% para nível médio, em relação ao quadro de pessoal da entidade concedente do estágio, reservando-se o percentual de 10% desse quantitativo para estudantes portadores de deficiência, de acordo com a Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008, da SRH/MPOG e da Lei nº 11.788, de 25/09/08. No quadro a seguir, demonstramos o quantitativo de estagiários:

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio vigentes em 2013			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Nível Superior	93	112	120	107
Área Fim	65	81	84	73
Área Meio	28	31	36	34
Nível Médio	77	81	87	80
Área Fim	49	46	49	45
Área Meio	28	35	38	35
Total	170	193	207	187

Fonte: GEPES – Relatório de Gestão - TCU

Processo de Progressão e Promoção

Em 2013, deu-se continuidade à efetivação da Progressão e da Promoção dos servidores do quadro de cargos efetivos da ANTT, cujos critérios haviam sido estabelecidos por meio da Deliberação nº 151, de 04 de julho de 2012, alterada pela Deliberação nº 57, de 25 de março de 2013.

A equipe de avaliação de desempenho, desde a publicação da Deliberação nº 151, de 2012, tem concentrado esforços no sentido de responder aos inúmeros questionamentos dos servidores relacionados ao tema, atuando ainda, na retificação da linha de progressão e promoção de servidores que não se enquadraram, inicialmente, às novas regras da Deliberação em comento, mas que procuraram se adequar paulatinamente ao longo do tempo que se seguiu.

Após a publicação da Deliberação nº 57, de 2013, a qual alterou, transitoriamente, as regras de aproveitamento do quantitativo de horas de capacitação dos servidores para fins de progressão e promoção, iniciou-se um trabalho, inclusive com a suspensão temporária do atendimento aos servidores via telefone e por e-mail institucional, para que fosse possível identificar todos os servidores que ainda não estavam com a sua linha de progressão e promoção ajustada, conforme as regras iniciais da Deliberação nº 151 de 2012 e posteriormente alteradas pela Deliberação nº 57, de 2013.

Desse trabalho resultou a identificação de 328 servidores que ainda não estavam com a sua linha de progressão e promoção atualizada, pois não haviam cumprido um ou mais requisitos exigidos nos anexos I, II e III da Deliberação nº 151 de 2012, dentro dos respectivos enquadramentos temporais.

Dos 328 servidores identificados, 191 alcançaram o ajuste total na sua linha de progressão e promoção, 45 alcançaram o ajuste parcial, por conta da alteração disposta na Deliberação nº 57/2013. O trabalho foi consolidado através da Portaria SUDEG nº 162, de 28 de maio de 2013, na qual foi formalizado o processo de progressão e promoção dos 236 servidores contemplados. De janeiro a dezembro de 2013, foram formalizadas 721 progressões e promoções funcionais regulares dos servidores que compõem o quadro de pessoal efetivo da Agência. Nesse mesmo período, foram publicadas 101 retificações do histórico de progressões e promoções nas carreiras.

No mês de junho, 10 servidores tiveram sua linha de progressão e promoção ajustada em razão de nova interpretação quanto à utilização do critério nota de avaliação de desempenho

para fins de pagamento de gratificação GDAR, GDCTR e GDPCAR, referente ao último ciclo avaliativo de 2007, pois até então, utilizava-se a nota que o servidor obteve como critério para fins de progressão e promoção até o próximo ciclo avaliativo que ocorreu em 2010, conforme interpretação do art. 12 § 2º da Deliberação nº 151, de 2012. Mas em razão dos questionamentos dos servidores que tiveram nota inferior a 85 pontos na referida avaliação e, consequentemente, ficaram prejudicados no processo de progressão e promoção, procedeu-se uma consulta à Procuradoria-Geral junto a ANTT para dirimir a questão.

Da consulta à PRG resultou a seguinte orientação: como de 2008 a junho de 2010 não houve avaliação de desempenho para fins de pagamento de gratificação – deve-se utilizar, em favor dos servidores que teriam direito a ajuste da sua linha de progressão e promoção dentro do período especificado, as notas da avaliação de estágio probatório que os servidores obtiveram. Acatada a orientação daquele Órgão de Consultoria Jurídica por esta GEPES, procedeu-se à formalização do ajuste na linha de progressão e promoção dos 10 servidores que estavam na situação apresentada.

Durante todo o ano de 2013 ocorreram, ainda, várias reuniões com as equipes técnicas visando à continuidade do processo de construção do sistema próprio de progressão e promoção funcional dos servidores efetivos da ANTT, sem que o desenvolvimento fosse finalizado no exercício, dado os detalhes que demandam especificações bastante apuradas de cada etapa de funcionamento do sistema, alinhando as etapas de funcionamento do processo ao disposto na Deliberação nº 151, de 2012.

Até dezembro foram analisados e instruídos 36 processos sobre o tema progressão e promoção, entre demandas judiciais e requerimentos de servidores.

No mês de novembro foi iniciado o trabalho de levantamento das informações das chefias imediatas e respectivos substitutos dos 37 servidores do quadro efetivo da ANTT que estão cedidos a outros órgãos para fins de alimentar o sistema de progressão e promoção, pois tais informações visam a habilitar os servidores cedidos a serem avaliados para fins de progressão e promoção por ocasião da implantação do sistema, cumprindo, assim, a determinação constante da Deliberação nº 151 de 2012 e alterações.

Avaliação de Desempenho para pagamento de gratificação

Após algumas ações preparatórias realizadas no mês de junho, a GEPES promoveu o início do processo de avaliação de desempenho para fins de pagamento de gratificações. Tratava-se do ciclo avaliativo iniciado em 01/07/2012 e finalizado em 30/06/2013.

Ao final do mês de junho, foi organizada uma palestra para os avaliadores e os avaliados, com transmissão por vídeo conferência para as Unidades Regionais, a fim de fornecer esclarecimentos sobre o processo avaliativo.

Durante o mês de julho, ocorreram fases de [1] auto avaliação, avaliação dos pares das equipes e avaliação por parte da chefia imediata; [2] manifestação de concordância ou pedido de reconsideração à chefia imediata; [3] manifestação de concordância com o pedido de reconsideração ou pedido de recurso de 2ª instância à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho – CAD e [4] Acolhimento de recurso de 2ª instância pela equipe de avaliações para instrução do processo administrativo para julgamento pela CAD.

Do processo de avaliação de desempenho realizado em julho resultou, ainda, em seis recursos de 2º instância direcionados à CAD referente a servidores que não concordaram

com a análise do pedido de reconsideração pelas suas chefias imediatas e ingressaram com o recurso de 2^a instância.

Qualidade de Vida no Trabalho - QVT

A Equipe de Qualidade de Vida no Trabalho atua com o objetivo de facilitar as relações interpessoais, melhorando a comunicação e o desenvolvimento das atividades por meio de ações que proporcionem uma melhor consciência de qualidade de vida, saúde e bem estar no ambiente de trabalho.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, foi dada continuidade à elaboração da Política e do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho na ANTT, pelo Comitê Gestor de QVT, alicerçado nos resultados do mapeamento da percepção dos servidores da Agência sobre Qualidade de Vida no Trabalho e nas questões referentes ao Bem-Estar e Mal-Estar no trabalho.

Neste sentido, a Deliberação nº 130/2013, aprovada pela Diretoria em 26 de junho e publicada em 2 de julho de 2013, traz sugestões de ações, vinculadas às respectivas diretrizes, contendo descrição e objetivo, conforme observa-se abaixo.

Ação	Descrição e Objetivo	Cronograma
Criação de Política de Movimentação de Servidores	Estabelecer critérios objetivos e técnicos para a movimentação visando permitir o alinhamento dos interesses e competências profissionais dos servidores à atividade a ser desempenhada em sua lotação, proporcionando maior motivação, reconhecimento profissional e melhores resultados nas unidades organizacionais.	2/2013
Criação de Norma para Nomeação de Cargos	Estabelecer critérios e requisitos para provimento em cargos comissionados técnicos e gerenciais visando à transparência e equidade de oportunidades.	2/2013
Criação de Norma para Alocação de Cargos Técnicos e Gerenciais às UORGS	Mapeamento dos requisitos de posições técnicas e gerenciais em cada Unidade Organizacional, alocando cargos conforme a estrutura hierárquica e a responsabilidade por projetos e não atrelá-lo às pessoas, mas às funções desempenhadas.	2/2013
Criação de Norma para Incentivo à Pós-Graduação	Criação de incentivo para custeio da formação em cursos de pós-graduação, atinentes com as atividades da Agência, visando proporcionar oportunidades de desenvolvimento na carreira assim como descentralizar a oferta de cursos, em atenção aos Postos de Fiscalização e às Unidades Regionais.	1/2014
Aperfeiçoamento do Banco de Permutas em Banco de Talentos para movimentação	Criar um Banco de Talentos que subsidie as decisões sobre movimentação de servidores, atrelando aos requisitos de movimentação as competências técnicas dos servidores, para sua alocação, sempre que possível, em atividades compatíveis com as competências profissionais.	2014/2015

Criação de Norma para Incentivo à Graduação	Criação de incentivo para custeio da formação em cursos de Graduação para os servidores que possuem o grau de formação de nível médio.	1/2014
Revisão do Programa "Servidor 10"	Revisar programa de premiação para os servidores que se destacarem em suas funções ou apresentarem resultados em projetos e inovações.	1/2014

Foi realizada a ampliação da prestação de serviços de ambulatório na sede da Agência, buscando direcionar o serviço diretamente para execução da empresa contratada, incluindo fornecimento de equipamentos e medicamentos necessários à melhor execução do serviço. Também foram elaborados Termos de Referência para a Campanha de Vacinação contra a Gripe e para realização dos Exames Médicos Periódicos, em toda a ANTT.

Outra atividade que merece menção foi a força tarefa para estabelecer contato com as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, em abril de 2013, no sentido de providenciar a imunização contra a Gripe H1N1-Influenza de servidores lotados em postos de fiscalização expostos a um maior risco de contaminação da doença como, por exemplo, em regiões turísticas e fronteiriças, em que o contato com pessoas de diferentes localidades é mais evidente.

Os servidores foram indicados pelos Coordenadores das Unidades Regionais e das áreas às quais estão vinculados, considerando a estação mais fria do ano, os eventos de massa que ocorreram nos meses de junho e julho de 2013, a limitação de doses da vacina, bem como possíveis entraves nos procedimentos de contratação para imunização de todos os servidores da ANTT.

Também se destacam as tratativas relacionadas à área de saúde, tendo sido habilitados servidores da Sede no sistema SIAPE Saúde para lançamento de atestados médicos de curta duração dos servidores. Complementarmente, foram repassadas orientações aos representantes das Unidades Regionais responsáveis pelo registro de atestado nos sistemas necessários.

Além disso, foi realizado evento em comemoração ao Dia do Servidor, onde o Instituto Sabin esteve presente com as Oficinas de Mama e do Sexo Seguro, fornecendo orientações aos servidores sobre os temas, bem assim foi realizada palestra com o tema "Transformar a Vida para a experiência de uma saúde integral – Coaching de Vida", com Maria Teresa Guimarães.

Em novembro foram iniciadas as tratativas orientadas pelo Ofício-Circular nº 12/2013/SEGEP/MP, de 13.11.2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de disponibilizar aos servidores, além dos planos ofertados pelas Administradoras com as quais a Agência mantém Termo de Acordo, o plano de saúde GEAP. Nesse sentido, foi feita adesão ao Convênio Único com a GEAP/MPOG para oferecimento do Plano de Saúde GEAP aos servidores da ANTT.

Concurso Público 2013 – Edital nº 01/2013

O terceiro Concurso Público da ANTT foi elaborado com base no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, e destinou-se ao provimento dos cargos efetivos criados pela Lei nº 10.871, de 2004.

A autorização foi concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, após proposição da Diretoria Colegiada da ANTT, encaminhada pelos Ofícios nº 91/2010/DG, de 28.01.2010 e nº 351/DG/2012, de 24.04.2012, por meio da Portaria MPOG nº 283, de 26 de junho de 2012, para o provimento de 161 vagas distribuídas da seguinte forma:

Cargo	Quantitativo
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	38
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	80
Analista Administrativo	24
Técnico Administrativo	19
Total	161

No entanto, após divulgação do Programa de Investimentos em Logística – PIL, do Programa de Concessões de Rodovias Federais, que prevê a concessão de 9 trechos de rodovias e a instituição de parcerias público-privada para 12 trechos de ferrovias, além das ações ligadas ao Projeto de Implantação do TAV – Transporte de Alta Velocidade e ao Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – PROPASS Brasil, bem como as ações rotineiras de fiscalização de permissões e concessões e a regulação dos serviços de transportes terrestres, entendeu-se necessário solicitar aumento no quantitativo de vagas, tendo sido encaminhado ao MPOG ofício no qual foi solicitada a aprovação de mais 225 vagas, totalizando 386 vagas para provimento, conforme segue:

Cargo	Vagas aprovadas	Vagas ampliadas	Total de vagas para novo concurso
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	38	156	194
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	80	64	144
Analista Administrativo	24	5	29
Técnico Administrativo	19	0	19
Total	161	225	386

Porém, diante da manifestação do MPOG sobre a limitada disponibilidade orçamentária, a ANTT ajustou o valor global previsto para o quantitativo de vagas já autorizado com nova distribuição de vagas, observando o orçamento e solicitou, por fim, um montante de 135 vagas, por meio do Ofício 821/DG/2012, de 11.10.2012, ou seja, redução de 64% das vagas requeridas, autorizadas pela Portaria nº 581, de 29 de novembro de 2013 e distribuídas conforme o quadro abaixo.

Cargo	Vagas para novo concurso
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	63
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	45
Analista Administrativo	17
Técnico Administrativo	10
Total	135

Assim, realizou-se o concurso público vigente. Cabe destacar que, para planejamento, coordenação e acompanhamento da execução do certame, foi constituída a Comissão Coordenadora do 3º Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 186, de 26.07.2012, que teve sua composição revogada posteriormente pela Portaria nº 303, 22.04.2013.

Durante os procedimentos e etapas do certame, a mencionada Comissão trabalhou na elaboração do projeto básico, seleção da organizadora do certame [CESPE – Centro de Estudos e Pesquisas da UnB], discussão sobre o conteúdo programático das provas e revisão da minuta de edital elaborada pelo CESPE e outras atividades decorrentes da realização do concurso.

O Curso de Formação dos Especialistas em Regulação foi realizado no período entre 14.11 e 7.12.2013, sob coordenação e responsabilidade do CESPE, com 64 participantes, 1 deles por força de medida liminar que determinou a participação no curso, mesmo classificado fora do número de vagas.

A realização do 3º Concurso Público da ANTT é uma ação contributiva para o fortalecimento das carreiras do seu quadro de pessoal efetivo, imprescindível a sua consolidação e desenvolvimento e, especialmente, à estruturação das atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes terrestres, bem como suporte e apoio técnico especializado a essas atividades.

1. Técnico Administrativo, Analista Administrativo e Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres – Cerimônia de Posse Coletiva e Oficina de Acolhimento - 26 e 27 de novembro de 2013.

Para recebimento dos servidores aprovados no Concurso Público e nomeados pela Portaria nº 554, de 14.11.2013, publicada no DOU de 18.11.2013, elaborou-se uma Oficina de Acolhimento, seguida à Posse Coletiva, nos dias 26 e 27.11.2013, no Auditório Eliseu Resende, na sede da ANTT.

2. Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, Técnico Administrativo, Analista Administrativo e Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - Cerimônia de Posse Coletiva - 22 de janeiro de 2014

Em 31.12.2013 foi publicada a Portaria nº 623, de 30.12.2013, nomeando os candidatos aprovados no Curso de Formação para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres.

Sistema de Controle de Frequência

Em atendimento aos normativos que versam sobre registro e controle de frequência, em especial as regulamentações internas NA/005-2011/SUDEG e Deliberação nº 270, de 14 de dezembro de 2011, a GEPES procedeu à implantação do Sistema de Controle de Frequência nas unidades organizacionais da Sede Brasília, em 01/08/2013, e nas Coordenações das Unidades Regionais no dia 01/09/2013.

Para divulgação do sistema, houve palestra de esclarecimento realizada no Auditório da Sede e reunião com todas as Coordenações de Unidades Regionais, por meio de vídeo conferência. Além disso, houve a disponibilização na intranet de manual do usuário, bem como atendimentos realizados por meio de e-mails e telefonemas.

No mês de dezembro os servidores lotados em postos de fiscalização encerraram o período de teste, que subsidiou ações de melhorias necessárias para adequar o sistema às características dos servidores que atuam em regime de escala. Essas melhorias deverão ser realizadas no exercício de 2014.

Gestão de Tecnologia da Informação (TI)





Durante o ano de 2013, foram contratados os serviços de implantação de circuitos de comunicação com objetivo de modernizar e melhorar o desempenho da rede de dados da ANTT. Foram adquiridos 150 computadores para estações de trabalho dos novos servidores, foram adquiridas soluções de segurança da informação para prover recursos de criptografia, proteção e prevenção contra vazamento de dados sensíveis da Agência.

Com intuito de ampliar a capacidade de armazenamento de dados da ANTT, foram adquiridos novos discos de expansão do Storage existente no Datacenter. Em virtude da necessidade de aumento no armazenamento de dados, foi adquirida solução de backup que permitiu a modernização do armazenamento e recuperação de dados, além da ampliação da capacidade de backup existente.

Foi adquirida infraestrutura de conectividade de rede sem fio para disponibilizar aos visitantes e colaboradores da ANTT acesso à rede de dados e internet por meio de dispositivos móveis. Tendo por objetivo a modernização da infraestrutura de rede, as principais aquisições em 2013 foram:

- Módulo de Segurança Criptográfico em Hardware (HSM);
- Subscrição do software Red Hat Enterprise Linux;
- Solução de Infraestrutura de conectividade de rede local sem fio (Wireless).

Também foram desenvolvidos os modais de Plataforma, Guichê e Atendimento do novo Sistema de Fiscalização, Autuação, Multas e Arrecadação – SIFAMA. Em 2013 foi desenvolvido o módulo de fiscalização de excesso de peso em veículos de cargas do SIFAMA de forma integrada com balanças das empresas PAT Traffic e Ômega. Foi implantado ainda o módulo de cadastro dos autos lavrados em papel no SIFAMA, mas processados de forma eletrônica, sem gerar processos em papel, assim como os autos gerados de forma integrada. Para os módulos de processamento de multas e arrecadação, foram automatizados todos os processos até a fase de dívida ativa, que se encontra em construção.

Foi desenvolvido o Sistema de Gratificação e Qualificação e o Sistema de Controle de Frequência para atendimento de demandas da GEPES.

O Sistema de Cadastro de Demandas – SICAD, para que usuários internos solicitem manutenção aos sistemas de informática, teve 3.014 chamados abertos no ano de 2013, enquanto que a Central de Atendimento ao Usuário – CAU contabilizou o registro de 20.560 chamados.

Perfil dos Recursos Humanos – TI

Perfil	Quantidade
Servidor/empregados públicos efetivos de outras carreiras [que não TI] da própria Instituição.	8
Servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.	4
Estagiários	5
Terceirizados que trabalham regularmente no ambiente da instituição [contratos de serviço continuados com cessão de mão de obra]	33
Terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.	12
Servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.	0
Total	62

Segurança da Informação

A política de segurança da informação e comunicação da ANTT foi aprovada pela Deliberação da Diretoria Nº 364, de 19 de dezembro de 2013.

Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Foi estabelecido na ANTT um padrão de desenvolvimento e manutenção de sistemas, publicado por meio do Processo de Desenvolvimento de Software – PDS institucional. O PDS estabelece uma metodologia para o desenvolvimento de software na ANTT, tem como objetivo padronizar o ciclo de vida de projeto de desenvolvimento de sistema, definindo as atividades, os responsáveis e os artefatos. Um dos benefícios da adoção de um processo bem definido é o aumento do nível de produtividade das equipes técnicas envolvidas nos projetos, pois formaliza a distribuição e as atribuições das atividades por cada papel desempenhado. Além de ser um mecanismo para obtenção de um produto com qualidade, o PDS também visa apoiar na definição de acordos em futuros contratos de prestação de serviço de desenvolvimento de software.

Além dos sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da Instituição, listamos abaixo os Sistemas de maior relevância na Agência:

- SIGFIS II - Sistema de Gestão, Controle e Fiscalização dos Contratos e Concessão das Rodovias Federais Concedidas;
- PEF - Pagamento Eletrônico de Frete para Transporte de Cargas;
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;
- SISFRET - Sistema de Fretamento para Autorização de Viagens;
- SGP - Sistema de Gestão de Permissões para Exploração de Transporte de Passageiros.
- SEP – Sistema de Excesso de Peso
- SPM - Sistema de Processamento de Multas
- SAR – Sistema de Arrecadação
- Frequência - Sistema de Controle de Frequência
- Sismultas - Sistema de multas
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;
- SISFRET - Sistema de Fretamento para Autorização de Viagens;
- SGP - Sistema de Gestão de Permissões para Exploração de Transporte de Passageiros.

Gestão Ambiental Sustentável





Projeto Esplanada Sustentável

O Projeto Esplanada Sustentável – PES foi instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, de 6 de junho de 2012, a partir da integração das ações constantes nos seguintes programas: Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

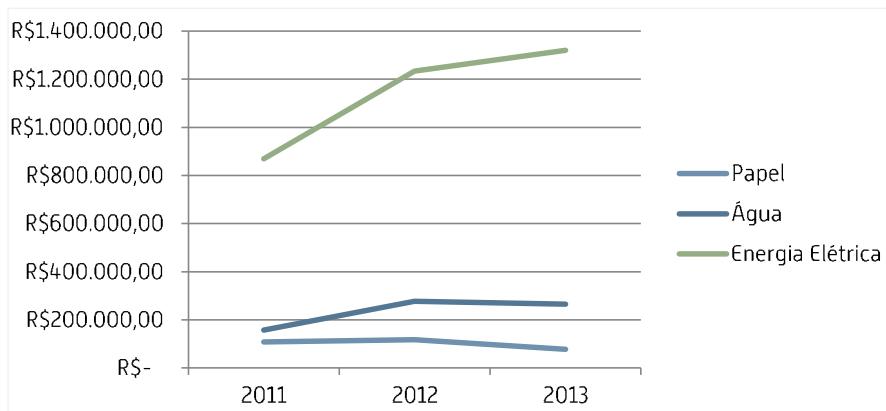
A metodologia utilizada é o PDCA (plan, do, check, act). Essa metodologia consiste em uma ferramenta gerencial na qual há uma fase inicial de coleta de informações sobre as despesas, para em seguida essas despesas serem analisadas, de modo a definir um potencial de economia e a identificação de ações que poderão promover redução efetiva de gastos.

De forma a consolidar o Projeto Esplanada Sustentável, adotou-se como estratégia inicial implantar um escopo regional mais reduzido na primeira etapa, sendo o Projeto implementado apenas nas unidades de Brasília – DF. Dessa iniciativa, foram obtidos os seguintes resultados:

- Redução do consumo de papel em 28% em relação a 2012;
- Destinação social e ambientalmente correta dos papéis e demais resíduos recicláveis descartados, com a implementação do PLS voltado à Coleta Seletiva;
- Doação de aproximadamente de oito toneladas de resíduos recicláveis a uma cooperativa de catadores;
- Taxa de rejeito dos resíduos doados nula, isto é, os resíduos doados à cooperativa foram totalmente segregados em sua origem, a ANTT, e, portanto, aproveitados em 100% pela cooperativa;
- Alto nível de segregação de resíduos, com a separação minuciosa de conformidade com os diferentes processos de reciclagem empregados para cada tipo de resíduos, conforme observa-se na tabela abaixo;
- Doação de recicláveis, por tipo de resíduo:

Tipo de Resíduo		Quilos
Papel	Jornal	1.324
	Pardo	608
	Papelão	2.106,5
	Preto e Branco	2.705,5
	Revista	286
Plástico	Duro	158
	Mole	338,5
	Copos	221,5
Outros	CD	10,5
	Longa vida	19
Total		7.777,5

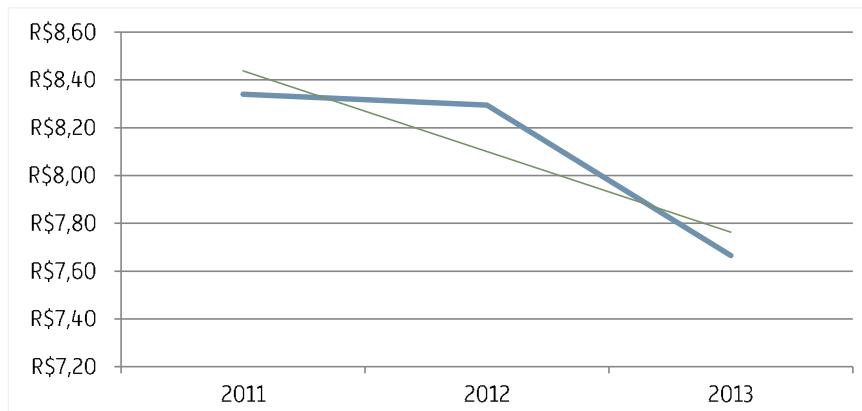
- Energia elétrica: redução em 17,35% do consumo médio mensal [kWh]; redução de 30,02% dos gastos médios mensais [R\$], que equivalem à economia média de R\$ 31.159,35 mensais;
- Água e Esgoto: redução de 30,09% do consumo médio mensal [m^3]; redução de 34,07% dos gastos médios mensais [R\$], que equivalem à economia média de R\$ 11.139,11 mensais.
- Evolução consumo papel, água e energia elétrica:



O gráfico acima reflete um momento de crescimento da Agência. A ANTT tem, no ano de 2012, uma mudança de endereço para seu Edifício Sede, para instalações com dimensões e estrutura superiores às anteriores.

Pode-se verificar nos gráficos a seguir que a evolução da relação despesa/consumo com papel, água e energia elétrica apresenta uma linha de tendência decrescente, o que indica a utilização racional desses recursos.

**Evolução na relação despesa/consumo com papel
Papel (R\$/Unidade)**



O uso racional de papel se faz pela impressão de documentos em frente e verso da página; proibição de impressão de cópias de matérias e documentos que não sejam de interesse da ANTT e utilização de blocos de rascunho com papel reaproveitado.

Relacionamento com a Sociedad





o
e

Ouvidoria

Canais de Acesso do Cidadão

A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes canais de comunicação:

- Telefone 166

A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda a domingo, inclusive feriados, 24 horas por dia. Recebe chamadas originadas de telefones fixos e móveis. As chamadas são gratuitas para os Cidadãos-Usuários.

- Formulário eletrônico “Fale Conosco”

Disponível no sítio: <http://www.antt.gov.br/>.

- E-mail

Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail ouvidoria@antt.gov.br.

- Atendimento online

Disponível no sítio <http://www.antt.gov.br/>. A principal vantagem do canal é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.

- Atendimento presencial

A ANTT disponibiliza no Edifício Sede a “Sala do Cidadão” que funciona de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

- Correspondência

A Ouvidoria recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à Sede, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília – DF CEP: 70200-003.

Meio de comunicação	2013
0800/166	194.695
Fale conosco	8.234
Internet	24.345
Chat	12.256
Carta	108
Atendimento presencial	73
Fax	5
Total	239.716

Fonte: Ouvidoria/ANTT

Em 2013, foram realizados 406.405 atendimentos, o qual incluiu ocorrências como: “Trotos”, “Engano”, “Perda de ligação” e “Ligação finalizada por desrespeito do Usuário”. Eliminando-se essas ocorrências, resultou no quantitativo de 239.716 manifestações, que é o número de atendimento mais próximo do que efetivamente se caracteriza como atividade da Ouvidoria.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC)

Como resultado da Lei de Acesso à Informação (LAI), publicada em 18 de novembro de 2011, merece destaque a participação da Ouvidoria na elaboração da segunda cartilha publicada no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral da União, sob o título “Orientações para a implementação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias públicas: rumo ao sistema participativo”.

Em 2013, o trabalho desenvolvido resultou no registro de 664 pedidos de acesso às informações públicas.

A Ouvidoria desempenha um papel abrangente. A Central de Atendimento se destina não apenas aos cidadãos-usuários, mas também a toda sociedade e comunidades afetadas pela prestação dos serviços, bem como às próprias empresas reguladas e fiscalizadas pela ANTT. É relevante o aprimoramento contínuo aplicado no treinamento dos atendentes que estão aptos a responder diretamente a maioria dos questionamentos e dúvidas recebidas. Atualmente, mais de 90% das manifestações são solucionadas na própria Ouvidoria. As que carecem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas às áreas meio e finalística responsáveis pela solução.

Tipos de Manifestação

Tipo de manifestação	Total					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pedido de informação	127.098	257.747	237.491	275.162	243.091	139.555
Outras **	*	*	60.771	97.046	44.614	24.2630
Reclamação	12.381	22.308	22.642	26.295	28.965	22.398
Sugestão	1.211	2.248	1.219	1.202	846	1.661
Elogio	525	687	445	128	74	71
Denúncia ***	*	*	50	141	125	90
Total	141.215	282.990	322.618	399.974	317.715	406.405

Fonte: Ouvidoria/ANTT

*A Classificação: "Outras" e "Denúncia" passaram a ser utilizadas a partir de 2010.

** Demandas que não se enquadram em outros tipos de manifestações.

*** Queixas sobre condutas de servidores da Agência.

Atualmente, a pesquisa realizada pela Ouvidoria ocorre por meio das chamadas recebidas pela Central de Atendimento [166]. Esta pesquisa busca avaliar a satisfação dos Cidadãos-Usuários quanto ao atendimento prestado pelos atendentes, bem como saber se sua manifestação foi solucionada, resolvida e/ou esclarecida. São realizadas as seguintes perguntas:

- Pergunta 1: Sr. poderia participar da nossa pesquisa de qualidade? São apenas duas perguntas.
- Pergunta 2: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?
- Pergunta 3: Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?

Demonstração do Resultado de Pesquisa Realizada

Pesquisa de Satisfação dos Usuários:

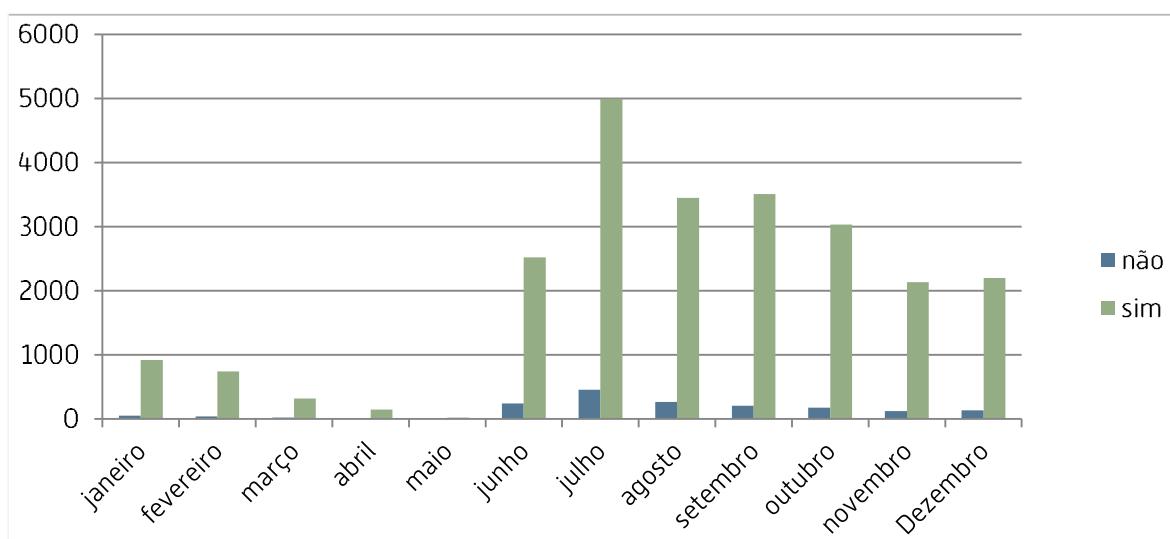
Já foi dado início às atividades referentes à Pesquisa de Satisfação dos Usuários, quanto aos produtos e serviços resultantes da atuação desta Autarquia, que está sendo realizada pelo Contrato nº 006/2011, firmado com o Consórcio Transplan/Futura. A previsão para a conclusão de todo o processo é julho de 2014.

Pesquisa de Satisfação do Atendimento:

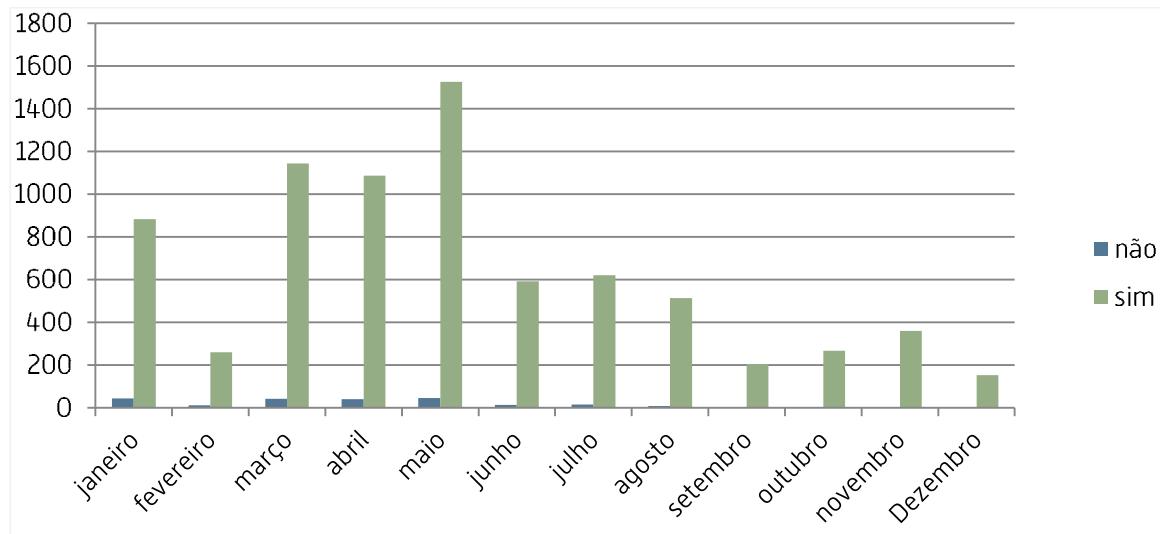
Segue abaixo a demonstração dos resultados da Pesquisa de Satisfação do Atendimento, realizada pela Ouvidoria, nos últimos três anos:

Pergunta 1: Sr. Poderia participar da nossa pesquisa de qualidade? São apenas duas perguntas.

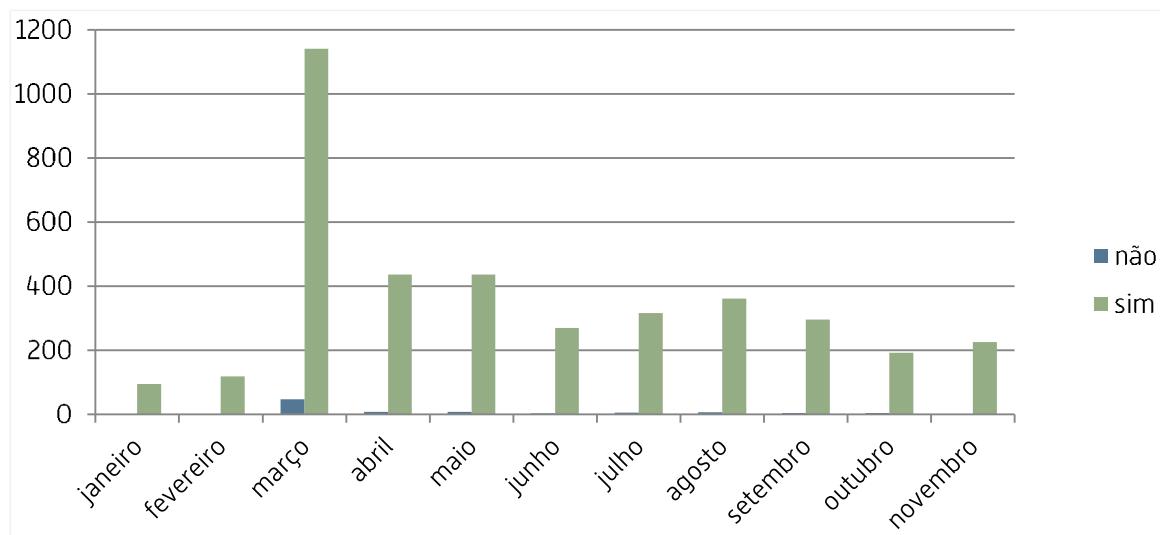
2011



2012

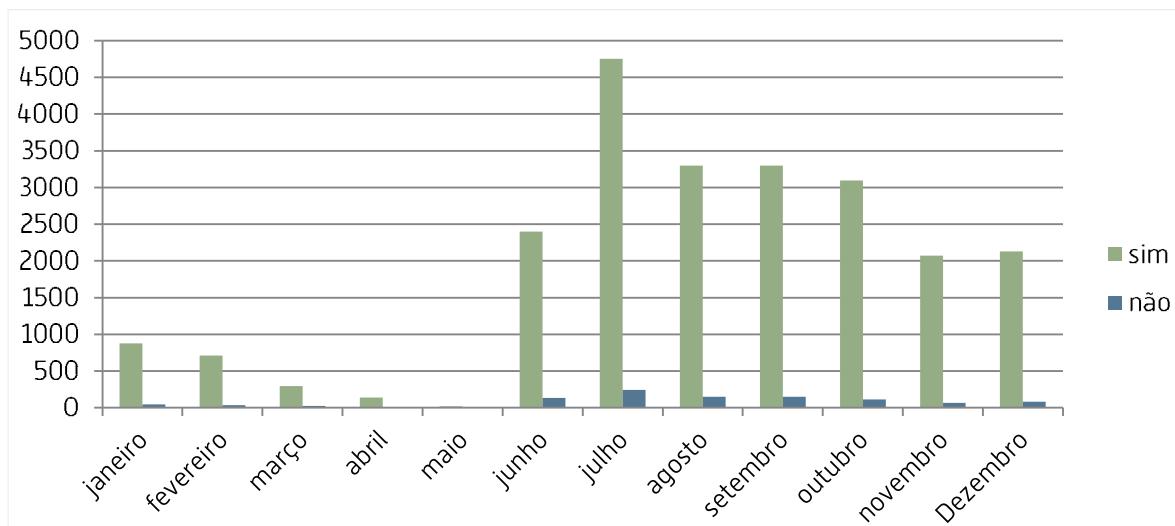


2013

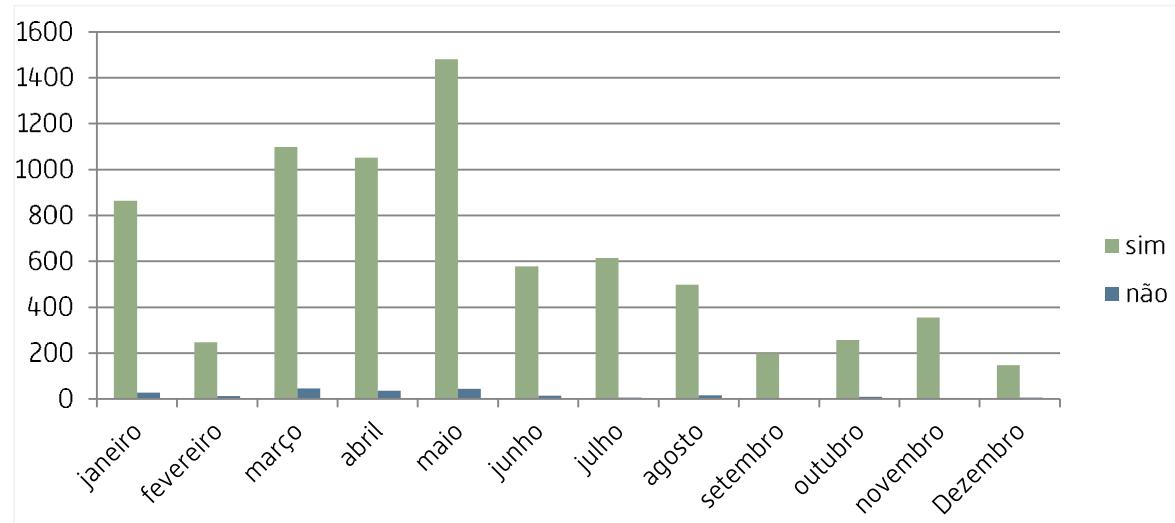


Pergunta 2: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?

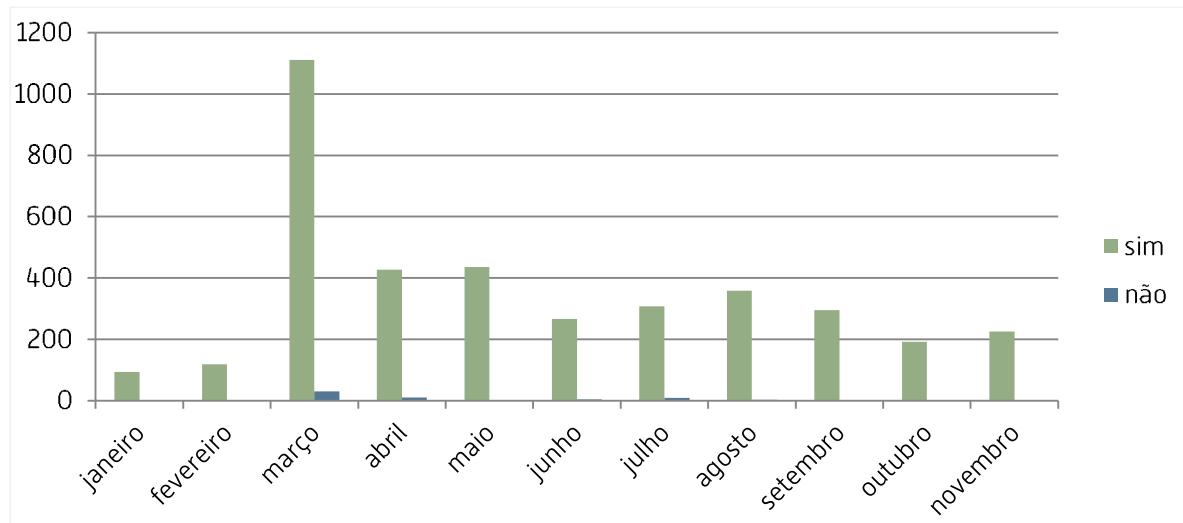
2011



2012

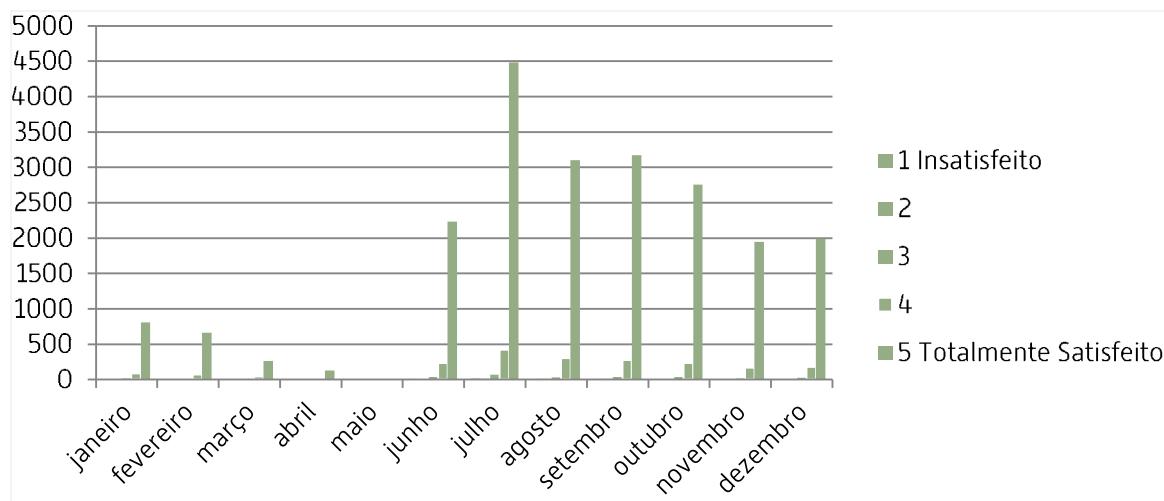


2013

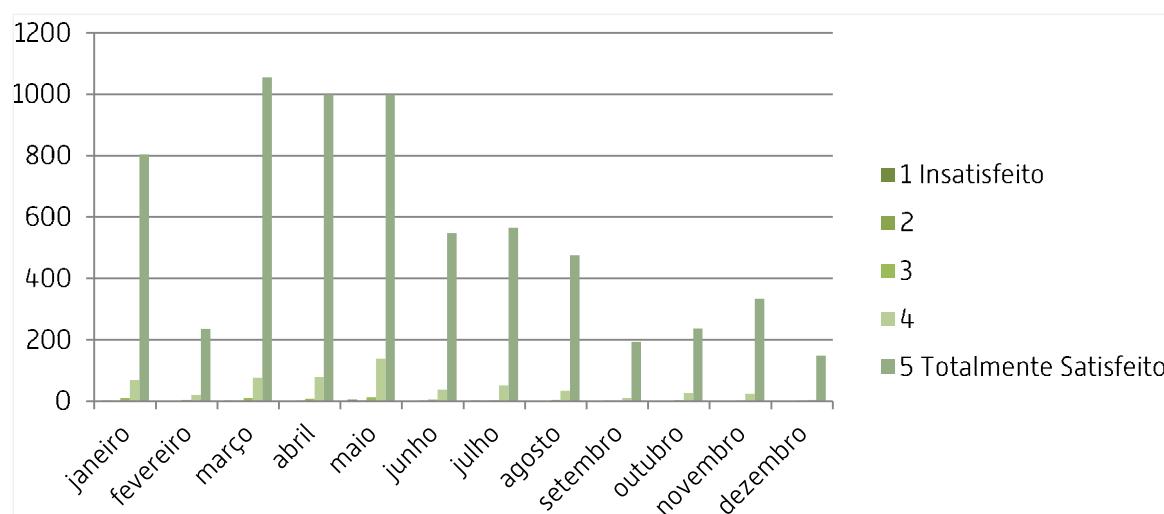


Pergunta 3: Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?

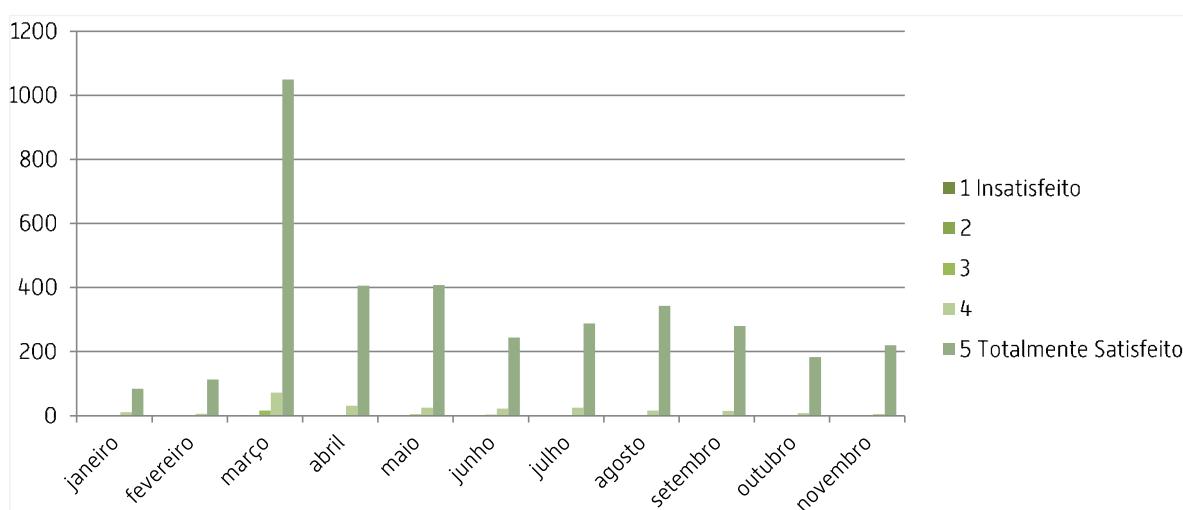
2011



2012



2013



Comunicação

As ações de comunicação são planejadas e executadas com base em levantamento das necessidades nas diversas unidades organizacionais da ANTT. A partir disso, foi elaborado o Plano Anual de Comunicação – PAC, em cumprimento ao Decreto nº 6.555/2008 e à Instrução Normativa SECOM-PR nº 02/2009 e ao Plano de Ações, contemplando todas as atividades da Assessoria de Comunicação Social, envolvendo os três segmentos: imprensa, relações públicas e publicidade e propaganda, que compõem a atividade de comunicação social. As ações foram executadas em conformidade com a demanda e dentro das possibilidades orçamentárias e de pessoal.

A Agência não possui contrato com qualquer agência de publicidade e propaganda. Dessa forma, as ações que exigem essa participação, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto 6.555, de 8 de setembro de 2008, são executadas por meio de parceria com o Ministério dos Transportes, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República ou por contratação por meio de licitações específicas.

Ações de Patrocínio

Os patrocínios concedidos pela ANTT estiveram restritos a eventos do setor de transporte relacionados com sua área de atuação.

Eventos:

Os patrocínios concedidos pela ANTT estiveram restritos a eventos do setor de transporte relacionados com sua área de atuação, como os abaixo elencados:

- XXVII ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes:

Evento promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Transportes. É realizado anualmente em parceria com as Universidades Federais. Em 2013, o evento foi realizado em conjunto com a Universidade Federal do Pará. A ANTT participa dos congressos da ANPET, em razão da importância para o setor de transportes, destacando-se a interação com o meio acadêmico para troca de experiência e a capacitação de técnicos da Agência. O valor patrocinado (R\$ 16.000,00) foi utilizado como parte do custeio das despesas do evento que contou com o patrocínio de outras instituições.

- VIII Congresso Brasileiro de Regulação:

Evento promovido pela Associação Brasileira das Agências Reguladoras (ABAR), realizado em Fortaleza /CE entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013. A ANTT entrou com a cota de patrocínio de R\$ 10.000,00.

Ações Promocionais Próprias

São aquelas de cunho institucional, ou seja, utilizadas para divulgar atos ações, programas, serviços, campanhas metas e resultados voltados para valorizar e fortalecer a imagem da instituição e estimular a participação da sociedade nos assuntos da área de atuação da Agência. Assim sendo, em 2013, as ações promocionais próprias foram:

- Relatório Anual 2012 – projeto gráfico/revisão/impressão – prestação de contas das atividades da Agência à sociedade, é uma síntese das ações técnico-administrativas exercidas durante o ano.
- Revista ANTT - publicação de cunho técnico e científico sobre assuntos relacionados ao setor de transporte terrestre.

Publicidade Legal

A publicidade legal da ANTT é executada por meio do Contrato 029/2010, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Em 2013, foram publicadas/divulgadas 80 matérias legais.

Jornais

- 20 avisos referentes a audiências públicas
- 01 aviso de consulta pública
- 02 avisos de reunião participativa
- 03 avisos sobre de licitação
- 13 avisos referentes a editais de licitação
- 11 avisos de tomada de subsídio
- 30 comunicados relevantes

Publicidade de Utilidade Pública

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertá-lo sobre seus direitos e deveres. Devido à assinatura do contrato nº 035/2010 (em julho de 2010) e dos termos aditivos (em julho/2011 e julho/2012), que trata da execução de serviços gráficos, a produção de material de utilidade pública acabou por ser nele incluída.

Produção Gráfica

Em 2013, foram executados 21 produtos, totalizando R\$ 211.801,68.

- Produção e Impressão

Item	Material	Data nota fiscal	Valor gasto
1.	Relatório de Ações 2012 - ANTT [300]	01/03/2013	R\$ 3.188,06
2.	Banner ANTT	01/03/2013	R\$ 143,55
3.	Banner ANTT	01/03/2013	R\$ 398,76
4.	Faixa ANTT	01/03/2013	R\$ 126,59
5.	Faixa ANTT	01/03/2013	R\$ 199,38
6.	Folder Proferr (convites)	10/06/1902	R\$ 892,41
7.	Envelopes Proferr (convites)	11/06/2013	R\$ 597,36
8.	Blocos Talonário Transporte Ferroviário	11/06/2013	R\$ 3.278,43
9.	Envelopes Proferr (convites)	11/06/2013	R\$ 602,64
10.	Convites Proferr	11/06/2013	R\$ 892,41
11.	Blocos Auto de Infração	11/06/2013	R\$ 1.972,80
12.	Carteiras funcionais da ANTT	11/06/2013	R\$ 2.994,56
13.	Banner	11/06/2013	R\$ 71,78
14.	Banners - Ceantt	23/07/2013	R\$ 143,55

15.	Talonário - Excesso de Peso	23/07/2013	R\$ 3.421,32
16.	Talonário - RNTRC	23/07/2013	R\$ 23.749,84
17.	Talonário - Transporte de Passageiros	23/07/2013	R\$ 24.602,06
18.	Relatórios Suinf	11/09/2013	R\$ 43.248,00
19.	Talonário	23/10/2013	R\$ 10.530,98
20.	Agendas ANTT	22/11/2013	R\$ 80.123,30
21.	Calendários ANTT	22/11/2013	R\$ 10.623,90
Total			R\$ 211.801,68

Fonte: Assessoria de Comunicação Social

Ações de Imprensa

Serviços de Assessoria de Imprensa

- Atendimento Geral: 4.150
- Alimentação do site da agência com notícias de interesse da agência
- Entrevistas individuais: 580
- Acompanhamento de diretores ou gerentes em entrevistas ou em programas de TV: 05
- Acompanhamento do Diretor Geral em viagem de trabalho para participar de eventos em rodovia sob concessão [BR 101/RJ]
- Entrevistas coletivas: 04



Ações Parlamentares



No cumprimento de sua missão regimental, a ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARLAMENTAR – ASPAR, vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral vem se relacionando externamente, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ministério dos Transportes, Congresso Nacional, Governos Estaduais, Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, Prefeituras e demais órgãos institucionais, e internamente com todo o corpo diretivo e gerencial da Agência e seus servidores no desempenho de Assessoria Política e Assessoria Legislativa.

No exercício de 2013 foram encaminhadas à Agência 533 (quinhentas e trinta e três) demandas, sendo que em 115 (cento e quinze) foram emitidos pareceres das áreas técnica e jurídica, e em 418 (quatrocentos e dezoito) somente parecer da área técnica.

Em síntese foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2013:

- Organização de 13 (treze) Audiências Internas com parlamentares;
- Acompanhamento de 26 (vinte e seis) Audiências Públicas no Congresso Nacional;
- Interação com as Superintendências na análise de 418 (quatrocentos e dezoito) Pleitos de parlamentares;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 91 (noventa e um) Projetos de Lei;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 7 (sete) Medidas Provisórias;
- Interação com as Superintendências na análise de 17 (dezessete) Requerimentos de Informação.

Ética e Controle





Corregedoria

A Corregedoria da ANTT, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, integra o Sistema Correcional do Poder Executivo Federal e responde pela fiscalização das atividades funcionais de servidores efetivos, requisitados e comissionados, e em seu campo de atuação, aplica os seguintes normativos:

- Lei nº. 8112/1990, que disciplina o Processo Administrativo Disciplinar a partir do artigo 143;
- Portaria nº. 335/2006 da Controladoria-Geral da União, que regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
- Regimento Interno da ANTT, que disciplina a competência da Corregedoria, em seus artigos 44 e 45;
- Deliberação nº. 007/2010, que aprovou a Norma Administrativa NA-001/2010/COREG, que define os procedimentos para instauração, execução e julgamento de processo de natureza disciplinar; e
- Deliberação nº. 288/2012, que aprovou o Anexo da Deliberação dispondo sobre a instauração, instrução e julgamento de Processo Administrativo de Natureza Disciplinar no âmbito da ANTT.

Conforme consta no art. 44 e 45, do Regimento Interno, aprovado por intermédio da Resolução nº 3.000/2009, a Corregedoria conta com duas formas distintas de ação: a preventiva e a corretiva. Para execução da primeira, utiliza-se de instrumentos como palestras, solicitação ou mesmo convocação de servidores para prestarem informações ou esclarecimentos e os trabalhos de Correções Ordinárias e Extraordinárias, em áreas específicas ou mesmo nas Unidades Regionais de MG, SP, RS, CE, MA, BA e URCN.

Já no tocante aos trabalhos corretivos, os quais objetivam apurar responsabilidade de suposto desvio de conduta praticado por servidor, a Corregedoria é responsável pela promoção das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – PAD's, regularmente instituídos por meio da Lei nº 8.112/1990, em especial os Títulos IV – Do Regime Disciplinar e V – Do Processo Administrativo Disciplinar.

Conta, ainda, com o instrumento da "Investigação Preliminar", criado por meio da Portaria nº 335/CGU, o qual busca elementos que possam ensejar a instauração de procedimento mais gravoso, disciplinado nesta Agência por Normativo Interno e recentemente atualizado por meio da Deliberação nº 288/2012.

Neste sentido, no decorrer do ano de 2013, foram instaurados dezessete procedimentos de Investigação Preliminar, sendo que um foi convertido em PAD, doze arquivados e quatro estão em andamento.

Por outro lado, foram instaurados oito Processos Administrativos Disciplinares, decorrentes de Investigações Preliminares do mesmo ano e também de exercícios anteriores; julgados dez PAD (instaurados em 2013 e em exercícios anteriores), dentre os quais seis, com aplicação de penalidade de Advertência e quatro Arquivados.

Auditoria Interna

No exercício de 2013, a ANTT, por meio da Auditoria Interna (AUDIT/GEAUD), realizou 13 (treze) trabalhos de auditoria, decorrentes das Ações Ordinárias, e 1 (um) trabalho especial, visando atender demanda da SFC/CGU, todos em conformidade com seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

Os exames abrangeram todos os segmentos de atuação da Agência: regulação, outorga e fiscalização de cargas rodoviárias nas rodovias federais concedidas; regulação, outorga e

fiscalização dos serviços de exploração de cargas ferroviárias; regulação, outorga e fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e os principais atos da gestão administrativa, financeira e Tecnologia da Informação, além de exames específicos nas Unidades Regionais do Ceará [URCE], do Maranhão [URMA] e da Bahia [URBA].

Os respectivos Relatórios, decorrentes dos exames realizados, foram elaborados e enviados à Diretoria da ANTT e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU. As recomendações de auditoria constantes desses relatórios são objeto de acompanhamento periódico e monitoramento pela AUDIT até o completo saneamento das questões apontadas.

Relativamente às principais constatações, destacamos por segmento de atuação:

- Rodovias: Necessidade de melhoria nos instrumentos e na gestão de fiscalização;
- Ferroviás: Necessidade de gestão e controle do processo de fiscalização ferroviária;
- Passageiros: Morosidade na condução de Processos Administrativos.

No âmbito das atribuições da Auditoria Interna tem-se ainda o acompanhamento e controle das demandas oriundas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, desde o recebimento por parte Agência até o envio da documentação solicitada ao Órgão solicitante para completo atendimento da demanda.

Com relação às demandas do Tribunal de Contas da União, em 2013, a ANTT recebeu 45 Acórdãos adotados por aquele Tribunal em processos relacionados às atividades da Agência. Foram proferidos 16 acórdãos na área de rodovias, 8 acórdãos na área de ferrovias, 20 acórdãos na área de gestão e 1 acórdão na área passageiros.

No que diz respeito à Diligências, foram recebidos 34 ofícios de Diligências requerendo informações e/ou documentos, os quais foram atendidos tempestivamente. Foram 18 ofícios de diligência na área de rodovias, 8 ofícios de diligência na área de ferrovias, 3 ofícios de diligência na área de gestão e 5 ofícios de diligência na área passageiros.

Os Auditores do Tribunal de Contas da União também realizaram auditoria de diagnóstico sobre a logística de transportes no Amazonas, auditoria na Concessão da Régis Bittencourt, auditoria Operacional nos Procedimentos de Fiscalização da ANTT e auditoria na Concessão da Autopista Litoral Sul.

No atendimento às disposições das Instruções Normativas nº. 27/1998 e 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União 79 ofícios com informações e documentos referentes aos atos de permissões e concessões.

No tocante às demandas da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União– SFC/CGU em 2013, as recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria foram acompanhadas pela AUDIT até o seu completo atendimento. Foram realizadas pela SFC/CGU auditoria para análise da atuação e estrutura desta Auditoria Interna [AUDIT], Auditoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014, Auditoria de Acompanhamento Permanente da Gestão, Auditoria de Prestação de Contas Anual, Auditoria de Acompanhamento da Gestão 2013 – SUINF, SUFER, SUPAS e SUFIS, Auditoria SISAC – IN TCU 055/2007, Auditoria na área de Tecnologia da Informação e Auditoria no PREMEF.

RELATÓRIO ANUAL ANTT 2013

Coordenação
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO - SUDEG

Projeto Gráfico, Diagramação, Arte e Finalização
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Impressão
SUPERNOVA SOLUÇÕES GRÁFICAS E EDITORA LTDA



SCES :: Lote 10 :: Trecho 03
Projeto Orla Polo 8
CEP: 70200-003 :: Brasília - DF
Ouvidoria: 166
www.antt.gov.br